



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 527

Sexta-feira - 09 de Julho de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	4
Atalanta.....	4
Biguaçu	5
Braço do Trombudo	5
Caçador.....	5
Campo Alegre	6
Campos Novos	7
Canoinhas.....	7
Capinzal	8
Catanduvas.....	9
Chapadão do Lageado	73
Concórdia	73
Coronel Martins.....	75
Curitibanos	75
Forquilha.....	75
Fraiburgo.....	79
Garopaba.....	83
Gaspar	97
Governador Celso Ramos	104
Herval do Oeste	104
Imbituba	105
Irineópolis	106
Itapoá	115
Lauro Muller	116
Luzerna	117
Massaranduba.....	117
Meleiro	117
Novo Horizonte	118
Porto União.....	119
Rio do Sul.....	120
Salto Veloso	125
São Lourenço do Oeste.....	125
São Pedro de Alcântara.....	128
Schroeder	129
Videira.....	163

Consórcios Públicos

CONTRILHOS.....	170
-----------------	-----

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 1.907/2010

LEI Nº 1.907/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de recursos do Convênio Divulgando Água Doce, junto ao Estado.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0024/174 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

03 DEPARTAMENTO DE TURISMO

23.695.0038.2.0350 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.3.90.00.0.1.0024/174 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente recursos da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

03 DEPARTAMENTO DE TURISMO

23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO

4.4.90.00.0.1.0024/88 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tibúrcio Gonçalves - Presidente • Edinardo Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei nº 1.908/2010

LEI Nº 1.908/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO
4.4.90.00.0.1.0000/87 Aplicações Diretas..... R\$ 1.500,00

23.695.0038.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO
3.3.90.00.0.1.0000/85 Aplicações Diretas..... R\$ 9.160,00
TOTAL R\$ 10.660,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TURISMO
3.3.90.00.0.1.0000/89 Aplicações Diretas..... R\$ 10.660,00
TOTAL R\$ 10.660,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei nº 1.909/2010

LEI Nº 1.909/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.0.1.0019/47 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS

4.4.90.00.0.1.0019/42 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Lei nº 1.910/2010

LEI Nº 1.910/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
28.846.0000.0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS
3.3.90.00.0.1.0000/12 Aplicações Diretas..... R\$ 5.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0036.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS
3.3.50.00.0.1.0000/84 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 3.000,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
15.451.0054.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAR ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO
4.4.90.00.0.1.0000/133 Aplicações Diretas..... R\$ 1.000,00

22.661.0054.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA
4.4.90.00.0.1.0000/135 Aplicações Diretas..... R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
02 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0036.2.033 PROMOÇÃO DE EVENTOS
3.3.90.00.0.1.0000/83 Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal



Decreto nº 061/2010

DECRETO Nº 061/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.907/2010, de 29 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 1.846 de 08 de dezembro de 2009, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de recursos do Convênio Divulgando Água Doce, junto ao Estado.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.1.0024/174 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.2.0350 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO
3.3.90.00.0.1.0024/174 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado parcialmente recursos da seguinte dotação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO DO MUNICÍPIO
4.4.90.00.0.1.0024/88 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto nº 062/2010

DECRETO Nº 062/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.908/2010, de 29 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totalmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO
4.4.90.00.0.1.0000/87 Aplicações Diretas..... R\$ 1.500,00

23.695.0038.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.0.1.0000/85 Aplicações Diretas..... R\$ 9.160,00
TOTAL R\$ 10.660,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.2.035 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TURISMO
3.3.90.00.0.1.0000/89 Aplicações Diretas..... R\$ 10.660,00
TOTAL R\$ 10.660,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto nº 063/2010

DECRETO Nº 063/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.909/2010, de 29 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada totalmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.365.0033.1.011 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4.4.90.00.0.1.0019/47 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS
4.4.90.00.0.1.0019/42 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.
NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto nº 064/2010

DECRETO Nº 064/2010 - DE 29 DE JUNHO DE 2010

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1.910/2010, de 29 de junho de 2010,



DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas totalmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS**

28.846.0000.0.003 SENTENÇAS JUDICIAIS

3.3.90.00.0.1.0000/12 Aplicações Diretas..... R\$ 5.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**02 DEPARTAMENTO DE CULTURA**

13.392.0036.2.034 APOIO A PROJETOS E GRUPOS CULTURAIS

3.3.50.00.0.1.0000/84 Transferências a Instituições Privadas sem

Fins Lucrativos R\$ 3.000,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO**02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

15.451.0054.1.018 ADQUIRIR OU DESAPROPRIAR ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO

4.4.90.00.0.1.0000/133 Aplicações Diretas..... R\$ 1.000,00

22.661.0054.2.048 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

4.4.90.00.0.1.0000/135 Aplicações Diretas..... R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**02 DEPARTAMENTO DE CULTURA**

13.392.0036.2.033 PROMOÇÃO DE EVENTOS

3.3.90.00.0.1.0000/83 Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de junho de 2010.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 298/2010****PORTARIA Nº 298/2010**

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JOSE VICTOR SALAMANCA DAVALOS, ocupante do Cargo de MEDICO 40H, referente ao período aquisitivo de 02/03/2008 a 01/03/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de Julho de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 08 de Julho de 2010.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Inexigibilidade de Licitação Nº 82/2010**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Inexigibilidade de Licitação nº 82/2010; Objeto: Inscrição de servidores da secretaria Municipal de Educação e Cultura no curso para condutores de veículos de transporte escolar no SEST SENAT; Contratada: SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte; Valor do contrato: O valor individual de inscrições R\$160,00 (cento e sessenta reais), totalizando a presente inexigibilidade em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).; Prazo do Contrato: O prazo de duração do contrato é até a finalização do curso para condutores de veículos de transporte escolar.

Antônio Carlos, 07 de Julho de 2010.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Antônio Carlos, em 07 de julho de 2010.

Atenciosamente:

MAURO CÉZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Atalanta**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1161/2010****LEI Nº 1161/2010**

"Confessa e autoriza pagamento de débito apurado pela Receita Federal atribuído ao Poder Legislativo Municipal de Atalanta e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido e confessado o débito apurado junto à Receita Federal, no valor de R\$ 1.576,01 (um mil quinhentos e setenta e seis reais e um centavo) referente divergências da GFIP recolhida à menor na competência relativa ao período do mês 07/2005 ao mês 12/2005, inclusive, atribuído ao Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. O valor de que trata o caput deste artigo consta do relatório de detalhamento de divergências apuradas pela Receita Federal, referente ao Débito sob nº 36.867.243-3, o qual se faz parte integrante da presente lei.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento do débito apurado e especificado no art. 1º desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de Junho de 2010.

Atalanta, 07 de julho de 2010.

TARCÍSIO EDEGAR HILLESHEIM

Presidente da Câmara

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal



Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação de Licitação PP 020 FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2010-FMA

OBJETO: Aquisição de trator agrícola novo para uso do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 21/07/2010 às 16:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive. Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 06 de Julho de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 156 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 156/2010-PMB

OBJETO: Aquisição de madeiras de eucalipto, tubos de concreto, tintas e equipamentos de Proteção Individual para a Secretaria de Obras e Infraestrutura e Casa do Povo. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 21/07/2010 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 06 de Julho de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Licitação PP 167 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 167/2010-PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de caminhão hidrojato para limpeza de tubulações de esgotos e redes pluviais. Data da abertura da documentação e proposta de preços: 21/07/2010 às 17:30 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um disquete ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8020, 8023 e 8035.

Biguaçu 06 de Julho de 2010.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO 4/2010 - Fundo Municipal de Saúde
Objeto: Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação conserto motor

Kombi MBR 8032.

Dotação: item orçamentário 33.90.39.19 e 33.90.30.39

Valor: 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais).

Fundamento Legal: Artigo 24, da Lei 8.666/93, inciso IV.

Braço do Trombudo, em 07 de julho de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Resultado de Julgamento

Resultado de Julgamento

Tomada de Preço 41/2010

O município de Braço do Trombudo, torna público aos interessados, que divulga o resultado do julgamento da habilitação referente a Tomada de Preço 41/2010 com a finalidade de contratação de empresa para Fechamento em alvenaria e conclusão de um galpão de 990,00m² e muros de divisa, situado na Rua dos Pioneiros, 778, tendo como empresas habilitadas Construtoria Empreiteira de Mão de Obra Ltda e Construtora Ipê Amarelo Ltda ME, empresas inabilitadas Angra Engenharia Ltda e Gaertner Obras de Engenharia Ltda, conforme especificações do edital em epígrafe.

Braço do Trombudo, em 07 de julho de 2010.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso Dispensa 02-2010 ASS. SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2010 - FMAS

O FMAS de Caçador-SC, torna público a DISPENSA de Licitação número 02/2010, para locação de imóvel de propriedade do Sr. IVANIR JOSÉ COLLA e MARILDA DE FÁTIMA COLLA, localizado na Rua Adelmir Pressando, nº 264, para funcionamento do Programa Cadastro Único e Bolsa Família, pelo período de 12 meses, valor total de R\$ 14.400,00, nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador-SC, 07 de julho de 2010.

ANTONIO CARLOS CASTILHO

Secretario Municipal de Assistência Social

Aviso Licitação PR 14-2010 FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE



AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 14/2010

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO, COM A UTILIZAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS CAMINHÕES

ENTREGA DOS ENVELOPES: 15:00 Horas do Dia 23/07/2010.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 15:05 Horas do Dia 23/07/2010.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Sito Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor.

e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 07 de julho de 2010.

ANDRÉ FRANCISCO CANALLE

Presidente

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 3.619 de 07 de Julho de 2010

LEI Nº 3.619 DE 07 DE JULHO DE 2010

ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N. 3.132/06.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei Municipal n. 3.132/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de distribuição de Mudras de Eucaliptos e espécies nativas, para fornecimento gratuito das mudras de variedades comerciais aos produtores rurais do Município de Campo Alegre/SC".

Art. 2º - O §2º do Art. 1º da Lei Municipal n. 3.132/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 200 (duzentas) mudras de Eucaliptos e/ou espécies nativas anualmente".

Art. 3º - O Art. 3º da Lei Municipal n. 3.132/06, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte das mudras de Eucaliptos e/ou espécies nativas distribuídas pelo presente programa, do ponto de distribuição até a sua propriedade".

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de Julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.157 de 07 de Julho de 2010

DECRETO Nº 6.157 DE 07 DE JULHO DE 2010

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.619 DE 07 DE

JULHO DE 2010 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e especialmente a Lei Municipal nº 3.619 de 07 de julho de 2010; DECRETA: Art.1º) Para fins de concessão do benefício, o produtor Rural deverá comprovar:

I - Inscrição no cadastro de produtores rurais junto a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, provando haver emitido ao menos uma nota fiscal nos últimos dezoito meses;

II - Ter efetuado e realize periodicamente a roçada nas margens da estrada municipal que divisam com a sua propriedade rural;

III - Que a principal fonte de renda familiar tenha origem na atividade rural.

Parágrafo Único - Cada produtor poderá ser beneficiado com até 200 (duzentas) mudras de Eucaliptos e/ou espécies nativas, anualmente.

Art.2º) Além, do Cadastro já estabelecido em Lei e citado no Artigo 1º deste Decreto, para direito ao recebimento do Programa Municipal de Mudras de Eucalipto e/ou espécies nativas, os interessados deverão ainda, apresentar os seguintes documentos:

I - Bloco de Notas de Produtor Rural Ativo, (com no mínimo uma nota fiscal emitida nos últimos dezoito meses);

II - Carteira de Identidade e CPF;

III - Comprovante ou declaração de que a principal fonte de Renda Familiar tenha origem na atividade rural;

IV - Comprovante de registro de Forno nos Órgãos Ambientais - para produção de carvão ou atividade da fumiicultura, quando for o caso.

Art.3º) Caberá ao Conselho Municipal juntamente com a Secretário Municipal e os técnicos da Prefeitura Municipal, homologar as inscrições dos produtores habilitados.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico deverá garantir a preferência de inscrição aos fumicultores e carvoeiros nos primeiros 05 (cinco) dias do Programa Municipal de Mudras de Eucaliptos e/ou espécies nativas.

§ 2º - Findo o prazo previsto no § 1º, a Secretaria deverá abrir as inscrições para os demais produtores.

Art.4º) O período das inscrições será determinado anualmente e publicado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art.5º) Caberá aos beneficiários deste programa à contratação e pagamento dos serviços de transporte das mudras de Eucaliptos e/ou espécies nativas distribuídos, do ponto de distribuição até a sua propriedade.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n. 4.290/06.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de Julho de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração



Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
07/07/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

(Acesso identificado) <http://www.licitacoes-e.com.br>

LEOBERTO WEINERT

Prefeit.o

Campos Novos

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Tomada de Preço 11/2010

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO 11/2010

O Município de Campos Novos torna público que realizara no dia 30/07/2010 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, do Tipo Menor Preço por lote, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E AOS CEDIDOS AO MUNICÍPIO POR OUTROS ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME TABELA ESPECÍFICAS NO ANEXO I. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, no horário das 09:00 as 11:00 e das 13:15 as 17:00 horas diariamente.

Campos Novos, 09 de Julho de 2010.

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Anulação do Edital de Carta Convite n.º FMDR 01/2010

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO N.º FMDR 01/2010

CARTA CONVITE N.º FMDR 01/2010

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, tona público a anulação da Carta Convite n.º FMDR 01/2010. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Edital de Pregão Eletrônico n.º 15/2010

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO N.º 64/2010

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS N.º 15/2010

O Município de Canoinhas-SC CNPJ 83.102.384/0001-80 fará realizar no dia 23/07/2010, às 10:00 hs, pregão eletrônico para registro de preços para aquisição parcelada de formulário contínuos, destinados às Escolas da Rede Municipal de Ensino. Cadastro de propostas no site até às 09:00 horas do dia 23/07/2010. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (Acesso livre) e Pregão



Capinzal

SIMAE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Maio/2010

SANTA CATARINA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	301.160,02	Despesa Orçamentária	214.739,00
RECEITA TRIBUTARIA	1.426,77	Despesas exceto Intra-orçamentárias	214.739,00
RECEITA PATRIMONIAL	153,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	85.635,20
RECEITA DE SERVIÇOS	292.562,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.655,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.017,90	INVESTIMENTOS	8.448,26
Receita Extra - Orçamentária	253.281,21	Despesa Extra - Orçamentária	258.855,61
CREDITOS EM CIRCULACAO	76,76	CREDITOS EM CIRCULACAO	19,19
CREDITOS A RECEBER	76,76	CREDITOS A RECEBER	19,19
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	76,76	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	19,19
DEPOSITOS	31.605,25	DEPOSITOS	30.937,22
CONSIGNACOES	11.011,49	CONSIGNACOES	10.581,58
PREVIDENCIA SOCIAL	7.645,92	PREVIDENCIA SOCIAL	7.110,95
PENSAO ALIMENTICIA	1.632,96	PENSAO ALIMENTICIA	1.632,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.732,61	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.837,67
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.593,76	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.355,64
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	20.593,76	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	20.355,64
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	221.599,20	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	227.899,20
OBRIGACOES A PAGAR	221.599,20	OBRIGACOES A PAGAR	227.899,20
FORNECEDORES	126.532,82	FORNECEDORES	126.532,82
PESSOAL A PAGAR	67.610,35	PESSOAL A PAGAR	67.610,35
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	13.765,93	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	13.765,93
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.034,85	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.034,85
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	6.300,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	12.600,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.355,25	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.355,25
Saldos anteriores	1.400.626,72	Saldos atuais	1.481.473,34
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	1.400.626,72	BANCO C/ MOVIMENTO	1.481.473,34
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.955.067,95	Total	1.955.067,95

CAPINZAL, 11/06/2010

SIDNEI PENSO
DIRETOR

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1



Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Balancete Financeiro FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 06/2010

Emissão: 30/06/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	382,47	DESPESA ORÇAMENTARIA	0,00
RECEITAS CORRENTES	382,47		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	371,12		
RECEITA PATRIMONIAL	11,35		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
> DESPESA EMPENHADA	0,00	> DESPESA PAGA	0,00
> SALDOS ANTERIORES	2.788,38	> SALDOS ATUAIS	3.170,85
BANCO DO BRASIL	1.358,74	BANCO DO BRASIL	1.364,43
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.429,64	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	1.806,42
> TOTAL	3.170,85	> TOTAL	3.170,85

RESPONSÁVEL P/ SEC ADMINISTRAÇ
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Pág. 001

Balancete Financeiro FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 06/2010

Emissão: 30/06/2010

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
RECEITA ORCAMENTARIA	94.754,38	DESPESA ORCAMENTARIA	507.464,06
RECEITAS CORRENTES	61.754,38	SAÚDE	507.464,06
RECEITA PATRIMONIAL	6,79		
RECEITA DE SERVIÇOS	9.859,33		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.855,01		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.033,25		
RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	33.000,00		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	315.765,73	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	32.669,96
PREVIDENCIA SOCIAL	15.203,29	PREVIDENCIA SOCIAL	15.067,18
INSS	15.203,29	INSS	15.067,18
INSS	12.702,70	INSS	12.566,59
INSS/EMPRESA	2.500,59	INSS/EMPRESA	2.500,59
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	351,90	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	351,90
TESOURO NACIONAL	11.026,48	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.475,79
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE -	11.026,48	Assistência Médica UNIMED	1.475,79
IRRF / EMPRESAS	407,71	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	2.638,96
IRRF S/ RENDIMENTOS DO TRABALHO	10.618,77	Empréstimo CEF	1.629,35
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	1.675,49	Empréstimo B. Brasil	1.009,61
Assistência Médica UNIMED	1.675,49	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	13.136,13
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	2.781,99	ASSERV	1.138,28
Empréstimo CEF	1.772,38	Taxa de Manutenção das Carteirinhas	265,60
Empréstimo B. Brasil	1.009,61	Desconto Sindicato	360,28
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	13.121,01	Emprest Consig BV Financeira	10.401,28
ASSERV	1.147,43	Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	970,69
Taxa de Manutenção das Carteirinhas	263,89		
Desconto Sindicato	337,72		
Emprest Consig BV Financeira	10.401,28		
Boletim de Proced Ambulatorial - Funreb	970,69		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	271.605,57		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	271.605,57		
> DESPESA EMPENHADA	507.464,06	> DESPESA PAGA	361.157,81
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	507.464,06	CREDITO LIQUIDADO	361.157,81
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	361.157,81
> SALDOS ANTERIORES	185.470,45	> SALDOS ATUAIS	202.162,79
BANCO DO BRASIL	128.734,39	BANCO DO BRASIL	137.217,98
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	30.320,42	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	36.190,02
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	26.415,64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	28.754,79
> TOTAL	1.103.454,62	> TOTAL	1.103.454,62

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Balancete Financeiro FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 06/2010

Emissão: 30/06/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	20.519,82	DESPESA ORÇAMENTARIA	24.698,34
RECEITAS CORRENTES	20.519,82	SEGURANÇA PÚBLICA	24.698,34
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.037,67		
RECEITA PATRIMONIAL	980,72		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.500,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1,43		
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	80.000,00	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	80.000,00		
REPASSE REF TRANSF FINANC PREFEITURA	80.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	24.698,34	> DESPESA PAGA	1.949,81
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	24.698,34	CREDITO LIQUIDADO	1.949,81
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	1.949,81
> SALDOS ANTERIORES	160.593,99	> SALDOS ATUAIS	259.164,00
BANCO DO BRASIL	100.392,59	BANCO DO BRASIL	180.995,50
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	60.201,40	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	78.168,50
> TOTAL	285.812,15	> TOTAL	285.812,15

RESPONSÁVEL P/ S. ADMINISTRAÇÃO
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Balancete Financeiro PMC

CPL Informática.

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 06/2010

Emissão: 30/06/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
RECEITA ORÇAMENTARIA	1.240.867,65	DESPESA ORÇAMENTARIA	798.609,63
RECEITAS CORRENTES	1.215.867,65	ADMINISTRAÇÃO	132.729,22
RECEITA TRIBUTÁRIA	116.007,54	SEGURANÇA PÚBLICA	6.007,09
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	32.187,35	TRABALHO	21.206,86
RECEITA PATRIMONIAL	5.490,25	EDUCAÇÃO	334.851,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.041.892,03	CULTURA	4.321,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.290,48	URBANISMO	47.318,83
RECEITAS DE CAPITAL	25.000,00	SANEAMENTO	19.334,92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.000,00	AGRICULTURA	3.694,96
		COMUNICAÇÕES	600,00
		TRANSPORTE	175.410,72
		DESPORTO E LAZER	16.214,34
		ENCARGOS ESPECIAIS	36.919,64
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	71.288,92	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	510.067,04
PREVIDENCIA SOCIAL	30.549,30	PREVIDENCIA SOCIAL	29.860,57
INSS	30.549,30	INSS	29.860,57
INSS	26.668,65	INSS	25.979,92
INSS/EMPRESA	3.880,65	INSS/EMPRESA	3.880,65
PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	714,00	PENSAO ALIMENTICIA CNPJ, CPF, UG, IG OU	841,50
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	5.346,24	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDI	8.086,35
ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	5.346,24	ASSISTENCIA MEDICA UNIMED	8.086,35
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	14.278,82	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	13.840,43
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	7.761,19	EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	7.761,19
EMPRESTIMO CEF	6.517,63	EMPRESTIMO CEF	6.079,24
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	20.400,56	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	20.482,78
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.452,22	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	4.478,73
ASSERV	4.452,22	ASSERV	4.478,73
OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	15.948,34	OUTROS CONSIGNATARIOS CNPJ, CPF, UG, IG	16.004,05
TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	822,40	TAXA MANUTENCAO CARTEIRINHAS	825,60
DESCONTO MASTERFARMA	118,20	DESCONTO MASTERFARMA	118,20
DESCONTO SINDICATO	706,46	DESCONTO SINDICATO	758,97
Emprest Consignacao BV Financeira	13.737,46	Emprest Consignacao BV Financeira	13.737,46
Emprestimo Carlos F. Rodrigues	563,82	Emprestimo Carlos F. Rodrigues	563,82
		REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	436.955,41
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM ASSIST SOC	25.349,84
		REPASSE REF TRANSF FINANC FM SAUDE	271.605,57
		REPASSE REF TRANSF FINANC FUNDO REEQ BO	80.000,00
		REPASSE REF TRANSF FINANC CM VEREADORES	60.000,00
> DESPESA EMPENHADA	798.609,63	> DESPESA PAGA	916.211,83
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	798.609,63	CREDITO LIQUIDADO	916.211,83
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	916.211,83
> SALDOS ANTERIORES	1.308.151,02	> SALDOS ATUAIS	1.194.028,72
BANCO DO BRASIL	552.805,98	BANCO DO BRASIL	549.577,59
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	357.054,47	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	411.290,69
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	398.290,57	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	233.160,44
> TOTAL	3.418.917,22	> TOTAL	3.418.917,22

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Despesa FIA

CPL Informática.

F

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
20	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
2001	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
0027	ADOLESCENTE ASSISTIDO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
2075	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FDO DA I	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903980	* 00 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903980	* " 000000 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
								Estornos até o Mes	0,00	Pagos até o Mes	0,00	

RESPONSÁVEL P/ SEC ADMINISTRAÇ
CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FMAS

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada	Exercíci
ESTADO DE SANTA CATARINA	Mes de junho, Saldos até 30/06/2010	Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.
3001	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.
0028	ASSISTÊNCIA SOCIAL	356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.
2076	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNIC	104.500,00	8.500,00	0,00	0,00	113.000,00	16.315,65	16.315,65	230,25	96.684,35	11.686,60	4.
30000000	DESPESAS CORRENTES	97.500,00	8.500,00	0,00	0,00	106.000,00	15.606,75	15.606,75	230,25	90.393,25	11.686,60	3.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	97.500,00	8.500,00	0,00	0,00	106.000,00	15.606,75	15.606,75	230,25	90.393,25	11.686,60	3.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	97.500,00	8.500,00	0,00	0,00	106.000,00	15.606,75	15.606,75	230,25	90.393,25	11.686,60	3.
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47,84	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.447,96	2.447,96	0,00	0,00	724,14	1.
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293,28	1.293,28	0,00	0,00	0,00	1.
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	-1.
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	-1.
33903014	* 48 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* 52 000067 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* 52 000067 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117,00	-
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* 52 000067 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* 52 000061 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* 52 000061 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* 63 000056 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00	0,00	1.472,58	-1.
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,90	16,90	0,00	0,00	16,90	
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423,38	423,38	0,00	0,00	0,00	
33903022	* 50 000006 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903023	* 48 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903023	* 48 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267,00	267,00	0,00	0,00	267,00	
33903023	* 48 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536,40	536,40	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 63 000056 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* 48 000004 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* 50 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* 50 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* 50 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00	
33903044	* 52 000067 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903046	* 52 000067 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.473,36	1.473,36	0,00	0,00	1.372,19	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,37	222,37	0,00	0,00	614,50	-
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercíci

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 50 000006 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.315,90	2.315,90	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 50 000006 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 50 000006 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903299	* 50 000006 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903606	* 50 000006 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	750,00	0,00	0,00	750,00	0,00
33903606	* 50 000006 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510,45	1.510,45	0,00	0,00	1.421,31	0,00
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,34	-
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	1.900,00	0,00	0,00	818,80	1.
33903917	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475,00	475,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 52 000061 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524,00	-
33903947	* 63 000056 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903949	* 63 000056 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	0,00
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-230,25	0,00	230,25	0,00	0,00	0,00
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903980	* 50 000006 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* 50 000006 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903988	* 50 000006 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 48 000004 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 50 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	708,90	708,90	0,00	6.291,10	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	708,90	708,90	0,00	6.291,10	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	708,90	708,90	0,00	6.291,10	0,00	0,00
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905212	* 00 000000 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* 52 000067 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	609,00	609,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905234	* 52 000067 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,90	99,90	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 52 000067 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	MANUTENCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL GERA	120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	5.785,06	5.785,06	0,00	114.214,94	18.494,45	-12.
30000000	DESPESAS CORRENTES	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	5.785,06	5.785,06	0,00	99.214,94	18.494,45	-12.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	5.785,06	5.785,06	0,00	99.214,94	18.494,45	-12.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	105.000,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	5.785,06	5.785,06	0,00	99.214,94	18.494,45	-12.
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	340,00	0,00	0,00	340,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.477,30	1.477,30	0,00	0,00	1.652,79	-



CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	-1.
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122,05	-
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,67	53,67	0,00	0,00	261,07	-
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,50	-
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,06	171,06	0,00	0,00	769,62	-
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.926,64	-3.
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	180,00	-
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	-
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530,59	530,59	0,00	0,00	530,59	
33903967	* 00 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.040,00	2.040,00	0,00	0,00	3.060,00	-1.
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	-
33903988	* 00 000000 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.127,44	1.127,44	0,00	0,00	4.936,19	-3.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
2078	CONSERVACAO E REFORMA DO CENTRO DE CO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
2083	ESTUDOS SOCIOS ECONOMICOS E AUXILIO C	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2084	TRANSFERENCIAS A CLUBE DE IDOSOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
2085	TRANSFERENCIAS A CLUBES DE MAES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
2086	TRANSFERENCIAS A APAE	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	47.000,00	5.000,00	-2.
30000000	DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	47.000,00	5.000,00	-2.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	47.000,00	5.000,00	-2.
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00	47.000,00	5.000,00	-2.
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	5.000,00	-2.
2087	TRANSFERENCIAS AO PATRONATO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	650,00	650,00	0,00	9.350,00	650,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	650,00	650,00	0,00	9.350,00	650,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	650,00	650,00	0,00	9.350,00	650,00	



CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercíci

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650,00	650,00	0,00	0,00	650,00	
2088	TRANSFERENCIAS A COMUNIDADE CASA ESPE	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
1079	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CENTROS DE	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
1080	IMPLANTACAO DE ACADEMIAS DE GINASTICA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
TOTAL GERAL												
		356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.



CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercíci

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30000000	DESPESAS CORRENTES	294.500,00	8.500,00	0,00	0,00	303.000,00	25.041,81	25.041,81	230,25	277.958,19	35.831,05	-10.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	294.500,00	8.500,00	0,00	0,00	303.000,00	25.041,81	25.041,81	230,25	277.958,19	35.831,05	-10.
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	3.650,00	3.650,00	0,00	71.350,00	5.650,00	-2.
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	3.650,00	0,00	0,00	5.650,00	-2.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	219.500,00	8.500,00	0,00	0,00	228.000,00	21.391,81	21.391,81	230,25	206.608,19	30.181,05	-8.
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340,00	340,00	0,00	0,00	340,00	
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.477,30	1.477,30	0,00	0,00	1.700,63	-
33903007	* " 000005 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903007	* " 000006 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.447,96	2.447,96	0,00	0,00	724,14	1.
33903007	* " 000056 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293,28	1.293,28	0,00	0,00	0,00	1.
33903014	* " 000004 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903014	* " 000005 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	-1.
33903014	* " 000006 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	-1.
33903014	* " 000067 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* " 000056 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* " 000067 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117,00	-
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,00	-
33903017	* " 000056 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* " 000067 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,00	
33903019	* " 000006 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* " 000056 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* " 000056 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* " 000061 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	-1.
33903021	* " 000056 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00	0,00	1.472,58	-1.
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122,05	-
33903022	* " 000006 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,90	16,90	0,00	0,00	16,90	
33903022	* " 000056 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423,38	423,38	0,00	0,00	0,00	
33903022	* " 000061 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903023	* " 000004 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903023	* " 000006 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267,00	267,00	0,00	0,00	267,00	
33903023	* " 000056 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	536,40	536,40	0,00	0,00	0,00	
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53,67	53,67	0,00	0,00	261,07	-
33903026	* " 000056 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* " 000004 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* " 000006 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* " 000056 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903029	* " 000067 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* " 000067 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	0,00	
33903031	* " 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	578,50	-
33903044	* " 000067 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903046	* " 000067 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercício

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903099	* " 000005 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.473,36	1.473,36	0,00	0,00	1.372,19	
33903099	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,37	222,37	0,00	0,00	614,50	-
33903099	* " 000061 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,06	171,06	0,00	0,00	769,62	-
33903203	* " 000005 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903203	* " 000006 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903203	* " 000056 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.926,64	-3.
33903299	* " 000006 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.315,90	2.315,90	0,00	0,00	0,00	2.
33903299	* " 000056 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903299	* " 000061 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903299	* " 000067 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903606	* " 000006 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	750,00	0,00	0,00	750,00	
33903606	* " 000067 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903699	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903699	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510,45	1.510,45	0,00	0,00	1.421,31	
33903699	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190,34	-
33903699	* " 000067 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,00	1.900,00	0,00	0,00	818,80	1.
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,00	45,00	0,00	0,00	180,00	-
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	-
33903917	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	475,00	475,00	0,00	0,00	0,00	
33903920	* " 000061 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903920	* " 000067 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524,00	-
33903947	* " 000056 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903949	* " 000056 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	1.100,00	
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,34	530,59	230,25	0,00	530,59	
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903967	* " 000000 serviços funerários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.040,00	2.040,00	0,00	0,00	3.060,00	-1.
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00	-
33903980	* " 000006 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903988	* " 000000 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903988	* " 000006 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903988	* " 000056 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.127,44	1.127,44	0,00	0,00	4.936,19	-3.
33903999	* " 000004 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000006 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000056 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000061 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33904710	* " 000006 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	708,90	708,90	0,00	61.291,10	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	708,90	708,90	0,00	61.291,10	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00	708,90	708,90	0,00	61.291,10	0,00	
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905212	* " 000000 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905212	* " 000061 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Exercício

Anexo

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
44905234	* " 000067 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99,90	99,90	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* " 000067 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000061 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* " 000067 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		356.500,00	8.500,00	0,00	0,00	365.000,00	25.750,71	25.750,71	230,25	339.249,29	35.831,05	-10.
						Estornos até o Mes			230,25	Pagos até o Mes		
										35.831,05		

SECRETARIA DA SAÚDE

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FMS

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercício

Anexo

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.037.605,00	220.600,00	0,00	0,00	3.258.205,00	507.464,06	507.464,06	0,00	2.750.740,94	361.157,81	146.
2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS	3.037.605,00	220.600,00	0,00	0,00	3.258.205,00	507.464,06	507.464,06	0,00	2.750.740,94	361.157,81	146.
10	SAÚDE	3.037.605,00	220.600,00	0,00	0,00	3.258.205,00	507.464,06	507.464,06	0,00	2.750.740,94	361.157,81	146.
301	ATENÇÃO BÁSICA	3.013.305,00	220.600,00	0,00	0,00	3.233.905,00	503.899,72	503.899,72	0,00	2.730.005,28	359.065,08	144.
0025	SAÚDE PARA TODOS	3.013.305,00	220.600,00	0,00	0,00	3.233.905,00	503.899,72	503.899,72	0,00	2.730.005,28	359.065,08	144.
2089	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	726.005,00	107.600,00	0,00	0,00	833.605,00	111.816,55	111.816,55	0,00	721.788,45	107.736,83	4.
30000000	DESPESAS CORRENTES	726.005,00	107.600,00	0,00	0,00	833.605,00	111.816,55	111.816,55	0,00	721.788,45	107.736,83	4.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	37.115,43	37.115,43	0,00	282.884,57	37.115,43	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	320.000,00	0,00	0,00	0,00	320.000,00	37.115,43	37.115,43	0,00	282.884,57	37.115,43	
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,43	46,43	0,00	0,00	46,43	
31901101	* 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.236,34	22.236,34	0,00	0,00	22.236,34	
31901131	* 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	718,96	718,96	0,00	0,00	718,96	
31901137	* 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.648,36	1.648,36	0,00	0,00	1.648,36	
31901142	* 02 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901145	* 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635,90	635,90	0,00	0,00	635,90	
31901199	* 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.362,65	6.362,65	0,00	0,00	6.362,65	
31901302	* 02 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.466,79	5.466,79	0,00	0,00	5.466,79	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	406.005,00	107.600,00	0,00	0,00	513.605,00	74.701,12	74.701,12	0,00	438.903,88	70.621,40	4.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	406.005,00	107.600,00	0,00	0,00	513.605,00	74.701,12	74.701,12	0,00	438.903,88	70.621,40	4.
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.708,02	1.708,02	0,00	0,00	1.708,02	
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.892,93	5.892,93	0,00	0,00	0,00	5.
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,40	690,40	0,00	0,00	0,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.796,38	6.796,38	0,00	0,00	720,00	6.
33903009	* 00 000000 material farmacológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.936,00	3.936,00	0,00	0,00	0,00	3.
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136,00	136,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	972,92	972,92	0,00	0,00	0,00	
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.395,70	3.395,70	0,00	0,00	0,00	3.
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* 02 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,03	24,03	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903036	* 00 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.247,68	3.247,68	0,00	0,00	0,00	3.
33903046	* 02 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	379,20	379,20	0,00	0,00	0,00	
33903202	* 00 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.923,10	17.923,10	0,00	0,00	35.893,78	-17.
33903630	* 00 000000 serviços médicos e od	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	70,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,50	-
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299,00	1.299,00	0,00	0,00	0,00	1.
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.985,56	-1.
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	959,56	-
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.616,71	27.616,71	0,00	0,00	27.840,94	-
33903957	* 02 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903978	* 02 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,05	8,05	0,00	0,00	8,05	
33903983	* 02 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	15,00	0,00	0,00	0,00	
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2090	CONSERVACAO E MANUTENCAO DO HOSPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.300,00	1.300,00	0,00	18.700,00	0,00	1.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.300,00	1.300,00	0,00	18.700,00	0,00	1.
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.300,00	1.300,00	0,00	18.700,00	0,00	1.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.300,00	1.300,00	0,00	18.700,00	0,00	1.
44905234	* 00 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	1.
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2091	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE	1.352.300,00	0,00	0,00	0,00	1.352.300,00	95.067,35	95.067,35	0,00	1.257.232,65	99.490,19	-4.
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.342.300,00	0,00	0,00	0,00	1.342.300,00	95.067,35	95.067,35	0,00	1.247.232,65	99.490,19	-4.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00	82.496,19	82.496,19	0,00	984.803,81	82.496,19	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.067.300,00	0,00	0,00	0,00	1.067.300,00	82.496,19	82.496,19	0,00	984.803,81	82.496,19	
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251,34	251,34	0,00	0,00	251,34	
31901101	* 02 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.983,82	51.983,82	0,00	0,00	51.983,82	
31901131	* 02 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526,27	1.526,27	0,00	0,00	1.526,27	
31901137	* 02 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.861,20	2.861,20	0,00	0,00	2.861,20	
31901142	* 02 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901143	* 02 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901145	* 02 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.839,88	1.839,88	0,00	0,00	1.839,88	
31901199	* 02 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.896,94	9.896,94	0,00	0,00	9.896,94	
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.136,74	14.136,74	0,00	0,00	14.136,74	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	12.571,16	12.571,16	0,00	262.428,84	16.994,00	-4.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	275.000,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00	12.571,16	12.571,16	0,00	262.428,84	16.994,00	-4.
33901414	* 12 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33901414	* 12 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33901414	* 12 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903001	* 12 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903004	* 64 000008 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903010	* 12 000000 material odontológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* 64 000008 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* 64 000008 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* 64 000008 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* 64 000008 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903036	* 64 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264,83	264,83	0,00	0,00	0,00	
33903036	* 64 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 12 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 12 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614,00	614,00	0,00	0,00	1.624,00	-1.
33903099	* 12 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,90	13,90	0,00	0,00	0,00	
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142,20	142,20	0,00	0,00	0,00	
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.787,87	-6.
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.846,23	10.846,23	0,00	0,00	3.996,21	6.
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903202	* 12 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.976,16	-1.
33903203	* 64 000008 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903919	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903943	* 64 000008 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097,59	-1.
33903944	* 12 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903944	* 12 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636,26	-
33903947	* 12 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,00	690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903950	* 12 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903958	* 64 000008 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,91	-
33903995	* 12 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 12 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44905208	* 00 000000 aparelhos, equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	MANUTENCAO DO PROGRAMA PSF	790.000,00	0,00	0,00	0,00	790.000,00	89.465,27	89.465,27	0,00	700.534,73	86.887,78	2.
30000000	DESPESAS CORRENTES	790.000,00	0,00	0,00	0,00	790.000,00	89.465,27	89.465,27	0,00	700.534,73	86.887,78	2.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	785.000,00	0,00	0,00	0,00	785.000,00	86.740,03	86.740,03	0,00	698.259,97	86.740,03	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	785.000,00	0,00	0,00	0,00	785.000,00	86.740,03	86.740,03	0,00	698.259,97	86.740,03	0,00
31900499	* 02 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.016,73	71.016,73	0,00	0,00	71.016,73	0,00
31900901	* 02 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287,85	287,85	0,00	0,00	287,85	0,00
31901302	* 02 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.435,45	15.435,45	0,00	0,00	15.435,45	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.725,24	2.725,24	0,00	2.274,76	147,75	2.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	2.725,24	2.725,24	0,00	2.274,76	147,75	2.
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147,75	-
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,99	167,99	0,00	0,00	0,00	0,00
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.584,75	1.584,75	0,00	0,00	0,00	1.
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	517,50	517,50	0,00	0,00	0,00	0,00
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105,00	105,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1093	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES DE	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	140.000,00	106.760,55	106.760,55	0,00	33.239,45	64.950,28	41.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	140.000,00	106.760,55	106.760,55	0,00	33.239,45	64.950,28	41.
44000000	INVESTIMENTOS	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	140.000,00	106.760,55	106.760,55	0,00	33.239,45	64.950,28	41.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	120.000,00	20.000,00	0,00	0,00	140.000,00	106.760,55	106.760,55	0,00	33.239,45	64.950,28	41.
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.791,94	9.791,94	0,00	0,00	9.791,94	0,00
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,55	11.760,55	0,00	0,00	0,00	11.
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.454,89	48.454,89	0,00	0,00	48.454,89	0,00

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.208,06	15.208,06	0,00	0,00	6.703,45	8.
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.545,11	21.545,11	0,00	0,00	0,00	21.
1094	AQUISICAO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS	5.000,00	93.000,00	0,00	0,00	98.000,00	99.490,00	99.490,00	0,00	-1.490,00	0,00	99.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	93.000,00	0,00	0,00	98.000,00	99.490,00	99.490,00	0,00	-1.490,00	0,00	99.
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	93.000,00	0,00	0,00	98.000,00	99.490,00	99.490,00	0,00	-1.490,00	0,00	99.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	93.000,00	0,00	0,00	98.000,00	99.490,00	99.490,00	0,00	-1.490,00	0,00	99.
44905208	* 00 000000 aparelhos, equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.872,50	24.872,50	0,00	0,00	0,00	24.
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.617,50	74.617,50	0,00	0,00	0,00	74.
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	899,24	899,24	0,00	6.300,76	1.075,69	-
0025	SAÚDE PARA TODOS	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	899,24	899,24	0,00	6.300,76	1.075,69	-
2095	MANUTENCAO DA VIGILANCIA SANITARIA	7.200,00	0,00	0,00	0,00	7.200,00	899,24	899,24	0,00	6.300,76	1.075,69	-
30000000	DESPESAS CORRENTES	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	899,24	899,24	0,00	2.700,76	835,69	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	899,24	899,24	0,00	2.700,76	835,69	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	899,24	899,24	0,00	2.700,76	835,69	
33903001	* 12 000015 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590,58	590,58	0,00	0,00	289,03	
33903017	* 12 000015 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238,00	-
33903028	* 12 000015 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 12 000015 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* 12 000015 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* 12 000015 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33904710	* 12 000015 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308,66	308,66	0,00	0,00	308,66	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	240,00	-
44000000	INVESTIMENTOS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	240,00	-
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	0,00	3.600,00	240,00	-
44905204	* 12 000015 aparelhos de medição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905230	* 12 000015 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	-
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	2.665,10	2.665,10	0,00	14.434,90	1.017,04	1.
0025	SAÚDE PARA TODOS	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	2.665,10	2.665,10	0,00	14.434,90	1.017,04	1.
2096	MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGI	17.100,00	0,00	0,00	0,00	17.100,00	2.665,10	2.665,10	0,00	14.434,90	1.017,04	1.
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	2.665,10	2.665,10	0,00	5.884,90	97,04	2.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	2.665,10	2.665,10	0,00	5.884,90	97,04	2.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	2.665,10	2.665,10	0,00	5.884,90	97,04	2.
33903007	* 12 000016 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,50	84,50	0,00	0,00	97,04	
33903016	* 12 000016 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* 12 000016 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 12 000016 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* 12 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 12 000016 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 12 000016 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,10	456,10	0,00	0,00	0,00	
33903044	* 12 000016 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 12 000016 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144,50	144,50	0,00	0,00	0,00	
33903916	* 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* 12 000016 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,00	540,00	0,00	0,00	0,00	
33903947	* 12 000016 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903957	* 12 000016 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903959	* 12 000016 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440,00	1.440,00	0,00	0,00	0,00	1.

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercíci

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	920,00	-
44000000	INVESTIMENTOS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	920,00	-
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	0,00	0,00	0,00	8.550,00	920,00	-
44905212	* 12 000016 aparelhos e utensílio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
44905242	* 12 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00	-
TOTAL GERAL		3.037.605,00	220.600,00	0,00	0,00	3.258.205,00	507.464,06	507.464,06	0,00	2.750.740,94	361.157,81	146.

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.870.455,00	107.600,00	0,00	0,00	2.978.055,00	299.913,51	299.913,51	0,00	2.678.141,49	295.047,53	4.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.172.300,00	0,00	0,00	0,00	2.172.300,00	206.351,65	206.351,65	0,00	1.965.948,35	206.351,65	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.172.300,00	0,00	0,00	0,00	2.172.300,00	206.351,65	206.351,65	0,00	1.965.948,35	206.351,65	
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.016,73	71.016,73	0,00	0,00	71.016,73	
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,62	585,62	0,00	0,00	585,62	
31901101	* " 000000 vencimentos e salári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.220,16	74.220,16	0,00	0,00	74.220,16	
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.245,23	2.245,23	0,00	0,00	2.245,23	
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.509,56	4.509,56	0,00	0,00	4.509,56	
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901143	* " 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.475,78	2.475,78	0,00	0,00	2.475,78	
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.259,59	16.259,59	0,00	0,00	16.259,59	
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.038,98	35.038,98	0,00	0,00	35.038,98	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	698.155,00	107.600,00	0,00	0,00	805.755,00	93.561,86	93.561,86	0,00	712.193,14	88.695,88	4.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	698.155,00	107.600,00	0,00	0,00	805.755,00	93.561,86	93.561,86	0,00	712.193,14	88.695,88	4.
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.708,02	1.708,02	0,00	0,00	1.708,02	
33901414	* " 000008 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33901414	* " 000055 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.892,93	5.892,93	0,00	0,00	0,00	5.
33903001	* " 000015 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590,58	590,58	0,00	0,00	289,03	
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,40	690,40	0,00	0,00	0,00	
33903004	* " 000008 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.796,38	6.796,38	0,00	0,00	867,75	5.
33903007	* " 000016 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,50	84,50	0,00	0,00	97,04	
33903009	* " 000000 material farmacológi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903010	* " 000000 material odontológic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.936,00	3.936,00	0,00	0,00	0,00	3.
33903016	* " 000008 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* " 000016 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	136,00	136,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* " 000008 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* " 000015 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	238,00	-
33903017	* " 000016 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* " 000008 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	972,92	972,92	0,00	0,00	0,00	
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.395,70	3.395,70	0,00	0,00	0,00	3.
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,99	167,99	0,00	0,00	0,00	
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.608,78	1.608,78	0,00	0,00	0,00	1.
33903026	* " 000016 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* " 000015 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* " 000016 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* " 000016 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903036	* " 000008 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264,83	264,83	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.247,68	3.247,68	0,00	0,00	0,00	3.
33903039	* " 000008 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	614,00	614,00	0,00	0,00	1.624,00	-1.
33903039	* " 000015 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* " 000016 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,10	456,10	0,00	0,00	0,00	
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903044	* " 000016 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903046	* " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	910,60	910,60	0,00	0,00	0,00	
33903099	* " 000016 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144,50	144,50	0,00	0,00	0,00	
33903202	* " 000000 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.065,30	18.065,30	0,00	0,00	35.893,78	-17.
33903202	* " 000008 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.787,87	-6.
33903202	* " 000013 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.846,23	10.846,23	0,00	0,00	3.996,21	6.
33903202	* " 000055 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903202	* " 000060 medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.976,16	-1.
33903203	* " 000008 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903630	* " 000000 serviços médicos e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	70,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	545,50	-
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	195,00	195,00	0,00	0,00	0,00	
33903916	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299,00	1.299,00	0,00	0,00	0,00	1.
33903919	* " 000008 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* " 000015 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* " 000016 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	540,00	540,00	0,00	0,00	0,00	
33903920	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.985,56	-1.
33903943	* " 000008 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097,59	-1.
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	959,56	-
33903944	* " 000008 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636,26	-
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903947	* " 000016 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.306,71	28.306,71	0,00	0,00	27.840,94	
33903950	* " 000008 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903950	* " 000055 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	
33903957	* " 000016 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	459,99	-
33903958	* " 000008 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,91	-
33903959	* " 000016 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.440,00	1.440,00	0,00	0,00	0,00	1.
33903969	* " 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903980	* " 000016 hospedagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,05	8,05	0,00	0,00	8,05	
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	
33903995	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	265,00	265,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercíci

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33904710	* " 000015 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	308,66	308,66	0,00	0,00	308,66	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	167.150,00	113.000,00	0,00	0,00	280.150,00	207.550,55	207.550,55	0,00	72.599,45	66.110,28	141.
44000000	INVESTIMENTOS	167.150,00	113.000,00	0,00	0,00	280.150,00	207.550,55	207.550,55	0,00	72.599,45	66.110,28	141.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	167.150,00	113.000,00	0,00	0,00	280.150,00	207.550,55	207.550,55	0,00	72.599,45	66.110,28	141.
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.791,94	9.791,94	0,00	0,00	9.791,94	
44905191	* " 000054 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.760,55	11.760,55	0,00	0,00	0,00	11.
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.454,89	48.454,89	0,00	0,00	48.454,89	
44905198	* " 000000 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.208,06	15.208,06	0,00	0,00	6.703,45	8.
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.545,11	21.545,11	0,00	0,00	0,00	21.
44905204	* " 000015 aparelhos de medição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905208	* " 000000 aparelhos, equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905212	* " 000016 aparelhos e utensíli	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905230	* " 000015 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	-
44905233	* " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905234	* " 000000 máquinas, utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	1.
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905242	* " 000016 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00	-
44905252	* " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.872,50	24.872,50	0,00	0,00	0,00	24.
44905252	* " 000055 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.617,50	74.617,50	0,00	0,00	0,00	74.
TOTAL GERAL		3.037.605,00	220.600,00	0,00	0,00	3.258.205,00	507.464,06	507.464,06	0,00	2.750.740,94	361.157,81	146.
						Estornos até o Mes		0,00		Pagos até o Mes	361.157,81	

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da Despesa FUNREBOM

CPL Informática.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
40	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNRE	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	24.698,34	24.698,34	0,00	159.701,66	1.949,81	22.
4001	FUNREBOM	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	24.698,34	24.698,34	0,00	159.701,66	1.949,81	22.
06	SEGURANÇA PÚBLICA	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	24.698,34	24.698,34	0,00	159.701,66	1.949,81	22.
182	DEFESA CIVIL	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	24.698,34	24.698,34	0,00	159.701,66	1.949,81	22.
0070	ADMINISTRAÇÃO GERAL	184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	24.698,34	24.698,34	0,00	159.701,66	1.949,81	22.
2097	MANUTENCAO DO FUNREBOM	135.000,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	130.361,78	1.949,81	2.
30000000	DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	65.361,78	1.949,81	2.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	65.361,78	1.949,81	2.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	65.361,78	1.949,81	2.
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,67	377,67	0,00	0,00	0,00	
33903020	* 00 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00	0,00	0,00	3.
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903036	* 00 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,55	520,55	0,00	0,00	1.041,10	-
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327,65	-
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359,92	-
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71,14	
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00	150,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2098	TRANSFERENCIAS AO FUNREBOM	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	0,00	0,00	16.200,00	0,00	
1100	CONSTRUCAO/REFORMA/AMPLIACAO DA SEDE	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	20.060,12	20.060,12	0,00	13.139,88	0,00	20.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	20.060,12	20.060,12	0,00	13.139,88	0,00	20.
44000000	INVESTIMENTOS	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	20.060,12	20.060,12	0,00	13.139,88	0,00	20.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	33.200,00	0,00	0,00	0,00	33.200,00	20.060,12	20.060,12	0,00	13.139,88	0,00	20.



CPL Informática.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30000000	DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	65.361,78	1.949,81	2.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	65.361,78	1.949,81	2.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	4.638,22	4.638,22	0,00	65.361,78	1.949,81	2.
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00	35,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	377,67	377,67	0,00	0,00	0,00	
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.475,00	3.475,00	0,00	0,00	0,00	3.
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903036	* " 000000 material hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520,55	520,55	0,00	0,00	1.041,10	-
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327,65	-
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	359,92	-
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71,14	
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00	150,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	114.400,00	0,00	0,00	0,00	114.400,00	20.060,12	20.060,12	0,00	94.339,88	0,00	20.
44000000	INVESTIMENTOS	114.400,00	0,00	0,00	0,00	114.400,00	20.060,12	20.060,12	0,00	94.339,88	0,00	20.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	114.400,00	0,00	0,00	0,00	114.400,00	20.060,12	20.060,12	0,00	94.339,88	0,00	20.
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.060,12	20.060,12	0,00	0,00	0,00	20.
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905299	* " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL		184.400,00	0,00	0,00	0,00	184.400,00	24.698,34	24.698,34	0,00	159.701,66	1.949,81	22.
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	1.949,81	

 RESPONSÁVEL P/ S. ADMINISTRAÇÃO
 CLAUDINEI ANTONIO SELLA

 TÉCNICO EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325


Comparativo da Despesa PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F
Exercíci
Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
02	GABINETE PREFEITO E VICE	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
0201	GABINETE DO PREFEITO	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
04	ADMINISTRAÇÃO	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
0006	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
2004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
30000000	DESPESAS CORRENTES	307.000,00	0,00	0,00	0,00	307.000,00	28.587,72	28.587,72	0,00	278.412,28	26.677,19	1.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	280.000,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	22.998,84	22.998,84	0,00	257.001,16	22.998,84	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	280.000,00	0,00	0,00	0,00	280.000,00	22.998,84	22.998,84	0,00	257.001,16	22.998,84	
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.409,67	18.409,67	0,00	0,00	18.409,67	
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	441,80	441,80	0,00	0,00	441,80	
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.147,37	4.147,37	0,00	0,00	4.147,37	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	5.588,88	5.588,88	0,00	21.411,12	3.678,35	1.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	5.588,88	5.588,88	0,00	21.411,12	3.678,35	1.
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.085,88	3.085,88	0,00	0,00	3.085,88	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	530,00	530,00	0,00	0,00	530,00	
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62,47	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.973,00	1.973,00	0,00	0,00	0,00	1.
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	0,00	0,00	0,00	1.281.000,00	104.141,50	104.141,50	603,78	1.176.858,50	118.209,68	-14.
0301	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GE	1.281.000,00	0,00	0,00	0,00	1.281.000,00	104.141,50	104.141,50	603,78	1.176.858,50	118.209,68	-14.
04	ADMINISTRAÇÃO	1.281.000,00	0,00	0,00	0,00	1.281.000,00	104.141,50	104.141,50	603,78	1.176.858,50	118.209,68	-14.
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	0,00	0,00	0,00	1.281.000,00	104.141,50	104.141,50	603,78	1.176.858,50	118.209,68	-14.
0009	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.281.000,00	0,00	0,00	0,00	1.281.000,00	104.141,50	104.141,50	603,78	1.176.858,50	118.209,68	-14.
2005	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETAR	1.068.000,00	0,00	0,00	0,00	1.068.000,00	98.424,59	98.424,59	603,78	969.575,41	104.561,99	-6.
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.043.000,00	0,00	0,00	0,00	1.043.000,00	94.994,59	94.994,59	603,78	948.005,41	96.573,99	-1.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	503.000,00	0,00	0,00	0,00	503.000,00	48.066,80	48.066,80	0,00	454.933,20	48.066,80	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	503.000,00	0,00	0,00	0,00	503.000,00	48.066,80	48.066,80	0,00	454.933,20	48.066,80	
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.754,47	11.754,47	0,00	0,00	11.754,47	
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.328,14	18.328,14	0,00	0,00	18.328,14	
31901131	* 00 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.710,68	5.710,68	0,00	0,00	5.710,68	
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.183,81	2.183,81	0,00	0,00	2.183,81	
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901143	* 00 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.494,03	1.494,03	0,00	0,00	1.494,03	
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.595,67	8.595,67	0,00	0,00	8.595,67	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540.000,00	0,00	0,00	0,00	540.000,00	46.927,79	46.927,79	603,78	493.072,21	48.507,19	-1.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	540.000,00	0,00	0,00	0,00	540.000,00	46.927,79	46.927,79	603,78	493.072,21	48.507,19	-1.
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.568,95	1.568,95	0,00	0,00	1.568,95	
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198,82	198,82	0,00	0,00	0,00	
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	0,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.403,64	1.403,64	0,00	0,00	168,74	1.
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.217,90	9.217,90	0,00	0,00	5.272,90	3.
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	304,00	304,00	0,00	0,00	30,00	



CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387,93	387,93	0,00	0,00	1.468,84	-1.
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,25	40,25	0,00	0,00	0,00	
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	967,00	-
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	299,50	299,50	0,00	0,00	0,00	
33903096	* 00 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206,00	206,00	0,00	0,00	0,00	
33903606	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	580,00	0,00	0,00	0,00	
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903639	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903645	* 00 000000 jetons a conselheiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	3.817,00	
33903696	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903901	* 00 000000 assinatura de periódi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	468,00	-
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.480,00	4.480,00	0,00	0,00	2.500,00	1.
33903910	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,18	-1.
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,00	75,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145,00	145,00	0,00	0,00	980,00	-
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	312,00	-
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	0,00	
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.413,18	-1.
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168,46	-
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.476,22	10.080,00	603,78	0,00	7.161,34	2.
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903950	* 00 000000 serviços médico hospi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00	320,00	0,00	0,00	150,00	
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	-1.
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.232,82	-5.
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903963	* 00 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.689,08	1.689,08	0,00	0,00	1.689,08	
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903979	* 00 000000 serviços de apoio adm	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.275,68	2.275,68	0,00	0,00	2.275,68	
33903983	* 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	739,50	739,50	0,00	0,00	1.000,70	-
33903988	* 00 000000 serviços de publicida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.351,74	4.351,74	0,00	0,00	3.616,74	
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,58	45,58	0,00	0,00	45,58	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	3.430,00	3.430,00	0,00	21.570,00	7.988,00	-4.
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	3.430,00	3.430,00	0,00	21.570,00	7.988,00	-4.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	3.430,00	3.430,00	0,00	21.570,00	7.988,00	-4.
44905206	* 00 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905230	* 00 000000 máquinas e equipment	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	CONSERVACAO DO PREDIO DA PREFEITURA	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
2007	CONTRIBUICOES A ENTIDADES MUNICIPALIS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.
30000000	DESPESAS CORRENTES	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	7.930,78	-7.
33503999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.930,78	-7.
2008	CONTRIBUICOES A ENTIDADES E ASSOCIACO	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.516,91	5.516,91	0,00	52.083,09	5.516,91	
30000000	DESPESAS CORRENTES	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.516,91	5.516,91	0,00	52.083,09	5.516,91	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.516,91	5.516,91	0,00	52.083,09	5.516,91	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	57.600,00	0,00	0,00	0,00	57.600,00	5.516,91	5.516,91	0,00	52.083,09	5.516,91	
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.516,91	5.516,91	0,00	0,00	5.516,91	
2010	TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE BAIRRO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
2011	TRANSFERENCIAS A ASSOCIACAO DE FUNCIO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
2013	DESPESAS COM PESSOAL (CIGA)	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	
31711199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	88,00	0,00	0,00	88,00	
31711399	* 00 000000 outras obrigações pat	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,00	26,00	0,00	0,00	26,00	
2014	DESPESA CORRENTE (CIGA)	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	
33710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	
33713999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	76,00	
2015	CAPITAL (CIGA)	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	
44000000	INVESTIMENTOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	
44715299	* 00 000000 outros equipamentos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	
1012	REFORMA E AMPLIACAO DO PREDIO DA PREF	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
04	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	4.305.425,00	149.766,61	0,00	0,00	4.455.191,61	355.987,39	355.987,39	0,00	4.099.204,22	381.352,68	-25.
0401	EDUCAÇÃO	3.922.425,00	144.766,61	0,00	0,00	4.067.191,61	322.529,12	322.529,12	0,00	3.744.662,49	354.343,82	-31.
12	EDUCAÇÃO	3.922.425,00	144.766,61	0,00	0,00	4.067.191,61	322.529,12	322.529,12	0,00	3.744.662,49	354.343,82	-31.
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	12.332,22	12.332,22	0,00	88.667,78	8.564,25	3.



CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
2016	MERENDA ESCOLAR	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	12.332,22	12.332,22	0,00	88.667,78	8.564,25	3.
30000000	DESPESAS CORRENTES	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	12.332,22	12.332,22	0,00	88.667,78	8.564,25	3.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	12.332,22	12.332,22	0,00	88.667,78	8.564,25	3.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	101.000,00	0,00	0,00	0,00	101.000,00	12.332,22	12.332,22	0,00	88.667,78	8.564,25	3.
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	567,38	567,38	0,00	0,00	3.988,20	-3.
33903203	* 00 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.764,84	11.764,84	0,00	0,00	4.576,05	7.
361	ENSINO FUNDAMENTAL	3.696.425,00	47.766,61	0,00	0,00	3.744.191,61	310.196,90	310.196,90	0,00	3.433.994,71	345.779,57	-35.
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	3.696.425,00	47.766,61	0,00	0,00	3.744.191,61	310.196,90	310.196,90	0,00	3.433.994,71	345.779,57	-35.
2017	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUND	2.928.225,00	25.000,00	0,00	0,00	2.953.225,00	264.728,36	264.728,36	0,00	2.688.496,64	296.347,03	-31.
30000000	DESPESAS CORRENTES	2.893.225,00	25.000,00	0,00	0,00	2.918.225,00	264.419,36	264.419,36	0,00	2.653.805,64	296.347,03	-31.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.391.750,00	0,00	0,00	0,00	2.391.750,00	201.123,35	201.123,35	0,00	2.190.626,65	224.597,76	-23.
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	2.391.750,00	0,00	0,00	0,00	2.391.750,00	201.123,35	201.123,35	0,00	2.190.626,65	224.597,76	-23.
31900499	* 01 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.805,89	15.805,89	0,00	0,00	15.282,04	
31900901	* 01 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.890,53	1.890,53	0,00	0,00	1.826,07	
31901101	* 01 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.954,66	92.954,66	0,00	0,00	94.872,25	-1.
31901131	* 01 000000 gratificação por exer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.298,23	29.298,23	0,00	0,00	29.298,23	
31901137	* 01 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.419,58	10.419,58	0,00	0,00	31.372,43	-20.
31901142	* 01 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,23	76,23	0,00	0,00	491,10	-
31901143	* 18 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,23	76,23	0,00	0,00	76,23	
31901145	* 01 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,41	25,41	0,00	0,00	802,82	-
31901199	* 01 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.392,66	16.392,66	0,00	0,00	16.392,66	
31901302	* 01 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.183,93	34.183,93	0,00	0,00	34.183,93	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	501.475,00	25.000,00	0,00	0,00	526.475,00	63.296,01	63.296,01	0,00	463.178,99	71.749,27	-8.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	501.475,00	25.000,00	0,00	0,00	526.475,00	63.296,01	63.296,01	0,00	463.178,99	71.749,27	-8.
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.182,34	5.182,34	0,00	0,00	5.182,34	
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.364,81	9.364,81	0,00	0,00	9.364,81	
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	718,00	718,00	0,00	0,00	510,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.945,65	3.945,65	0,00	0,00	928,14	3.
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257,50	257,50	0,00	0,00	801,00	-
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.153,87	8.153,87	0,00	0,00	2.915,62	5.
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209,40	209,40	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.431,47	1.431,47	0,00	0,00	1.193,94	
33903028	* 01 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,34	68,34	0,00	0,00	0,00	
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,00	-
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.118,36	5.118,36	0,00	0,00	11.698,27	-6.
33903044	* 01 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.439,20	-1.
33903046	* 00 000000 material bibliográfic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318,00	-1.
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345,72	345,72	0,00	0,00	82,00	
33903201	* 01 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903299	* 01 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903607	* 00 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.887,00	4.887,00	0,00	0,00	4.887,00	
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.300,00	4.300,00	0,00	0,00	0,00	4.
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	560,00	0,00	0,00	696,67	-
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158,00	-



CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903920	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00	-
33903926	* 01 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596,00	1.596,00	0,00	0,00	1.596,00	
33903943	* 19 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.347,86	-4.
33903944	* 19 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.979,07	-2.
33903949	* 00 000000 produções jornalístic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	60,00	
33903957	* 00 000000 serviços de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903969	* 01 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.661,46	12.661,46	0,00	0,00	12.661,46	
33903974	* 19 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903983	* 00 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33909247	* 00 000000 obrigações tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176,09	1.176,09	0,00	0,00	1.176,09	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	309,00	309,00	0,00	34.691,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	309,00	309,00	0,00	34.691,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	309,00	309,00	0,00	34.691,00	0,00	
44905233	* 00 000000 equipamentos para áud	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905240	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905242	* 00 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905257	* 00 000000 acessórios para autom	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309,00	309,00	0,00	0,00	0,00	
2019	MATERIAL ESCOLAR	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2020	TRANSPORTE ESCOLAR/MANUTENÇÃO EDUCAÇÃ	428.200,00	22.766,61	0,00	0,00	450.966,61	45.468,54	45.468,54	0,00	405.498,07	49.432,54	-3.
30000000	DESPESAS CORRENTES	428.200,00	22.766,61	0,00	0,00	450.966,61	45.468,54	45.468,54	0,00	405.498,07	49.432,54	-3.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	428.200,00	22.766,61	0,00	0,00	450.966,61	45.468,54	45.468,54	0,00	405.498,07	49.432,54	-3.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	428.200,00	22.766,61	0,00	0,00	450.966,61	45.468,54	45.468,54	0,00	405.498,07	49.432,54	-3.
33903024	* 22 000049 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.964,00	-3.
33903916	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903920	* 22 000049 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903926	* 22 000049 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.563,10	8.563,10	0,00	0,00	8.563,10	
33903926	* 22 000049 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.415,12	9.415,12	0,00	0,00	9.415,12	
33903926	* 22 000049 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.490,32	27.490,32	0,00	0,00	27.490,32	
2022	CONSERVACAO, AQUISICAO DE MAQUINAS E	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
2026	CONSERVACAO E REFORMA DE ESPACOS EDUC	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
1021	AQUISICAO DE VEICULOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anexo

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
1027	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS EDU	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00	
1028	CENTROS DE INCLUSAO DIGITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	125.000,00	97.000,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00	
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	125.000,00	97.000,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00	0,00	0,00	222.000,00	0,00	
2018	MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33903017	* 01 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* 01 000000 material de cama, mes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
1029	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CRECHES	100.000,00	97.000,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	97.000,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	97.000,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	97.000,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	0,00	
0402	DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
12	EDUCAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
2023	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO M	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
30000000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.600,00	2.699,65	-1.
33903926	* 00 000000 serviços de transport	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	2.699,65	-1.
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0403	DIVISÃO DE ENSINO SUPERIOR	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
12	EDUCAÇÃO	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
364	ENSINO SUPERIOR	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
0018	EDUCAÇÃO E QUALIDADE	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
2024	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
30000000	DESPESAS CORRENTES	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	10.922,83	10.922,83	0,00	49.077,17	10.722,83	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	360,00	360,00	0,00	9.640,00	160,00	
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360,00	360,00	0,00	0,00	160,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	10.562,83	10.562,83	0,00	39.437,17	10.562,83	



CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
0404	DIVISÃO DE ESPORTES	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	16.214,34	16.214,34	0,00	206.785,66	8.229,57	7.
27	DESPORTO E LAZER	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	16.214,34	16.214,34	0,00	206.785,66	8.229,57	7.
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	16.214,34	16.214,34	0,00	206.785,66	8.229,57	7.
0021	ESPORTE É VIDA	223.000,00	0,00	0,00	0,00	223.000,00	16.214,34	16.214,34	0,00	206.785,66	8.229,57	7.
2035	APOIO AO ESPORTE AMADOR	178.000,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	16.214,34	16.214,34	0,00	161.785,66	8.229,57	7.
30000000	DESPESAS CORRENTES	178.000,00	0,00	0,00	0,00	178.000,00	16.214,34	16.214,34	0,00	161.785,66	8.229,57	7.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	1.486,29	1.486,29	0,00	96.513,71	1.486,29	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00	1.486,29	1.486,29	0,00	96.513,71	1.486,29	
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.415,51	1.415,51	0,00	0,00	1.415,51	
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,78	70,78	0,00	0,00	70,78	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	14.728,05	14.728,05	0,00	65.271,95	6.743,28	7.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	14.728,05	14.728,05	0,00	65.271,95	6.743,28	7.
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	679,44	679,44	0,00	0,00	679,44	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.796,62	2.796,62	0,00	0,00	0,00	2.
33903014	* 00 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980,00	-
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,79	110,79	0,00	0,00	0,00	
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903299	* 00 000000 outros materiais de d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.501,30	1.501,30	0,00	0,00	0,00	1.
33903622	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	165,00	
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.284,42	-2.
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,82	-
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160,14	-
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.049,90	8.049,90	0,00	0,00	1.741,46	6.
2036	CONSERVACAO DE ESPACOS DE ESPORTES E	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44905235	* 00 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1034	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE ESPACOS ESP	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
0405	DIVISÃO DA CULTURA E TURISMO	90.000,00	5.000,00	0,00	0,00	95.000,00	4.921,10	4.921,10	0,00	90.078,90	5.356,81	-
13	CULTURA	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	55.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	50.678,90	4.133,50	
392	DIFUSÃO CULTURAL	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	55.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	50.678,90	4.133,50	
0049	CATANDUVAS E NOSSA HISTÓRIA	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	55.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	50.678,90	4.133,50	
2030	MANUTENCAO DE ATIVIDADES CULTURAIS E	45.000,00	5.000,00	0,00	0,00	50.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	45.678,90	4.133,50	
30000000	DESPESAS CORRENTES	40.000,00	5.000,00	0,00	0,00	45.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	40.678,90	4.133,50	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.000,00	5.000,00	0,00	0,00	45.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	40.678,90	4.133,50	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	40.000,00	5.000,00	0,00	0,00	45.000,00	4.321,10	4.321,10	0,00	40.678,90	4.133,50	
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	345,00	-
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388,70	388,70	0,00	0,00	0,00	
33903023	* 00 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anexo

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903029	* 00 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00	-
33903030	* 00 000000 material para comunic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44,00	44,00	0,00	0,00	0,00	
33903616	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00	840,00	0,00	0,00	840,00	
33903904	* 00 000000 direitos autorais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903914	* 00 000000 locação de bens móvei	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	171,68	-
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,24	
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,18	-
33903959	* 00 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00	-
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.048,40	3.048,40	0,00	0,00	1.434,40	1.
33909231	* 00 000000 premiações culturais,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44905230	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2032	CONSERVACAO DE ESPACOS CULTURAIS E AR	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
24	COMUNICAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.223,31	-
722	TELECOMUNICAÇÕES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.223,31	-
0016	RETRANSMISSÃO DE SINAIS DE TV	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.223,31	-
2031	MANUTENCAO DE REPETIDORAS DE SINAIS D	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	600,00	600,00	0,00	39.400,00	1.223,31	-
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	1.223,31	-
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	1.223,31	-
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	600,00	600,00	0,00	19.400,00	1.223,31	-
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	600,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	623,31	-
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	3.373.070,00	142.000,00	0,00	272.760,21	3.242.309,79	247.631,37	247.631,37	0,00	2.994.678,42	349.852,70	-102.
0601	SERVIÇOS URBANOS	1.125.450,00	0,00	0,00	272.760,21	852.689,79	47.318,83	47.318,83	0,00	805.370,96	85.909,56	-38.
15	URBANISMO	1.022.000,00	0,00	0,00	272.760,21	749.239,79	47.318,83	47.318,83	0,00	701.920,96	76.060,56	-28.
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	529.500,00	0,00	0,00	192.760,21	336.739,79	11.840,33	11.840,33	0,00	324.899,46	23.987,89	-12.
0046	URBANIZAÇÃO DE VIAS	529.500,00	0,00	0,00	192.760,21	336.739,79	11.840,33	11.840,33	0,00	324.899,46	23.987,89	-12.
2039	CONSERVACAO DE REDES PLUVIAIS	20.000,00	0,00	0,00	56.000,00	-36.000,00	0,00	0,00	0,00	-36.000,00	133,30	-
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	0,00	0,00	56.000,00	-36.000,00	0,00	0,00	0,00	-36.000,00	133,30	-
44000000	INVESTIMENTOS	20.000,00	0,00	0,00	56.000,00	-36.000,00	0,00	0,00	0,00	-36.000,00	133,30	-
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	56.000,00	-36.000,00	0,00	0,00	0,00	-36.000,00	133,30	-
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133,30	-
2044	CONSERVACAO DA SINALIZACAO DAS VIAS P	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
44000000	INVESTIMENTOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
1037	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSE	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	11.840,33	11.840,33	0,00	84.159,67	23.854,59	-12.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	11.840,33	11.840,33	0,00	84.159,67	23.854,59	-12.
44000000	INVESTIMENTOS	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	11.840,33	11.840,33	0,00	84.159,67	23.854,59	-12.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	96.000,00	0,00	0,00	0,00	96.000,00	11.840,33	11.840,33	0,00	84.159,67	23.854,59	-12.
44905198	* 24 000054 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.840,33	11.840,33	0,00	0,00	23.854,59	-12.
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1042	CONSTRUCAO DA PASSARELA/VIADUTO SOBRE	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	0,00	0,00	170.000,00	0,00	
44905180	* 00 000000 estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1043	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE PASSEIOS, P	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	
1046	CONSTRUCAO DE SANITARIOS PUBLICOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
1047	CONSTRUCAO E REFORMA ABRIGOS DE PASSA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
1049	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE GALERIAS PL	141.500,00	0,00	0,00	136.760,21	4.739,79	0,00	0,00	0,00	4.739,79	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	141.500,00	0,00	0,00	136.760,21	4.739,79	0,00	0,00	0,00	4.739,79	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	141.500,00	0,00	0,00	136.760,21	4.739,79	0,00	0,00	0,00	4.739,79	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	141.500,00	0,00	0,00	136.760,21	4.739,79	0,00	0,00	0,00	4.739,79	0,00	
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1050	CONSTRUCAO DE CENTROS DE CONVIVENCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	
452	SERVIÇOS URBANOS	492.500,00	0,00	0,00	80.000,00	412.500,00	35.478,50	35.478,50	0,00	377.021,50	52.072,67	-16.
0031	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	492.500,00	0,00	0,00	80.000,00	412.500,00	35.478,50	35.478,50	0,00	377.021,50	52.072,67	-16.
2038	LIMPEZA E ILUMINACAO PUBLICA	450.000,00	0,00	0,00	80.000,00	370.000,00	35.478,50	35.478,50	0,00	334.521,50	51.768,67	-16.
30000000	DESPESAS CORRENTES	450.000,00	0,00	0,00	80.000,00	370.000,00	35.478,50	35.478,50	0,00	334.521,50	51.768,67	-16.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	450.000,00	0,00	0,00	80.000,00	370.000,00	35.478,50	35.478,50	0,00	334.521,50	51.768,67	-16.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	450.000,00	0,00	0,00	80.000,00	370.000,00	35.478,50	35.478,50	0,00	334.521,50	51.768,67	-16.
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.353,62	11.353,62	0,00	0,00	9.360,00	1.
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	0,00	0,00	473,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.574,88	23.574,88	0,00	0,00	23.574,88	
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.360,79	-18.

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
2045	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	304,00	-
30000000	DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	304,00	-
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	304,00	-
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	304,00	-
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172,00	-
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132,00	-
1041	CONSTRUCAO DA GARAGEM DAS MAQUINAS E	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	-
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	-
44000000	INVESTIMENTOS	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	-
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	-
16	HABITAÇÃO	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
482	HABITAÇÃO URBANA	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
0061	MORAR MELHOR	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
1040	AQUISICAO DE TERRENO E CONSTRUCAO DE	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
44000000	INVESTIMENTOS	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	0,00	0,00	0,00	103.450,00	9.849,00	-9.
44905193	* 00 000000 benfeitorias em propr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.849,00	-9.
0602	DIVISÃO DOS TRANSPORTES	1.349.120,00	15.000,00	0,00	0,00	1.364.120,00	175.410,72	175.410,72	0,00	1.188.709,28	207.250,64	-31.
26	TRANSPORTE	1.349.120,00	15.000,00	0,00	0,00	1.364.120,00	175.410,72	175.410,72	0,00	1.188.709,28	207.250,64	-31.
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.349.120,00	15.000,00	0,00	0,00	1.364.120,00	175.410,72	175.410,72	0,00	1.188.709,28	207.250,64	-31.
0039	ESTRADAS VICINAIS	1.349.120,00	15.000,00	0,00	0,00	1.364.120,00	175.410,72	175.410,72	0,00	1.188.709,28	207.250,64	-31.
2051	MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	1.289.120,00	15.000,00	0,00	0,00	1.304.120,00	163.470,54	163.470,54	0,00	1.140.649,46	137.141,77	26.
30000000	DESPESAS CORRENTES	1.289.120,00	15.000,00	0,00	0,00	1.304.120,00	163.470,54	163.470,54	0,00	1.140.649,46	137.141,77	26.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	680.000,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	73.779,46	73.779,46	0,00	606.220,54	73.779,46	-
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	680.000,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00	73.779,46	73.779,46	0,00	606.220,54	73.779,46	-
31900499	* 00 000000 outros serviços tempo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.564,79	17.564,79	0,00	0,00	17.564,79	-
31900901	* 00 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	268,66	268,66	0,00	0,00	268,66	-
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.488,09	27.488,09	0,00	0,00	27.488,09	-
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.186,33	3.186,33	0,00	0,00	3.186,33	-
31901142	* 00 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601,59	601,59	0,00	0,00	601,59	-
31901143	* 00 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	721,91	721,91	0,00	0,00	721,91	-
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641,30	641,30	0,00	0,00	641,30	-
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.570,82	10.570,82	0,00	0,00	10.570,82	-
31901301	* 00 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,34	80,34	0,00	0,00	80,34	-
31901302	* 00 000000 contribuições previde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.655,63	12.655,63	0,00	0,00	12.655,63	-
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	609.120,00	15.000,00	0,00	0,00	624.120,00	89.691,08	89.691,08	0,00	534.428,92	63.362,31	26.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	609.120,00	15.000,00	0,00	0,00	624.120,00	89.691,08	89.691,08	0,00	534.428,92	63.362,31	26.
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183,84	183,84	0,00	0,00	183,84	-
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.178,94	5.178,94	0,00	0,00	3.529,09	1.
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.257,91	28.257,91	0,00	0,00	14.418,59	13.
33903004	* 00 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	0,00	-
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.018,30	1.018,30	0,00	0,00	3.128,39	-2.
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272,00	272,00	0,00	0,00	197,80	-
33903019	* 00 000000 material de acondicio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,00	29,00	0,00	0,00	0,00	-
33903021	* 16 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112,17	112,17	0,00	0,00	0,00	-

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,93	12,93	0,00	0,00	269,69	-
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	508,25	508,25	0,00	0,00	93,64	
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	512,00	512,00	0,00	0,00	649,50	-
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.955,64	21.955,64	0,00	0,00	6.470,60	15.
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.029,00	3.029,00	0,00	0,00	8.856,00	-5.
33903042	* 00 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275,60	275,60	0,00	0,00	0,00	
33903044	* 00 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350,00	1.350,00	0,00	0,00	0,00	1.
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.173,80	1.173,80	0,00	0,00	1.173,80	
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903606	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	
33903620	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	1.
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	285,00	285,00	0,00	0,00	145,00	
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	40,00	
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.655,72	9.655,72	0,00	0,00	5.158,32	4.
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	848,00	848,00	0,00	0,00	1.863,50	-1.
33903921	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,05	1.168,05	0,00	0,00	1.252,39	
33903936	* 00 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,76	510,76	0,00	0,00	510,76	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.347,82	-1.
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.075,87	-1.
33903969	* 00 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.995,97	1.995,97	0,00	0,00	1.995,97	
33903974	* 00 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.084,00	5.084,00	0,00	0,00	0,00	5.
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490,00	490,00	0,00	0,00	6.219,81	-5.
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169,26	169,26	0,00	0,00	169,26	
2053	CONSERVACAO DE VEICULOS, MAQUINAS E E	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	
1052	CONSTRUCAO DE PONTES E BOEIROS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	11.940,18	11.940,18	0,00	23.059,82	70.108,87	-58.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	11.940,18	11.940,18	0,00	23.059,82	70.108,87	-58.
44000000	INVESTIMENTOS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	11.940,18	11.940,18	0,00	23.059,82	70.108,87	-58.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	11.940,18	11.940,18	0,00	23.059,82	70.108,87	-58.
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	349,99	349,99	0,00	0,00	17.731,34	-17.
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.590,19	11.590,19	0,00	0,00	52.377,53	-40.
0603	DIVISÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	346.500,00	15.000,00	0,00	0,00	361.500,00	21.206,86	21.206,86	0,00	340.293,14	0,00	21.
11	TRABALHO	346.500,00	15.000,00	0,00	0,00	361.500,00	21.206,86	21.206,86	0,00	340.293,14	0,00	21.
334	FOMENTO AO TRABALHO	346.500,00	15.000,00	0,00	0,00	361.500,00	21.206,86	21.206,86	0,00	340.293,14	0,00	21.
0060	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	346.500,00	15.000,00	0,00	0,00	361.500,00	21.206,86	21.206,86	0,00	340.293,14	0,00	21.
2054	INCENTIVO CRIACAO DE COOPERATIVAS COM	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
2055	APOIO A EMPRESAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	

~



CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
1056	GALPAO DESTINADO A INCUBADORA DE EMPR	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
1057	TERRENO PARA DISTRITO INDUSTRIAL	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	
1058	INFRAESTRUTURA EM AREAS DE TERRA DIST	22.000,00	15.000,00	0,00	0,00	37.000,00	12.728,78	12.728,78	0,00	24.271,22	0,00	12.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	22.000,00	15.000,00	0,00	0,00	37.000,00	12.728,78	12.728,78	0,00	24.271,22	0,00	12.
44000000	INVESTIMENTOS	22.000,00	15.000,00	0,00	0,00	37.000,00	12.728,78	12.728,78	0,00	24.271,22	0,00	12.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	22.000,00	15.000,00	0,00	0,00	37.000,00	12.728,78	12.728,78	0,00	24.271,22	0,00	12.
44905191	* 00 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.728,78	12.728,78	0,00	0,00	0,00	12.
1060	URBANIZACAO DA CHACARA FRITZ	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	0,00	0,00	27.000,00	0,00	
1062	REMODELACAO E REFORMA TERMINAL RODOVI	239.500,00	0,00	0,00	0,00	239.500,00	8.478,08	8.478,08	0,00	231.021,92	0,00	8.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	239.500,00	0,00	0,00	0,00	239.500,00	8.478,08	8.478,08	0,00	231.021,92	0,00	8.
44000000	INVESTIMENTOS	239.500,00	0,00	0,00	0,00	239.500,00	8.478,08	8.478,08	0,00	231.021,92	0,00	8.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	239.500,00	0,00	0,00	0,00	239.500,00	8.478,08	8.478,08	0,00	231.021,92	0,00	8.
44905191	* 24 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.478,08	8.478,08	0,00	0,00	0,00	8.
0605	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	552.000,00	112.000,00	0,00	0,00	664.000,00	3.694,96	3.694,96	0,00	660.305,04	56.692,50	-52.
20	AGRICULTURA	552.000,00	112.000,00	0,00	0,00	664.000,00	3.694,96	3.694,96	0,00	660.305,04	56.692,50	-52.
606	EXTENÇÃO RURAL	552.000,00	112.000,00	0,00	0,00	664.000,00	3.694,96	3.694,96	0,00	660.305,04	56.692,50	-52.
0048	PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	552.000,00	112.000,00	0,00	0,00	664.000,00	3.694,96	3.694,96	0,00	660.305,04	56.692,50	-52.
2063	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARI	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	3.694,96	3.694,96	0,00	241.305,04	11.292,50	-7.
30000000	DESPESAS CORRENTES	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	3.694,96	3.694,96	0,00	241.305,04	11.292,50	-7.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	2.940,38	2.940,38	0,00	47.059,62	2.940,38	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	2.940,38	2.940,38	0,00	47.059,62	2.940,38	
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.051,85	2.051,85	0,00	0,00	2.051,85	
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102,59	102,59	0,00	0,00	102,59	
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31901199	* 00 000000 outras despesas fixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,94	785,94	0,00	0,00	785,94	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	195.000,00	0,00	0,00	0,00	195.000,00	754,58	754,58	0,00	194.245,42	8.352,12	-7.
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00	754,58	754,58	0,00	184.245,42	8.352,12	-7.
33903001	* 00 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903018	* 00 000000 materiais e medicamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,58	485,58	0,00	0,00	0,00	
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* 00 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903031	* 00 000000 sementes, mudas de pl	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.240,96	-1.
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903699	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200,00	-4.
33903912	* 00 000000 locação de máquinas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	269,00	269,00	0,00	0,00	538,00	-
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.219,70	-2.
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,36	-
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064	AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E EQU	291.000,00	112.000,00	0,00	0,00	403.000,00	0,00	0,00	0,00	403.000,00	45.400,00	-45.
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	291.000,00	112.000,00	0,00	0,00	403.000,00	0,00	0,00	0,00	403.000,00	45.400,00	-45.
44000000	INVESTIMENTOS	291.000,00	112.000,00	0,00	0,00	403.000,00	0,00	0,00	0,00	403.000,00	45.400,00	-45.
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	291.000,00	112.000,00	0,00	0,00	403.000,00	0,00	0,00	0,00	403.000,00	45.400,00	-45.
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	-4.
44905224	* 00 000000 equipamentos de prote	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	-12.
44905240	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.675,00	-28.
44905240	* 00 000000 máquinas e equipament	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225,00	-
44905248	* 00 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905248	* 00 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905252	* 00 000000 veículos de tração me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1065	IMP. POCOS ARTESIANOS/ACUDES/AGRO IND	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
44905199	* 00 000000 outras obras e instal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1066	GARAGENS E SEDES DESTINADAS AO ABRIGO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00
1067	DEPOSITOS DE ADUBO ORGANICO NA AREA A	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
07	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.105.000,00	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00	42.926,73	42.926,73	0,00	1.062.073,27	40.119,58	2.
0701	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.105.000,00	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00	42.926,73	42.926,73	0,00	1.062.073,27	40.119,58	2.
06	SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	6.007,09	6.007,09	0,00	63.992,91	3.199,94	2.
181	POLICIAMENTO	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	6.007,09	6.007,09	0,00	63.992,91	3.199,94	2.
0032	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	6.007,09	6.007,09	0,00	63.992,91	3.199,94	2.
2069	MANUTENCAO DA POLICIA CIVIL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	1.320,00	1.320,00	0,00	28.680,00	1.290,00	0,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.320,00	1.320,00	0,00	18.680,00	1.290,00	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.320,00	1.320,00	0,00	18.680,00	1.290,00	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1.320,00	1.320,00	0,00	18.680,00	1.290,00	0,00
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	0,00
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	1.200,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
2070	MANUTENCAO DA POLICIA MILITAR	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	4.687,09	4.687,09	0,00	35.312,91	1.909,94	2.
30000000	DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	4.687,09	4.687,09	0,00	25.312,91	1.909,94	2.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	4.687,09	4.687,09	0,00	25.312,91	1.909,94	2.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	4.687,09	4.687,09	0,00	25.312,91	1.909,94	2.
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903027	* 00 000000 material de manobra e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.773,09	1.773,09	0,00	0,00	88,00	1.
33903099	* 00 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.018,00	1.018,00	0,00	0,00	980,00	
33903919	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.321,00	1.321,00	0,00	0,00	165,00	1.
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,94	-
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	575,00	575,00	0,00	0,00	575,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.035.000,00	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00	36.919,64	36.919,64	0,00	998.080,36	36.919,64	
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	635.000,00	0,00	0,00	0,00	635.000,00	29.372,01	29.372,01	0,00	605.627,99	29.372,01	
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	635.000,00	0,00	0,00	0,00	635.000,00	29.372,01	29.372,01	0,00	605.627,99	29.372,01	
0071	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	17.027,84	17.027,84	0,00	202.972,16	17.027,84	
30000000	DESPESAS CORRENTES	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	17.027,84	17.027,84	0,00	202.972,16	17.027,84	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	17.027,84	17.027,84	0,00	202.972,16	17.027,84	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	220.000,00	0,00	0,00	0,00	220.000,00	17.027,84	17.027,84	0,00	202.972,16	17.027,84	
31900101	* 00 000000 proventos pessoal civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.078,60	15.078,60	0,00	0,00	15.078,60	
31900106	* 00 000000 13° salário pessoal c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31900301	* 00 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	
0073	CONTRIBUICAO AO PASEP	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	12.344,17	12.344,17	0,00	152.655,83	12.344,17	
30000000	DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	12.344,17	12.344,17	0,00	152.655,83	12.344,17	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	12.344,17	12.344,17	0,00	152.655,83	12.344,17	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	12.344,17	12.344,17	0,00	152.655,83	12.344,17	
33904710	* 00 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.830,40	1.830,40	0,00	0,00	1.830,40	
33904712	* 00 000000 contribuição para o P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.513,77	10.513,77	0,00	0,00	10.513,77	
0074	SENTENCAS JUDICIAIS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	
31909103	* 00 000000 precatórios inativo c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31909115	* 00 000000 sentenças judiciais d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	7.547,63	7.547,63	0,00	392.452,37	7.547,63	
0069	ENCARGOS ESPECIAIS	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	7.547,63	7.547,63	0,00	392.452,37	7.547,63	
0072	AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA FUND	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	7.547,63	7.547,63	0,00	392.452,37	7.547,63	
30000000	DESPESAS CORRENTES	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	480,00	480,00	0,00	199.520,00	480,00	
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	480,00	480,00	0,00	199.520,00	480,00	
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	480,00	480,00	0,00	199.520,00	480,00	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
32902202	* 00 000000 outros encargos da dí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	7.067,63	7.067,63	0,00	192.932,37	7.067,63	
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	7.067,63	7.067,63	0,00	192.932,37	7.067,63	
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	7.067,63	7.067,63	0,00	192.932,37	7.067,63	
46907102	* 00 000000 amortização da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.067,63	7.067,63	0,00	0,00	7.067,63	
08	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE CA	0,00	0,00	272.760,21	0,00	272.760,21	19.334,92	19.334,92	0,00	253.425,29	0,00	19.
0801	SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	272.760,21	0,00	272.760,21	19.334,92	19.334,92	0,00	253.425,29	0,00	19.
17	SANEAMENTO	0,00	0,00	272.760,21	0,00	272.760,21	19.334,92	19.334,92	0,00	253.425,29	0,00	19.
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	0,00	272.760,21	0,00	272.760,21	19.334,92	19.334,92	0,00	253.425,29	0,00	19.
0070	SANEAMENTO BASICO URBANO	0,00	0,00	272.760,21	0,00	272.760,21	19.334,92	19.334,92	0,00	253.425,29	0,00	19.
2099	MANUT DA LIMP URBANA E MANEJO DE RESI	0,00	0,00	79.000,00	0,00	79.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	59.665,08	0,00	19.
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	79.000,00	0,00	79.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	59.665,08	0,00	19.
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	79.000,00	0,00	79.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	59.665,08	0,00	19.
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	79.000,00	0,00	79.000,00	19.334,92	19.334,92	0,00	59.665,08	0,00	19.
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	0,00	19.
2100	MANUT DO ABASTEC DE AGUA POTAVEL E ES	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	
30000000	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	
1081	EXEC E AMP DE REDES E GALERIAS P DREN	0,00	0,00	192.760,21	0,00	192.760,21	0,00	0,00	0,00	192.760,21	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	192.760,21	0,00	192.760,21	0,00	0,00	0,00	192.760,21	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	192.760,21	0,00	192.760,21	0,00	0,00	0,00	192.760,21	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	192.760,21	0,00	192.760,21	0,00	0,00	0,00	192.760,21	0,00	
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
2999	Reserva de Contigência	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
90000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
99000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
99990000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		10.386.495,00	291.766,61	272.760,21	272.760,21	10.678.261,61	798.609,63	798.609,63	603,78	9.879.651,98	916.211,83	-117.

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30000000	DESPESAS CORRENTES	8.212.425,00	67.766,61	79.500,00	80.000,00	8.279.691,61	742.805,63	742.805,63	603,78	7.536.885,98	751.800,44	-8.
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.489.118,00	0,00	0,00	0,00	4.489.118,00	367.536,96	367.536,96	0,00	4.121.581,04	391.011,37	-23.
31710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	1.368,00	0,00	0,00	0,00	1.368,00	114,00	114,00	0,00	1.254,00	114,00	
31711199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88,00	88,00	0,00	0,00	88,00	
31711399	* " 000000 outras obrigações pa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,00	26,00	0,00	0,00	26,00	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	4.487.750,00	0,00	0,00	0,00	4.487.750,00	367.422,96	367.422,96	0,00	4.120.327,04	390.897,37	-23.
31900101	* " 000000 proventos pessoal ci	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.078,60	15.078,60	0,00	0,00	15.078,60	
31900106	* " 000000 13° salário pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31900301	* " 000000 civis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,24	1.949,24	0,00	0,00	1.949,24	
31900499	* " 000000 outros serviços temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.125,15	45.125,15	0,00	0,00	44.601,30	
31900901	* " 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.159,19	2.159,19	0,00	0,00	2.094,73	
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.647,92	160.647,92	0,00	0,00	162.565,51	-1.
31901131	* " 000000 gratificação por exe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.008,91	35.008,91	0,00	0,00	35.008,91	
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.404,89	16.404,89	0,00	0,00	37.357,74	-20.
31901142	* " 000000 férias indenizadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677,82	677,82	0,00	0,00	1.092,69	-
31901143	* " 000000 13° salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	798,14	798,14	0,00	0,00	798,14	
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,71	666,71	0,00	0,00	1.444,12	-
31901199	* " 000000 outras despesas fixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.243,45	29.243,45	0,00	0,00	29.243,45	
31901301	* " 000000 FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,34	80,34	0,00	0,00	80,34	
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.582,60	59.582,60	0,00	0,00	59.582,60	
31909103	* " 000000 precatórios inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
31909115	* " 000000 sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
32000000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	480,00	480,00	0,00	199.520,00	480,00	
32900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	480,00	480,00	0,00	199.520,00	480,00	
32902102	* " 000000 juros da dívida cont	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	480,00	
32902202	* " 000000 outros encargos da d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.523.307,00	67.766,61	79.500,00	80.000,00	3.590.573,61	374.788,67	374.788,67	603,78	3.215.784,94	360.309,07	14.
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	190.600,00	0,00	0,00	0,00	190.600,00	5.876,91	5.876,91	0,00	184.723,09	13.607,69	-7.
33503999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.876,91	5.876,91	0,00	0,00	13.607,69	-7.
33600000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
33710000	TRANFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	912,00	0,00	0,00	0,00	912,00	76,00	76,00	0,00	836,00	76,00	
33713999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,00	76,00	0,00	0,00	76,00	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	3.326.795,00	67.766,61	79.500,00	80.000,00	3.394.061,61	368.835,76	368.835,76	603,78	3.025.225,85	346.625,38	22.
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,45	10.700,45	0,00	0,00	10.700,45	
33903001	* " 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.742,57	14.742,57	0,00	0,00	12.893,90	1.
33903001	* " 000055 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.257,91	28.257,91	0,00	0,00	14.418,59	13.
33903004	* " 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	870,00	870,00	0,00	0,00	510,00	
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.748,56	5.748,56	0,00	0,00	4.172,13	1.
33903014	* " 000000 material educativo e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980,00	-
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.163,55	13.163,55	0,00	0,00	6.201,04	6.
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.222,20	1.222,20	0,00	0,00	1.118,80	
33903018	* " 000000 materiais e medicame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903019	* " 000000 material de acondici	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64,00	64,00	0,00	0,00	0,00	
33903020	* " 000000 material de cama, me	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,10	500,10	0,00	0,00	1.468,84	-
33903023	* " 000000 uniformes, tecidos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	1.

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903024	* " 000049 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.964,00	-3.
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322,33	322,33	0,00	0,00	269,69	
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.333,59	13.333,59	0,00	0,00	10.647,58	2.
33903027	* " 000000 material de manobra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903028	* " 000000 material de proteção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	580,34	580,34	0,00	0,00	649,50	
33903029	* " 000000 material para áudio,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,00	-
33903030	* " 000000 material para comuni	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903031	* " 000000 sementes, mudas de p	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903039	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.847,09	28.847,09	0,00	0,00	20.636,83	8.
33903039	* " 000055 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.029,00	3.029,00	0,00	0,00	8.856,00	-5.
33903042	* " 000000 ferramentas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275,60	275,60	0,00	0,00	0,00	
33903044	* " 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.649,50	1.649,50	0,00	0,00	1.439,20	
33903046	* " 000000 material bibliográfi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318,00	-1.
33903096	* " 000000 materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	
33903099	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.581,52	2.581,52	0,00	0,00	2.235,80	
33903099	* " 000055 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903201	* " 000000 livros didáticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903203	* " 000000 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	773,38	773,38	0,00	0,00	3.988,20	-3.
33903203	* " 000051 gêneros alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.764,84	11.764,84	0,00	0,00	4.576,05	7.
33903299	* " 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.501,30	1.501,30	0,00	0,00	0,00	1.
33903606	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	
33903607	* " 000000 estagiários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.887,00	4.887,00	0,00	0,00	4.887,00	
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903616	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903620	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903622	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	165,00	
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903639	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,10	
33903645	* " 000000 jetons a conselheiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.817,00	3.817,00	0,00	0,00	3.817,00	
33903696	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	
33903699	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.140,00	5.140,00	0,00	0,00	840,00	4.
33903901	* " 000000 assinatura de períod	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	468,00	-
33903904	* " 000000 direitos autorais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.600,00	6.600,00	0,00	0,00	7.300,00	-
33903910	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900,18	-1.
33903912	* " 000000 locação de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903914	* " 000000 locação de bens móve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.470,00	1.470,00	0,00	0,00	1.314,67	
33903916	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	185,00	0,00	0,00	1.178,00	-
33903919	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.905,72	13.905,72	0,00	0,00	13.659,12	
33903919	* " 000055 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	848,00	848,00	0,00	0,00	1.863,50	-1.
33903920	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00	0,00	0,00	420,00	-
33903920	* " 000049 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903921	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,05	1.168,05	0,00	0,00	1.252,39	
33903926	* " 000000 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.558,83	13.558,83	0,00	0,00	14.858,48	-1.
33903926	* " 000049 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.563,10	8.563,10	0,00	0,00	8.563,10	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
33903926	* " 000055 serviços de transpor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.490,32	27.490,32	0,00	0,00	27.490,32	
33903936	* " 000000 multas indedutíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510,76	510,76	0,00	0,00	510,76	
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.574,88	23.574,88	0,00	0,00	35.982,85	-12.
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.136,82	-5.
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.476,22	10.080,00	603,78	0,00	7.161,34	2.
33903949	* " 000000 produções jornalísti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	60,00	
33903950	* " 000000 serviços médico hosp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320,00	320,00	0,00	0,00	150,00	
33903957	* " 000000 serviços de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	-1.
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.797,55	-5.
33903959	* " 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	920,00	-
33903963	* " 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903969	* " 000000 seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.346,51	16.346,51	0,00	0,00	16.346,51	
33903974	* " 000000 fretes e transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.084,00	5.084,00	0,00	0,00	0,00	5.
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.334,92	19.334,92	0,00	0,00	18.360,79	
33903979	* " 000000 serviços de apoio ad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.275,68	2.275,68	0,00	0,00	2.275,68	
33903983	* " 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339,50	1.339,50	0,00	0,00	1.600,70	-
33903988	* " 000000 serviços de publicid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.113,04	19.113,04	0,00	0,00	13.012,41	6.
33904710	* " 000000 taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.620,24	2.620,24	0,00	0,00	2.620,24	
33904712	* " 000000 contribuição para o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.513,77	10.513,77	0,00	0,00	10.513,77	
33909231	* " 000000 premiações culturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
33909247	* " 000000 obrigações tributári	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176,09	1.176,09	0,00	0,00	1.176,09	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	2.159.070,00	224.000,00	193.260,21	192.760,21	2.383.570,00	55.804,00	55.804,00	0,00	2.327.766,00	164.411,39	-108.
44000000	INVESTIMENTOS	1.959.070,00	224.000,00	193.260,21	192.760,21	2.183.570,00	48.736,37	48.736,37	0,00	2.134.833,63	157.343,76	-108.
44710000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	10,00	10,00	0,00	110,00	10,00	
44715299	* " 000000 outros equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00	0,00	0,00	10,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	1.958.950,00	224.000,00	193.260,21	192.760,21	2.183.450,00	48.726,37	48.726,37	0,00	2.134.723,63	157.333,76	-108.
44905180	* " 000000 estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905191	* " 000000 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.728,78	12.728,78	0,00	0,00	0,00	12.
44905191	* " 000055 obras em andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.478,08	8.478,08	0,00	0,00	0,00	8.
44905193	* " 000000 benfeitorias em prop	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905198	* " 000054 obras contratadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905199	* " 000000 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.190,32	12.190,32	0,00	0,00	51.568,23	-39.
44905199	* " 000055 outras obras e insta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.590,19	11.590,19	0,00	0,00	52.377,53	-40.
44905206	* " 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905224	* " 000000 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00	-4.
44905224	* " 000055 equipamentos de prot	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	-12.
44905230	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	
44905233	* " 000000 equipamentos para áu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905235	* " 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.930,00	2.930,00	0,00	0,00	7.988,00	-5.
44905240	* " 000000 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.675,00	-28.
44905240	* " 000055 máquinas e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225,00	-
44905242	* " 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00	260,00	0,00	0,00	0,00	
44905248	* " 000000 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905248	* " 000032 veículos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905252	* " 000000 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
44905252	* " 000054 veículos de tração m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CPL Informática.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F

Exercíci

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
44905257	* " 000000 acessórios para auto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309,00	309,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46000000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	7.067,63	7.067,63	0,00	192.932,37	7.067,63	
46900000	APLICAÇÕES DIRETAS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	7.067,63	7.067,63	0,00	192.932,37	7.067,63	
46907102	* " 000000 amortização da dívid	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.067,63	7.067,63	0,00	0,00	7.067,63	
90000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
99000000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
99990000	Reserva de Contingencia	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		10.386.495,00	291.766,61	272.760,21	272.760,21	10.678.261,61	798.609,63	798.609,63	603,78	9.879.651,98	916.211,83	-117.
						Estornos até o Mes	603,78		Pagos até o Mes		916.211,83	

 PREFEITA MUNICIPAL
 GISA APARECIDA GIACOMIN

 TÊC. EM CONTABILIDADE
 DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

Comparativo da FIA

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	1.600,00	382,47	382,47		1.217,53
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.600,00	382,47	382,47		1.217,53
10000000	RECEITAS CORRENTES	1.600,00	382,47	382,47		1.217,53
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	0,00	371,12	371,12	371,12	
12100000	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	371,12	371,12	371,12	
12103800	CONTRIBUICAO SOCIAL S/O LUCRO DAS P	0,00	371,12	371,12	371,12	
12103801 0100 000000	Receita dos Principal Contribuicoe	0,00	371,12	371,12	371,12	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	11,35	11,35	11,35	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	11,35	11,35	11,35	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	11,35	11,35	11,35	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	0,00	0,00		1.600,00
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	600,00	0,00	0,00		600,00
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	600,00	0,00	0,00		600,00
19119900 0100 000000	Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	0,00	0,00		600,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199900	OUTRAS MULTAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19199901 0100 000000	Multas de Infracao da Lei "eca"	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATANDUVASSaldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31000001 0100 000000	Inss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000002 0100 000000	Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003 0100 000000	Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31000004 0100 000000	Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	1.600,00	382,47	382,47
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.600,00	382,47	382,47
TOTAL GERAL	1.600,00	382,47	382,47

RESPONSÁVEL P/ SEC ADMINISTRAÇ

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉC. EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comaprativo da Receita FMAS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	94.500,00	15.010,37	15.010,37		79.489,63
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	94.500,00	14.660,53	14.660,53		79.839,47
10000000	RECEITAS CORRENTES	94.500,00	14.660,53	14.660,53		79.839,47
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000 0100 000000	Imposto Sobre Patrimonio e a Renda	0,00	0,00	0,00		0,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	37,17	37,17	37,17	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	37,17	37,17	37,17	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	37,17	37,17	37,17	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	94.500,00	14.623,36	14.623,36		79.876,64
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	94.500,00	14.623,36	14.623,36		79.876,64
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	94.500,00	14.623,36	14.623,36		79.876,64
17213400	TRANSFERENCIAS REC. FDO.NACIONAL AS	94.500,00	14.623,36	14.623,36		79.876,64
17213401 0147 000003	Api - Programa de Atencao a Pessoa	0,00	0,00	0,00		0,00
17213402 0149 000005	Ppd - Atencao a Pessoas Portadoras	4.000,00	340,56	340,56		3.659,44
17213403 0148 000004	Pac - Apoio a Crianca de 0 a 6 Ano	27.000,00	5.000,00	5.000,00		22.000,00
17213404 0150 000006	Peti - Programa de Erradicacao do	20.000,00	4.000,00	4.000,00		16.000,00
17213405 0163 000056	Programa Bolsa Familia	30.000,00	4.500,00	4.500,00		25.500,00
17213406 0152 000067	Bpc - Beneficio de Prestacao Conti	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
17213407 0152 000067	Igd - Indice de Gestao descentrali	12.000,00	782,80	782,80		11.217,20
17213408 0152 000000	Convenio Pro-jovem Adolescente	0,00	0,00	0,00		0,00
17213499 0152 000067	Outros Programas Sociais	500,00	0,00	0,00		500,00
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000056	Convenio Bolsa Familia/pbfi	0,00	0,00	0,00		0,00
17619913 0124 000000	Convenio Bpc	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	0,00	0,00	0,00		0,00
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	0,00	0,00	0,00		0,00
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0124 000000	Convenio P.b.f. Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0152 000067	Convenio Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00		0,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00		0,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	349,84	349,84	349,84	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	349,84	349,84	349,84	
31000002 0100 000000	Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009 0100 000000	Inss/empresa	0,00	349,84	349,84	349,84	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	0,00	37,17	37,17
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	37,17	37,17
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000056Bolsa Família	0,00	0,00	0,00
47=Apoio a Pessoa Idosa API	0,00	0,00	0,00
000003Apoio a Pessoa Idosa - API	0,00	0,00	0,00
48=Programa de Atenção à Criança PAC	27.000,00	5.000,00	5.000,00
000004Programa de Atenção à Criança - PAC	27.000,00	5.000,00	5.000,00
49=Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física PPD	4.000,00	340,56	340,56
000005Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	4.000,00	340,56	340,56
50=Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI	20.000,00	4.000,00	4.000,00
000006Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - P	20.000,00	4.000,00	4.000,00
52=Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assis	13.500,00	782,80	782,80
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	13.500,00	782,80	782,80
63=Bolsa Família	30.000,00	4.500,00	4.500,00
000056Bolsa Família	30.000,00	4.500,00	4.500,00
TOTAL GERAL	94.500,00	14.660,53	14.660,53

SECRETARIA DA SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TEC CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FMS

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

SalDOS até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	626.900,00	138.914,54	138.914,54		487.985,46
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	626.900,00	94.754,38	94.754,38		532.145,62
10000000	RECEITAS CORRENTES	626.900,00	61.754,38	61.754,38		565.145,62
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11100000	IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	0,00	0,00	0,00		0,00
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	0,00	0,00	0,00		0,00
11200000	TAXAS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	0,00	0,00	0,00		0,00
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	7.000,00	0,00	0,00		7.000,00
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.000,00	0,00	0,00		2.000,00
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	1.200,00	6,79	6,79		1.193,21
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.200,00	6,79	6,79		1.193,21
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	1.200,00	6,79	6,79		1.193,21
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
13250106 0143 000000	Rec.rem.dep.banc.rec.vinc.-acoes e	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
13250200 0100 000000	Rem.depositos de Recursos Nao Vinc	0,00	6,79	6,79	6,79	
16000000	RECEITA DE SERVICOS	95.000,00	9.859,33	9.859,33		85.140,67
16000500	SERVICOS DE SAUDE	95.000,00	9.859,33	9.859,33		85.140,67
16000501 0112 000000	Servicos Hospitalares	43.800,00	797,30	797,30		43.002,70
16000502 0112 000000	Servicos Hospitalares - Aih	51.200,00	9.062,03	9.062,03		42.137,97
16000599 0112 000000	Outros Servicos de Saude	0,00	0,00	0,00		0,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	522.100,00	50.855,01	50.855,01		471.244,99
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	519.100,00	50.855,01	50.855,01		468.244,99
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	519.100,00	50.855,01	50.855,01		468.244,99
17213300	TRANSF. REC. SISTEMA UNICO SAUDE-SU	519.100,00	50.855,01	50.855,01		468.244,99
17213301 0164 000000	Mpab - Piso de Atencao Basica Fixo	153.800,00	13.573,50	13.573,50		140.226,50
17213302 0170 000000	Mpsf - Programa Saude da Familia	153.600,00	0,00	0,00		153.600,00
17213303 0170 000000	Mpacs - Agentes Comunitarios de Sa	97.600,00	13.020,00	13.020,00		84.580,00
17213304 0170 000000	Mpecd - Epidemiologia e Controle d	17.100,00	0,00	0,00		17.100,00
17213305 0167 000000	Mpfb - Farmacia Basica	35.800,00	10.334,88	10.334,88		25.465,12
17213306 0170 000000	Mpvs - Vigilancia Sanitaria	7.200,00	0,00	0,00		7.200,00
17213307 0170 000000	Mpsb - Saude Bucal	24.000,00	2.000,00	2.000,00		22.000,00
17213308 0170 000000	Mpmac - Acoes Estrategicas	0,00	0,00	0,00		0,00
17213311 0170 000000	Outros Programas Fundo a Fundo	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
17213312 0170 000000	Mpmopl - Vacinacao Poliomielite	0,00	0,00	0,00		0,00
17213313 0123 000067	Programa - Nasf-nucleo Apoio a Sau	0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	
17213314 0123 000000	Tfd - Preventivo Pre-natal	0,00	148,50	148,50	148,50	
17213315 0170 000067	Boletim de Producao Ambulatorial -	0,00	3.778,13	3.778,13	3.778,13	
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	0,00	0,00		0,00
17610600 0123 000000	Convenio Hipertensos/diabetes/asma	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
17620001 0123 000000	Convenio Vigilancia Epidemiologica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620002 0123 000000	Cartao Sus	0,00	0,00	0,00		0,00
17620003 0123 000010	Convenio Psf	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17620004	0123 000000 Convenio Pacs	0,00	0,00	0,00		0,00
17620005	0123 000000 Convenio Incentivo Saude Bucal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620006	0123 000000 Convenio Vigilancia Sanitaria	0,00	0,00	0,00		0,00
17620007	0123 000000 Convenio Farmacia Basica	0,00	0,00	0,00		0,00
17620008	0123 000000 Boletim Producao Ambulatorial - Bp	0,00	0,00	0,00		0,00
17620009	0123 000000 Programa Siscolo Extrateto	0,00	0,00	0,00		0,00
17620010	0123 000000 Extrateto Sis Pre-natal	0,00	0,00	0,00		0,00
17620100	0123 000055 Transferencia de Conv. dos Estados	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.600,00	1.033,25	1.033,25		566,75
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	1.033,25	1.033,25	1.033,25	
19220000	0100 000000 Restituicoes	0,00	1.033,25	1.033,25	1.033,25	
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.600,00	0,00	0,00		1.600,00
19909900	0100 000000 Outras Receitas	1.600,00	0,00	0,00		1.600,00
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	
22000000	ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22150000	0189 000000 Alienacao de Veiculos	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	
24720000	0123 000000 Transferencias de Convenios dos Es	0,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	



CPL Informática.

Pág. 003

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATANDUVAS

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	44.160,16	44.160,16	44.160,16	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	44.160,16	44.160,16	44.160,16	
31000001 0101 000000	Inss	0,00	12.702,70	12.702,70	12.702,70	
31000002 0101 000000	Asserv	0,00	1.147,43	1.147,43	1.147,43	
31000003 0101 000000	Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	263,89	263,89	263,89	
31000004 0101 000000	Assistencia Medica Unimed	0,00	1.675,49	1.675,49	1.675,49	
31000005 0101 000000	Emprestimo Cef	0,00	1.772,38	1.772,38	1.772,38	
31000006 0101 000000	Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000007 0101 000000	Pensao Alimenticia	0,00	351,90	351,90	351,90	
31000008 0101 000000	Inss/empresa	0,00	2.500,59	2.500,59	2.500,59	
31000009 0101 000000	Deducao Cfe Autorizacao	0,00	0,00	0,00		0,00
31000010 0101 000000	Irrf / Empresas	0,00	407,71	407,71	407,71	
31000011 0101 000000	Emprestimo B. Brasil	0,00	1.009,61	1.009,61	1.009,61	
31000012 0100 000000	Irrf S/rendimentos do Trabalho	0,00	10.618,77	10.618,77	10.618,77	
31000013 0100 000000	Iss	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014 0100 000000	Desconto Masterfarma	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015 0100 000000	Desconto Sindicato	0,00	337,72	337,72	337,72	
31000016 0100 000000	Emprest Consig Bv Financeira	0,00	10.401,28	10.401,28	10.401,28	
31000017 0100 000000	Boletim de Proced. Ambulatorial-fu	0,00	970,69	970,69	970,69	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	8.600,00	1.040,04	1.040,04
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	8.600,00	1.040,04	1.040,04
12=Serviços de Saúde	95.000,00	9.859,33	9.859,33
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	95.000,00	9.859,33	9.859,33
23=Transferências de Convênios Saúde	3.000,00	41.148,50	41.148,50
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	33.148,50	33.148,50
000010Programa de Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	3.000,00	0,00	0,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	8.000,00	8.000,00
43=Outras Especificações	1.200,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.200,00	0,00	0,00
64=Atenção Básica	153.800,00	13.573,50	13.573,50
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	153.800,00	13.573,50	13.573,50
67=Assistencia Farmacêutica Básica	35.800,00	10.334,88	10.334,88
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	35.800,00	10.334,88	10.334,88
70=Gestão do SUS	329.500,00	18.798,13	18.798,13
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	329.500,00	15.020,00	15.020,00
000067Outros Detalhamentos	0,00	3.778,13	3.778,13
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	626.900,00	94.754,38	94.754,38

SECRETARIA DE SAÚDE
ELIZETE CARDOSO DA SILVA

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita FUNREBOM

CPL Informática.

Pág. 001

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	32.500,00	20.519,82	20.519,82		11.980,18
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	32.500,00	20.519,82	20.519,82		11.980,18
10000000	RECEITAS CORRENTES	32.500,00	20.519,82	20.519,82		11.980,18
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	31.500,00	18.037,67	18.037,67		13.462,33
11200000	TAXAS	31.500,00	18.037,67	18.037,67		13.462,33
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	31.500,00	18.037,67	18.037,67		13.462,33
11220800 0100 000000	Taxa de Seguranca Contra Sinistros	12.300,00	1.356,16	1.356,16		10.943,84
11220900 0100 000000	Taxa de Exames de Projetos P/seg.	2.500,00	129,74	129,74		2.370,26
11221000 0100 000000	Taxa de Servicos Gerais	400,00	1.691,27	1.691,27	1.291,27	
11221100 0100 000000	Taxa de Vistoria de Seg. Contra Si	16.300,00	13.889,81	13.889,81		2.410,19
11229900	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERV	0,00	970,69	970,69	970,69	
11229905 0100 000000	Taxa Atend Emergenc/populacao	0,00	970,69	970,69	970,69	
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	980,72	980,72	980,72	
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	0,00	980,72	980,72	980,72	
13250000 0100 000000	Remuneracao de depositos Bancarios	0,00	980,72	980,72	980,72	
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
17230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1,43	1,43		998,57
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	0,00	1,43	1,43	1,43	
19110000 0100 000000	Multas e Juros de Mora dos Tributo	0,00	1,43	1,43	1,43	
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00		0,00
19320000 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	0,00	0,00	0,00		0,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
19909900 0100 000000	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00		1.000,00
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24230000 0124 000000	Transferencias dos Municipios	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	0,00		0,00
24720000 0124 000055	Transferencias de Convenios dos Es	0,00	0,00	0,00		0,00
25000000	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
25900000 0124 000000	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00		0,00



CPL Informática.

Pág. 002

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO - FUNREBOM

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	0,00	0,00		0,00
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00		0,00
31001000 0100 000000	Inss / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31002000 0100 000000	Irrf / Empresas	0,00	0,00	0,00		0,00
31003000 0100 000000	Irrf S/ Rendimentos do Trabalho	0,00	0,00	0,00		0,00
31004000 0100 000000	Iss	0,00	0,00	0,00		0,00

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
00=Recursos Ordinários	32.500,00	19.019,82	19.019,82
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	32.500,00	19.019,82	19.019,82
24=Transferências de Convênios Outros	0,00	1.500,00	1.500,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	1.500,00	1.500,00
000055Transferência de Convênios do Estado	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	32.500,00	20.519,82	20.519,82

RESPONSÁVEL P/ S. ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

DAVI PECINATO CRC/SC 13.325



Comparativo da Receita PMC

Pág. 001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS	Saldos até 30/06/2010	Exercício: 2010
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada		
ESTADO DE SANTA CATARINA		Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	13.944.500,00	1.312.156,57	1.312.156,57		12.632.343,43
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.944.500,00	1.240.867,65	1.240.867,65		12.703.632,35
10000000	RECEITAS CORRENTES	12.314.500,00	1.215.867,65	1.215.867,65		11.098.632,35
11000000	RECEITA TRIBUTARIA	1.111.700,00	116.007,54	116.007,54		995.692,46
11100000	IMPOSTOS	887.000,00	111.897,86	111.897,86		775.102,14
11110000	IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00		0,00
11110100 0100 000000	Imposto Sobre a Importacao	0,00	0,00	0,00		0,00
11120000	IMPOSTO SOBRE PATRIMONIO E A RENDA	374.500,00	31.786,02	31.786,02		342.713,98
11120200	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL	262.000,00	4.045,35	4.045,35		257.954,65
11120200 0100 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	157.200,00	2.427,22	2.427,22		154.772,78
11120200 0101 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	65.500,00	1.011,34	1.011,34		64.488,66
11120200 0102 000000	Imposto Sobre a Propriedade Predia	39.300,00	606,79	606,79		38.693,21
11120400	IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQUER NATUR	65.000,00	6.775,67	6.775,67		58.224,33
11120431	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ R	60.000,00	6.775,67	6.775,67		53.224,33
11120431 0100 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	36.000,00	4.065,42	4.065,42		31.934,58
11120431 0101 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	15.000,00	1.693,94	1.693,94		13.306,06
11120431 0102 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	9.000,00	1.016,31	1.016,31		7.983,69
11120434	IMP.DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/ O	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
11120434 0100 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	3.000,00	0,00	0,00		3.000,00
11120434 0101 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	1.250,00	0,00	0,00		1.250,00
11120434 0102 000000	Imp.de Renda Retido Nas Fontes S/	750,00	0,00	0,00		750,00
11120800	IMP.S/TRANSM.INTERV.BENS IMOV.E DIR	47.500,00	20.965,00	20.965,00		26.535,00
11120800 0100 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	28.500,00	12.579,00	12.579,00		15.921,00
11120800 0101 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	11.875,00	5.241,25	5.241,25		6.633,75
11120800 0102 000000	Imp.s/transm.interv.bens Imov.e Di	7.125,00	3.144,75	3.144,75		3.980,25
11130000	IMPOSTO SOBRE A PRODUCAO E A CIRCUL	512.500,00	80.111,84	80.111,84		432.388,16
11130500	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER	512.500,00	80.111,84	80.111,84		432.388,16
11130501 0100 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	307.500,00	48.067,12	48.067,12		259.432,88
11130501 0101 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	128.125,00	20.027,99	20.027,99		108.097,01
11130501 0102 000000	Imposto Sobre Servicos de Qualquer	76.875,00	12.016,73	12.016,73		64.858,27
11200000	TAXAS	161.700,00	3.195,12	3.195,12		158.504,88
11210000	TAXA PELO EXERCICIO PODER DE POLICI	111.200,00	2.994,36	2.994,36		108.205,64
11211700 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao de Vigilancia	13.300,00	122,70	122,70		13.177,30
11212200 0100 000000	Taxa de Servicos Administrativos	37.400,00	1.140,49	1.140,49		36.259,51
11212500 0100 000000	Taxa de Licenca P/func.de Estabele	44.800,00	657,82	657,82		44.142,18
11213200 0100 000000	Taxa de Aprovacao do Projeto de Co	15.000,00	1.073,35	1.073,35		13.926,65
11213300 0100 000000	Taxa de Fiscalizacao Sanitaria	700,00	0,00	0,00		700,00
11219900 0100 000000	Outras Taxas Pelo Exercicio de Pod	0,00	0,00	0,00		0,00
11220000	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	50.500,00	200,76	200,76		50.299,24
11221200 0100 000000	Emolumentos e Custas Processuais A	2.600,00	0,00	0,00		2.600,00
11229000 0100 000000	Taxa de Limpeza Publica	27.500,00	200,76	200,76		27.299,24
11229200 0100 000000	Taxa de Embarque Terminal Rodoviar	14.100,00	0,00	0,00		14.100,00
11229900 0100 000000	Outras Taxas Pela Prestacao de Ser	6.300,00	0,00	0,00		6.300,00
11300000	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	63.000,00	914,56	914,56		62.085,44
11300400 0100 000000	Contribuicao de Melhoria P/ Pavime	63.000,00	914,56	914,56		62.085,44
12000000	RECEITA DE CONTRIBUICOES	371.400,00	32.187,35	32.187,35		339.212,65
12200000	CONTRIBUICOES ECONOMICAS	371.400,00	32.187,35	32.187,35		339.212,65
12202900 0117 000000	Contrib. P/custeio de Servico de I	371.400,00	32.187,35	32.187,35		339.212,65



CPL Informática.

Pág. 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldo até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
13000000	RECEITA PATRIMONIAL	51.820,00	5.490,25	5.490,25		46.329,75
13100000	RECEITAS IMOBILIARIAS	22.600,00	1.769,01	1.769,01		20.830,99
13110000	ALUGUEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
13119900 0100 000000	Outras Receitas de Alugueis	0,00	0,00	0,00		0,00
13190000 0100 000000	Outras Receitas Imobiliarias	22.600,00	1.769,01	1.769,01		20.830,99
13200000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	29.220,00	3.721,24	3.721,24		25.498,76
13250000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	29.220,00	3.721,24	3.721,24		25.498,76
13250100	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSO	15.820,00	1.250,51	1.250,51		14.569,49
13250102	REC.REM. DEP.BANC.DE REC.VINC.-FUND	14.500,00	1.031,15	1.031,15		13.468,85
13250102 0100 000000	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	8.700,00	618,69	618,69		8.081,31
13250102 0101 000000	Rec.rem. dep.banc.de Rec.vinc.-fun	5.800,00	412,46	412,46		5.387,54
13250109 0100 000000	Receita Rem.dep.bancarios Rec.vinc	120,00	0,00	0,00		120,00
13250199 0100 000000	Rec.remun.de Outros dep.banc.de Re	1.200,00	219,36	219,36		980,64
13250200	REM.DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINC	13.400,00	2.470,73	2.470,73		10.929,27
13250299 0100 000000	Remuneracao Outros depositos de Re	13.400,00	2.470,73	2.470,73		10.929,27
16000000	RECEITA DE SERVICOS	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
16004500 0100 000000	Serv. de Preparacao da Terra Em Pr	10.000,00	0,00	0,00		10.000,00
17000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.575.420,00	1.041.892,03	1.041.892,03		9.533.527,97
17200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.567.420,00	912.705,42	912.705,42		9.654.714,58
17210000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	3.943.540,00	298.843,78	298.843,78		3.644.696,22
17210100	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	3.301.360,00	270.851,34	270.851,34		3.030.508,66
17210102	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO	4.120.000,00	338.240,57	338.240,57		3.781.759,43
17210102 0100 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	2.472.000,00	202.944,34	202.944,34		2.269.055,66
17210102 0101 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	1.030.000,00	84.560,14	84.560,14		945.439,86
17210102 0102 000000	Cota-parte do Fundo de Participaca	618.000,00	50.736,09	50.736,09		567.263,91
97210102 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-824.000,00	-67.648,08	-67.648,08	756.351,92	
17210105	COTA-PARTE DO IMPOSTO S/A PROPRIEDA	6.700,00	323,54	323,54		6.376,46
17210105 0100 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	4.020,00	194,13	194,13		3.825,87
17210105 0101 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.675,00	80,89	80,89		1.594,11
17210105 0102 000000	Cota-parte do Imposto S/a Propried	1.005,00	48,52	48,52		956,48
97210105 0100 000000	Deducao da Receita Para Formacao d	-1.340,00	-64,69	-64,69	1.275,31	
17210900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	79.000,00	4.330,86	4.330,86		74.669,14
17210905 0100 000000	Cota Parte do Fundo Especial Lei 7	0,00	4.330,86	4.330,86	4.330,86	
17210906 0124 000000	Fex - Aux. Finac. P/fomento e Expo	0,00	0,00	0,00		0,00
17210999 0100 000000	Demais Transferencias da Uniao	79.000,00	0,00	0,00		79.000,00
17212200	TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	56.000,00	0,00	0,00		56.000,00
17212270 0100 000000	Cota-parte do Fundo Especial do Pe	56.000,00	0,00	0,00		56.000,00
17213500	TRANSF.RECURSOS FDO.NAC.DESENV.EDUC	475.500,00	21.093,08	21.093,08		454.406,92
17213501 0158 000049	Transferencia do Salario-educacao	192.800,00	15.846,22	15.846,22		176.953,78
17213503 0160 000051	Transf.direta do Fn de Ref.prog. Na	51.000,00	0,00	0,00		51.000,00
17213504 0161 000052	Transf Diretas Fn de Referente Pnat	231.200,00	5.246,86	5.246,86		225.953,14
17213599 0100 000000	Outras Transf.diretas Fundo Nac. d	500,00	0,00	0,00		500,00
17213600	TRANSFERENCIA FINANC DO ICMS-DESON.	39.600,00	3.210,62	3.210,62		36.389,38
17213600 0100 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	23.760,00	1.926,37	1.926,37		21.833,63
17213600 0101 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	9.900,00	802,66	802,66		9.097,34
17213600 0102 000000	Transferencia Financ do Icms-deson	5.940,00	481,59	481,59		5.458,41
97213600 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-7.920,00	-642,12	-642,12	7.277,88	
17220000	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	4.633.880,00	445.873,15	445.873,15		4.188.006,85



CPL Informática.

Pág. 003

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
17220100	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	4.633.880,00	445.873,15	445.873,15		4.188.006,85
17220101	COTA-PARTE DO ICMS	5.050.000,00	480.573,66	480.573,66		4.569.426,34
17220101 0100 000000	Cota-parte do Icms	3.030.000,00	288.344,20	288.344,20		2.741.655,80
17220101 0101 000000	Cota-parte do Icms	1.262.500,00	120.143,46	120.143,46		1.142.356,54
17220101 0102 000000	Cota-parte do Icms	757.500,00	72.086,00	72.086,00		685.414,00
97220101 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-1.010.000,00	-96.114,65	-96.114,65	913.885,35	
17220102	COTA-PARTE DO IPVA	566.000,00	66.085,07	66.085,07		499.914,93
17220102 0100 000000	Cota-parte do Ipva	339.600,00	39.651,04	39.651,04		299.948,96
17220102 0101 000000	Cota-parte do Ipva	141.500,00	16.521,28	16.521,28		124.978,72
17220102 0102 000000	Cota-parte do Ipva	84.900,00	9.912,75	9.912,75		74.987,25
97220102 0100 000000	Deducoes da Receita Para Formacao	-113.200,00	-13.216,94	-13.216,94	99.983,06	
17220104	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	142.600,00	10.682,51	10.682,51		131.917,49
17220104 0100 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	85.560,00	6.409,51	6.409,51		79.150,49
17220104 0101 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	35.650,00	2.670,64	2.670,64		32.979,36
17220104 0102 000000	Cota-parte do Ipi Sobre Exportacao	21.390,00	1.602,36	1.602,36		19.787,64
97220104 0100 000000	Deducao de Receita Para Formacao F	-28.520,00	-2.136,50	-2.136,50	26.383,50	
17220113 0116 000000	Cota Parte da Cont. Interv.dom.eco	27.000,00	0,00	0,00		27.000,00
17240000	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.990.000,00	167.988,49	167.988,49		1.822.011,51
17240100	TRANSF.REC.FUNDO MANUT.DESENV.ENS.F	1.990.000,00	167.988,49	167.988,49		1.822.011,51
17240101 0118 000000	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	1.194.000,00	100.793,11	100.793,11		1.093.206,89
17240102 0119 000000	Transf.rec.fundo Manut.desenv.educ	796.000,00	67.195,38	67.195,38		728.804,62
17600000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	8.000,00	129.186,61	129.186,61	121.186,61	
17610000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	0,00	6.420,00	6.420,00	6.420,00	
17619900	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	6.420,00	6.420,00	6.420,00	
17619903 0124 000000	Convenio Merenda Escolar	0,00	6.420,00	6.420,00	6.420,00	
17619904 0124 000000	Convenio Api	0,00	0,00	0,00		0,00
17619905 0124 000000	Convenio Ppd	0,00	0,00	0,00		0,00
17619906 0124 000000	Convenio Pac	0,00	0,00	0,00		0,00
17619907 0124 000000	Convenio Petti	0,00	0,00	0,00		0,00
17619908 0124 000000	Convenio Bolsa Familia	0,00	0,00	0,00		0,00
17619909 0124 000000	Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
17619910 0124 000000	Conv. Bpc - Assist. Social	0,00	0,00	0,00		0,00
17619911 0124 000000	Conv. Igd - Gestao descentralizada	0,00	0,00	0,00		0,00
17619912 0124 000000	Merenda Escolar/pnac Patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17620000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	8.000,00	122.766,61	122.766,61	114.766,61	
17620200 0122 000055	Transf. de Convenios dos Estados d	3.000,00	22.766,61	22.766,61	19.766,61	
17629900	OUTRAS TRANSFERENCIA DE CONVENIO DO	5.000,00	100.000,00	100.000,00	95.000,00	
17629904 0124 000000	Convenio Sisvan	0,00	0,00	0,00		0,00
17629911 0124 000000	Convenio Ppi	0,00	0,00	0,00		0,00
17629912 0124 000000	Convenio Funturismo	0,00	0,00	0,00		0,00
17629913 0124 000000	Reconstrucao de Rodovias	0,00	0,00	0,00		0,00
17629914 0124 000000	Convenio Smas/patronato	0,00	0,00	0,00		0,00
17629915 0224 000000	Convenio Conservacao Rodovias Esta	0,00	0,00	0,00		0,00
17629916 0124 000055	Convenio Recuperacao de Estradas V	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
17629917 0224 000055	Convenio Estiagem	0,00	0,00	0,00		0,00
17629999 0124 000055	Outras Transf Convenios Estado	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	194.160,00	20.290,48	20.290,48		173.869,52
19100000	MULTAS E JUROS DE MORA	57.200,00	5.787,65	5.787,65		51.412,35



CPL Informática.

Pág. 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
19110000	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	19.200,00	218,57	218,57		18.981,43
19113500 0100 000000	Multas e Juros de Mora da Taxa de	600,00	0,00	0,00		600,00
19113800	MULTAS/JUROS DE MORA DO IMP.S/PROPR	9.000,00	180,90	180,90		8.819,10
19113800 0100 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	5.400,00	108,54	108,54		5.291,46
19113800 0101 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	2.250,00	45,23	45,23		2.204,77
19113800 0102 000000	Multas/juros de Mora do Imp.s/prop	1.350,00	27,13	27,13		1.322,87
19114000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S	9.000,00	11,23	11,23		8.988,77
19114000 0100 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	5.400,00	6,74	6,74		5.393,26
19114000 0101 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	2.250,00	2,81	2,81		2.247,19
19114000 0102 000000	Multas e Juros de Mora do Imposto	1.350,00	1,68	1,68		1.348,32
19119900 0100 000000	Multas e Juros de Mora de Outros T	600,00	26,44	26,44		573,56
19130000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	3.600,00	712,68	712,68		2.887,32
19131100	MULTAS/JUROS MORA DIVIDA ATIVA DO I	1.200,00	631,46	631,46		568,54
19131100 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	720,00	378,88	378,88		341,12
19131100 0101 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	300,00	157,88	157,88		142,12
19131100 0102 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa do	180,00	94,70	94,70		85,30
19131300	MULTAS/JUROS MORA DIV ATIV IMP.S/ S	1.200,00	81,22	81,22		1.118,78
19131300 0100 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	720,00	48,73	48,73		671,27
19131300 0101 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	300,00	20,31	20,31		279,69
19131300 0102 000000	Multas/juros Mora Div Ativ Imp.s/	180,00	12,18	12,18		167,82
19139900 0100 000000	Multas/juros Mora Divida Ativa de	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19150000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA AT	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19159900 0100 000000	Outras Multas/jrs de Mora da Divid	1.200,00	0,00	0,00		1.200,00
19190000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	33.200,00	4.856,40	4.856,40		28.343,60
19191500 0100 000000	Multas Previstas Na Legislaçao de	32.600,00	4.115,87	4.115,87		28.484,13
19199900 0100 000000	Outras Multas	600,00	740,53	740,53	140,53	
19200000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	88.000,00	2.584,47	2.584,47		85.415,53
19220000	RESTITUICOES	88.000,00	2.584,47	2.584,47		85.415,53
19229900 0100 000000	Outras Restituicoes	88.000,00	2.584,47	2.584,47		85.415,53
19300000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	42.120,00	7.305,32	7.305,32		34.814,68
19310000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	42.000,00	7.305,32	7.305,32		34.694,68
19311100	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP.S/PROPR.TE	18.000,00	5.831,53	5.831,53		12.168,47
19311100 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/prop.r.t	10.800,00	3.498,91	3.498,91		7.301,09
19311100 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/prop.r.t	4.500,00	1.457,88	1.457,88		3.042,12
19311100 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp.s/prop.r.t	2.700,00	874,74	874,74		1.825,26
19311300	RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. S/ SERVIC	18.000,00	563,43	563,43		17.436,57
19311300 0100 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	10.800,00	338,06	338,06		10.461,94
19311300 0101 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	4.500,00	140,86	140,86		4.359,14
19311300 0102 000000	Receita Divida Ativa Imp. S/ Servi	2.700,00	84,51	84,51		2.615,49
19319900 0100 000000	Receita da Divida Ativa de Outros	6.000,00	910,36	910,36		5.089,64
19320000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTA	120,00	0,00	0,00		120,00
19329900 0100 000000	Receita da Divida Ativa Nao Tribut	120,00	0,00	0,00		120,00
19900000	RECEITAS DIVERSAS	6.840,00	4.613,04	4.613,04		2.226,96
19909900 0100 000000	Outras Receitas	6.840,00	4.613,04	4.613,04		2.226,96
20000000	RECEITAS DE CAPITAL	1.630.000,00	25.000,00	25.000,00		1.605.000,00
21000000	OPERACOES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00		0,00
21100000 0183 000000	Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00
22000000	ALIENACAO DE BENS	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00

CPL Informática.

Pág. 005

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

Saldo até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
22100000	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	30.000,00	0,00	0,00		30.000,00
22150000	ALIENACAO DE VEICULOS	20.000,00	0,00	0,00		20.000,00
22150100 0189 000000	Alienacao de Veiculos	20.000,00	0,00	0,00		20.000,00
22150200 0188 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22150300 0187 000000	Alienacao de Veiculos - Rec Vincul	0,00	0,00	0,00		0,00
22160000	ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160100 0189 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22160200 0188 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22160300 0187 000000	Alienacao de Moveis e Utensilios -	0,00	0,00	0,00		0,00
22170000	ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170100 0189 000000	Alienacao de Equipamentos	5.000,00	0,00	0,00		5.000,00
22170200 0188 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22170300 0187 000000	Alienacao de Equipamentos - Rec Vi	0,00	0,00	0,00		0,00
22200000	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00		0,00
22250000 0100 000000	Alienacao de Imoveis Urbanos	0,00	0,00	0,00		0,00
23000000	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00		0,00
23009900 0100 000000	Amortizacoes de Financiamentos Div	0,00	0,00	0,00		0,00
24000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.600.000,00	25.000,00	25.000,00		1.575.000,00
24200000	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00		0,00
24220000	TRANSFERENCIAS DO ESTADO	0,00	0,00	0,00		0,00
24229900 0124 000000	Outras Transferencias dos Estados	0,00	0,00	0,00		0,00
24700000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	1.600.000,00	25.000,00	25.000,00		1.575.000,00
24710000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIA	800.000,00	0,00	0,00		800.000,00
24719900 0124 000054	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	0,00	0,00		800.000,00
24720000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DOS EST	800.000,00	25.000,00	25.000,00		775.000,00
24729900 0124 000055	Outras Transferencias de Convenio	800.000,00	25.000,00	25.000,00		775.000,00



CPL Informática.

Pág. 006

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

SalDOS até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
30000000	RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	0,00	71.288,92	71.288,92	71.288,92	
31000000	DEPOSITO DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	71.288,92	71.288,92	71.288,92	
31000001 0100 000000	Inss	0,00	26.668,65	26.668,65	26.668,65	
31000002 0100 000000	Irrf	0,00	0,00	0,00		0,00
31000003 0100 000000	Asserv	0,00	4.452,22	4.452,22	4.452,22	
31000004 0100 000000	Assistencia Medica Unimed	0,00	5.346,24	5.346,24	5.346,24	
31000005 0100 000000	Taxa de Manutencao de Carteirinhas	0,00	822,40	822,40	822,40	
31000006 0100 000000	Emprestimo Cef	0,00	6.517,63	6.517,63	6.517,63	
31000007 0100 000000	Emprestimo Besc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000008 0100 000000	Mensalidade Udesc	0,00	0,00	0,00		0,00
31000009 0100 000000	Inss/empresa	0,00	3.880,65	3.880,65	3.880,65	
31000010 0100 000000	Pensao Alimenticia	0,00	714,00	714,00	714,00	
31000011 0100 000000	Convenio Transporte Escolar	0,00	0,00	0,00		0,00
31000012 0100 000000	Convenio Cidadania	0,00	0,00	0,00		0,00
31000013 0100 000000	Contribuicao Pasep	0,00	0,00	0,00		0,00
31000014 0100 000000	Convenio Peti	0,00	0,00	0,00		0,00
31000015 0100 000000	Emprestimo B. Brasil	0,00	7.761,19	7.761,19	7.761,19	
31000016 0100 000000	Desconto Masterfarma	0,00	118,20	118,20	118,20	
31000017 0100 000000	Desconto Sindicato	0,00	706,46	706,46	706,46	
31000018 0100 000000	Emprest Consignacao Bv Financeira	0,00	13.737,46	13.737,46	13.737,46	
31001900 0000 000000	Emprestimo Carlos F. Rodrigues	0,00	563,82	563,82	563,82	

	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes
00=Recursos Ordinários	5.089.980,00	457.674,27	457.674,27
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.089.980,00	457.674,27	457.674,27
01=Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Ed	2.722.875,00	254.991,02	254.991,02
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.722.875,00	254.991,02	254.991,02
02=Recursos de Impostos e Transferências de Impostos S	1.630.245,00	152.746,83	152.746,83
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.630.245,00	152.746,83	152.746,83
16=Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico CI	27.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	27.000,00	0,00	0,00
17=Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumina	371.400,00	32.187,35	32.187,35
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	371.400,00	32.187,35	32.187,35
18=Transferência do FUNDEB(Aplicação Remuneração Prof.	1.194.000,00	100.793,11	100.793,11
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.194.000,00	100.793,11	100.793,11
19=Transferências FUNDEB(Aplicação em Out.despesas da	796.000,00	67.195,38	67.195,38
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	796.000,00	67.195,38	67.195,38
22=Transferências de Convênios Educação	3.000,00	22.766,61	22.766,61
000055Transferência de Convênios do Estado	3.000,00	22.766,61	22.766,61
24=Transferências de Convênios Outros	1.605.000,00	131.420,00	131.420,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	6.420,00	6.420,00
000054Transferência de Convênios da União	800.000,00	0,00	0,00
000055Transferência de Convênios do Estado	805.000,00	125.000,00	125.000,00
58=Salário Educação	192.800,00	15.846,22	15.846,22
000049Transferência do Salário Educação	192.800,00	15.846,22	15.846,22
60=Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE	51.000,00	0,00	0,00
000051Transferências Referentes ao Programa Nacional d	51.000,00	0,00	0,00
61=Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PN	231.200,00	5.246,86	5.246,86
000052Transferências Referentes ao Programa Nacional d	231.200,00	5.246,86	5.246,86
83=Operações de Crédito Internas Outros Programas	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
87=Alienações de Bens destinados a Programas da Educaç	0,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
88=Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00



000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
89=Alienações de Bens destinados a Outros Programas	30.000,00	0,00	0,00
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	30.000,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	13.944.500,00	1.240.867,65	1.240.867,65

PREFEITA MUNICIPAL
GISA APARECIDA GIACOMIN

TÉC. EM CONTABILIDADE
DAVI PECINATO CRC/SC 13.325

CÂMARA DE VEREADORES

Balancete Financeiro

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 06/2010

Emissão: 30/06/2010

> TÍTULOS	V A L O R	> TÍTULOS	V A L O R
		DESPESA ORÇAMENTARIA	61.590,35
		LEGISLATIVA	61.590,35
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	74.133,72	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	13.371,69
DEPOSITOS A TRANSFERIR	8.172,22	DEPOSITOS A TRANSFERIR	5.410,19
INSS	2.759,19	INSS	2.759,19
ASSERV	751,71	ASSERV	751,71
EMPRESTIMO CEF	2.762,03	EMPRESTIMO BESC	547,97
EMPRESTIMO BESC	547,97	PENSAO ALIMENTICIA	510,00
PENSAO ALIMENTICIA	510,00	IRRF	256,85
IRRF	256,85	DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	584,47
DESPESA CELULAR - EXCEDENTE	584,47	CONVENIOS A PAGAR	323,71
CONVENIOS A PAGAR	323,71	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	323,71
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	323,71	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.637,79
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.637,79	INSS	5.637,79
INSS	5.637,79	REPASSE CONCEDIDO FONTE DE RECURSOS	2.000,00
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	60.000,00		
> DESPESA EMPENHADA	61.590,35	> DESPESA PAGA	61.590,35
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	61.590,35	CREDITO LIQUIDADO	61.590,35
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	61.590,35
> SALDOS ANTERIORES	75.966,18	> SALDOS ATUAIS	75.137,86
		BANCO DO BRASIL	16.200,00
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	19.128,01	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	3.429,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	56.838,17	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	55.508,81
> TOTAL	211.690,25	> TOTAL	211.690,25

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Comparativo da Receita

CPL Informática.

Pág. 001

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 30/06/2010

Exercício: 2010

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

Codigo	Especificações	Orçado R\$	Arrecadado no Mes	Arrecadado até o Mes	Diferença em R\$	
					Para (+)	Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	0,00	8.172,22	47.813,87	47.813,87	
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	8.172,22	47.813,87	47.813,87	
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	8.172,22	47.813,87	47.813,87	
31001000 0000 000000	Inss	0,00	2.759,19	16.014,21	16.014,21	
31002000 0000 000000	Asserv	0,00	751,71	4.752,56	4.752,56	
31003000 0000 000000	Irrf	0,00	256,85	1.479,11	1.479,11	
31004000 0000 000000	Emprestimo Cef	0,00	2.762,03	16.725,30	16.725,30	
31007000 0000 000000	Emprestimo Besc S/a	0,00	547,97	3.287,82	3.287,82	
31008000 0000 000000	Pensao Alimenticia	0,00	510,00	3.060,00	3.060,00	
31009000 0100 000000	Despesa Celular - Excedente	0,00	584,47	2.494,87	2.494,87	

	Orçado R\$	Arrecadado	Arrecadado
		no Mes	até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI



Comparativo da Despesa

CPL Informática.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

F

Exercíci

ESTADO DE SANTA CATARINA

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	
0101	CAMARA MUNICIPAL	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	
01	LEGISLATIVA	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	
031	AÇÃO LEGISLATIVA	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	
2001	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DA CAMARA	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	313.375,83	61.590,35	
30000000	DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	313.375,83	61.590,35	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	182.588,92	0,00	207.411,08	31.666,41	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	182.588,92	0,00	207.411,08	31.666,41	
31901101	* 00 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.373,52	144.020,56	0,00	0,00	25.373,52	
31901137	* 00 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,10	3.713,47	0,00	0,00	655,10	
31901145	* 00 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	
31901302	* 00 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,79	32.517,89	0,00	0,00	5.637,79	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	0,00	0,00	0,00	207.000,00	29.923,94	101.035,25	0,00	105.964,75	29.923,94	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	323,71	1.866,56	0,00	8.133,44	323,71	
33504199	* 00 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,71	1.866,56	0,00	0,00	323,71	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	29.600,23	99.168,69	0,00	97.831,31	29.600,23	
33901414	* 00 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.226,80	57.897,32	0,00	0,00	18.226,80	
33903007	* 00 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,85	705,72	0,00	0,00	220,85	
33903016	* 00 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,99	604,09	0,00	0,00	15,99	
33903017	* 00 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* 00 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,60	127,90	0,00	0,00	19,60	
33903022	* 00 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,78	311,95	0,00	0,00	100,78	
33903024	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* 00 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	932,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* 00 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,49	0,00	0,00	0,00	
33903301	* 00 000000 passagens para o país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,34	3.670,22	0,00	0,00	2.330,34	
33903615	* 00 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	4.765,00	0,00	0,00	820,00	
33903625	* 00 000000 serviços de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	1.130,00	0,00	0,00	300,00	
33903901	* 00 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* 00 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	3.000,00	0,00	0,00	1.500,00	
33903911	* 00 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	2.916,00	0,00	0,00	486,00	
33903916	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* 00 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,00	0,00	0,00	0,00	
33903922	* 00 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.050,00	10.010,00	0,00	0,00	3.050,00	
33903943	* 00 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253,80	1.222,62	0,00	0,00	253,80	
33903944	* 00 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,12	389,04	0,00	0,00	36,12	
33903947	* 00 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511,65	511,65	0,00	0,00	511,65	
33903958	* 00 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.633,30	7.903,19	0,00	0,00	1.633,30	
33903978	* 00 000000 limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* 00 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	
33903997	* 00 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	570,00	0,00	0,00	95,00	
33903999	* 00 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,00	0,00	0,00	0,00	
1001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	
1002	CONSTRUÇÃO, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DA	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	



CPL Informática.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Comparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada

Mes de junho, Saldos até 30/06/2010

F
Exercíci
Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
44000000	INVESTIMENTOS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	93.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	

CPL Informática.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de junho, Saldos até 30/06/2010F
Exercíci
Anex

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a
30000000	DESPESAS CORRENTES	597.000,00	0,00	0,00	0,00	597.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	313.375,83	61.590,35	
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	182.588,92	0,00	207.411,08	31.666,41	
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	390.000,00	31.666,41	182.588,92	0,00	207.411,08	31.666,41	
31901101	* " 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.373,52	144.020,56	0,00	0,00	25.373,52	
31901137	* " 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,10	3.713,47	0,00	0,00	655,10	
31901145	* " 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.337,00	0,00	0,00	0,00	
31901302	* " 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,79	32.517,89	0,00	0,00	5.637,79	
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.000,00	0,00	0,00	0,00	207.000,00	29.923,94	101.035,25	0,00	105.964,75	29.923,94	
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	323,71	1.866,56	0,00	8.133,44	323,71	
33504199	* " 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,71	1.866,56	0,00	0,00	323,71	
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	197.000,00	0,00	0,00	0,00	197.000,00	29.600,23	99.168,69	0,00	97.831,31	29.600,23	
33901414	* " 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.226,80	57.897,32	0,00	0,00	18.226,80	
33903007	* " 000000 gêneros de alimentaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,85	705,72	0,00	0,00	220,85	
33903016	* " 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,99	604,09	0,00	0,00	15,99	
33903017	* " 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	0,00	
33903021	* " 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19,60	127,90	0,00	0,00	19,60	
33903022	* " 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,78	311,95	0,00	0,00	100,78	
33903024	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	
33903025	* " 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	932,00	0,00	0,00	0,00	
33903026	* " 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,49	0,00	0,00	0,00	
33903301	* " 000000 passagens para o paí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.330,34	3.670,22	0,00	0,00	2.330,34	
33903615	* " 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	820,00	4.765,00	0,00	0,00	820,00	
33903625	* " 000000 serviços de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	1.130,00	0,00	0,00	300,00	
33903901	* " 000000 assinatura de períod	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	585,00	0,00	0,00	0,00	
33903905	* " 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00	3.000,00	0,00	0,00	1.500,00	
33903911	* " 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486,00	2.916,00	0,00	0,00	486,00	
33903916	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	185,00	0,00	0,00	0,00	
33903917	* " 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252,00	0,00	0,00	0,00	
33903922	* " 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.050,00	10.010,00	0,00	0,00	3.050,00	
33903943	* " 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	253,80	1.222,62	0,00	0,00	253,80	
33903944	* " 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,12	389,04	0,00	0,00	36,12	
33903947	* " 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	511,65	511,65	0,00	0,00	511,65	
33903958	* " 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.633,30	7.903,19	0,00	0,00	1.633,30	
33903978	* " 000000 limpeza e conservaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	
33903981	* " 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	
33903997	* " 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	570,00	0,00	0,00	95,00	
33903999	* " 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,00	0,00	0,00	0,00	
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	
44000000	INVESTIMENTOS	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	0,00	0,00	123.000,00	0,00	
TOTAL GERAL		720.000,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	61.590,35	283.624,17	0,00	436.375,83	61.590,35	
							Estornos até o Mes	0,00		Pagos até o Mes	283.624,17	

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLITEC. CRC/SC 22.439/0-0
SIMONE V. SANTOS DE MARTINI

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato nº 060/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 060/2010 - PM

Número do contrato: 060/2010
Vigência: 09/07/2010 à 31/12/2010
Processo Licitatório nº 054/2010 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: ALESANDRO DE SOUZA.
Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), pagos em parcelas de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), mensais.
Objeto: LOCAÇÃO DE 01 IMÓVEL COM ÁREA DE 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados), SITUADA NA AVENIDA 29 DE NO-
VEMBRO, n.1940 - CENTRO, PARA INSTALAÇÃO DA EM-PRESA
DEICATEX SERVIÇOS DE FACÇÃO LTDA ME.

DATA DA ASSINATURA: 09 de julho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato nº 061/2010 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 061/2010 - PM

Número do contrato: 061/2010
Vigência: 09/07/2010 à 31/12/2010
Processo Licitatório nº 052/2010 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado
Contratado/Credenciado: MAQVALE MAQUINAS E EQUIPAMEN-
TOS PARA GASTRONOMIA LTDA.
Valor: R\$ 12.477,98 (doze mil quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos).
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de aqui-
sição de máquinas e equipamentos para serem instalados na Uni-
dade de Transformação e Produção de Alimentos da Comunidade
de Rio Saltinho.

DATA DA ASSINATURA: 09 de julho de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 027, de 01 de julho 2010

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLI-
COS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

"Portaria Nº 027, de 01 de julho 2010.

Convoca servidor em gozo de férias.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SO-
CIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓR-
DIA - IPRECON, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Com-

plementar nº 164/99, de 27 de julho de 1999 e Decreto nº 4.152,
de 2 de setembro de 1999.

R E S O L V E:

Art. 1º Convocar a Servidora MIRNA GAUGER, em gozo de férias,
para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do
serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE L. DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públi-
cos do Município de Concórdia - IPRECON, em 01
de julho de 2010.

RONI FINGER GONÇALVES
Escriturária

Portaria Nº 028/2010, de 8 de Julho de 2010

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLI-
COS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON
PORTARIA Nº 028/2010, DE 8 DE JULHO DE 2010.

Dá nova redação ao art. 1º da Portaria nº 006, de 19 de janeiro de
2005, que converte aposentadoria por invalidez em aposentadoria
por idade à servidora MARIA PAULINA DE ÁVILA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servi-
dores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Comple-
mentar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decre-
to nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 006, de 19 de janeiro de 2005,
que converte aposentadoria por invalidez em aposentadoria por
idade à servidora MARIA PAULINA DE ÁVILA, passa a vigorar com
a seguinte redação:

"Art. 1º Converter a aposentadoria por invalidez concedida à
servidora MARIA PAULINA DE ÁVILA, ocupante do cargo de Au-
xiliar Operacional, função: Cozinheira, nível GSO1, do Quadro
de Pessoal do Poder Executivo Municipal, matriculada sob nº
918, em aposentadoria por idade, com proventos proporcionais
ao tempo de contribuição, com base no art. 40, § 1º, III, "b",
da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com
redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de de-
zembro de 2003, e nos arts. 40 e 41 da Lei Complementar nº
164/1999." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2005.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Municí-
pio de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públi-
cos do Município de Concórdia - IPRECON, em 08 de julho de
2010.

RONI FINGER GONÇALVES
Escriturária



Errata Contrato Nº 25/2010 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA SC
ERRATA

CONTRATO Nº 25/2010

O Fundo Municipal de Assistência de Concórdia, SC, vem a público para retificar o Extrato do Contrato nº 25/2010 - FMAS, celebrado com a Hodierna Transportes Ltda Epp, publicado no Diário Municipal Edição nº 525 no dia 07/07/2010, Página 35, na seguinte conformidade: onde lê-se: Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia - leia-se: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2010.

Errata Contrato Nº 57/2010 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA SC
ERRATA

CONTRATO Nº 57/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, vem a público para retificar o Extrato do Contrato nº 57/2010 - FMS, celebrado com o Ambulatório Ortopédico Ltda Me, publicado no Diário Municipal Edição nº 525 no dia 07/07/2010, Página 35, na seguinte conformidade: onde lê-se: Dispensa de Licitação para Obras e Serviços de Engenharia - leia-se: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2010.

Edital de Notificação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para a construção da Barragem de contenção das cheias, provenientes do Contrato nº 292.763-81/2009, no valor de R\$ 59.677,24 (Cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Concórdia SC, 08 de julho 2010.

JOAQUIM P. B. BICCA NETO SEGUNDO
Diretor Financeiro

Edital de Notificação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos para a construção da Barragem de contenção das cheias, provenientes do Contrato nº 292.763-81/2009, no valor de R\$ 59.677,24 (Cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Concórdia SC, 08 de julho 2010.

JOAQUIM P. B. BICCA NETO SEGUNDO
Diretor Financeiro

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAF-MASPFMCIII

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de traba-

lhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAF-MASPFMCIII, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 06 de julho de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 2.270

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.270, DE 7 DE JULHO DE 2010.

Homologa o Convênio nº 14/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a empresa João Teófilo Deucher - ME, em 2 de março de 2009.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Convênio nº 14/2009, celebrado entre o Município de Concórdia e a empresa João Teófilo Deucher - ME, em 2 de março de 2009.

Parágrafo único. O Convênio objetiva formalizar condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados junto à empresa, como um mecanismo de profissionalização, em complemento ao processo ensino-aprendizagem.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de julho de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO
Presidente

EVANDRO PEGORARO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.271

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.271, DE 7 DE JULHO DE 2010.

Homologa os Termos Aditivos aos Contratos de Repasse nºs 260110-14/2008 e 256173-97/2008, celebrados entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 260110-14/2008, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Concórdia, em 31 de maio de 2010.

Parágrafo único. O Termo tem por objetivo alterar o item/subitem nº 4.1 da Cláusula Quarta - Do Valor.

Art. 2º Fica homologado o Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 256173-97/2008, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econô-



mica Federal e o Município de Concórdia, em 2 de junho de 2010. Parágrafo único. O Termo tem por objetivo alterar o item/subitem nº 4.1 da Cláusula Quarta - Do Valor.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de julho de 2010.

ALAOR ANTÔNIO CAMILLO

Presidente

EVANDRO PEGORARO

1º Secretário

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO TC-07/94 - dados e texto de Contrato 088

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 088

MÊS/ANO: JULHO/2010 NÚMERO CONTRATO: 088/2010

VALOR CONTRATO: R\$. 101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/07/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para execução de 2.088 m² (dois mil e oitenta e oito metros quadrados) de recapeamento com massa asfáltica e construção de drenagem pluvial em partes das Ruas Paraná e Porto Alegre, objeto do contrato 0308060-49/2009, firmado entre o Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal e o Município de Coronel Martins - SC, conforme projetos de engenharia anexos ao Edital.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC 14.693

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA..

DATA VENCIMENTO CONTRATO: A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 120 (cento e vinte dias), a contar da data de assinatura do presente instrumento. O presente contrato poderá ser prorrogando face ao interesse da Administração, obedecidos aos preceitos legais.

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de pregão presencial para registro de PREÇOS Nº 24/2010

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Aquisição de materiais de enfermagem para manutenção das atividades em unidades de saúde do município e métodos contraceptivos para o Programa de Planejamento Familiar. Os interessados deverão entregar os envelopes da Proposta de Preços e da Documentação de Habilitação no Departamento de Compras do Fundo, sito a Rua Maximino de Moraes, 376 - sala 01, até às 14:00 horas do dia 28/07/2010, a partir deste horário será rea-

lizada a sessão do pregão iniciando com o credenciamento dos interessados, no setor de licitações do F. M. S. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se na e-pag: www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de julho de 2010.

ALZANI ADRIANO SCUR

Secretário Mun. Saúde

RICARDO BROCARDO

Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 051, de 22 de JUNHO de 2010.

DECRETO Nº. 051, DE 22 DE JUNHO DE 2010.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS A MÁRCIO SATURNO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo nº. 002/2010 e de conformidade com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, o art. 28 da Lei Municipal nº. 1.325/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria por invalidez com proventos integrais a MÁRCIO SATURNO, matrícula nº. 1075, Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

MEMÓRIA DE CÁLCULO – BASE DE CÁLCULO – MAIO/2010		
1- RENDA MENSAL INICIAL		R\$ 510,00
2 – FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100%	
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL		R\$ 510,00
4 – TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO		
(=) tempo total líquido até 01/06/2010	09 anos, 11 meses e 03 dias	
5 – TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria por invalidez com proventos integrais, nos termos do art. 40, §1º, inc. I, da Constituição Federal e art. 28, da Lei n.º 1.325/2007.		
6 – O pagamento do benefício retroagirá a data do laudo médico-pericial em 01/06/2010		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do laudo médico-pericial (01/06/2010), nos termos do §4º, do art. 28 da Lei nº. 1.325/07.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de junho de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



Publicado e registrado em 22 de junho de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 051, de 08 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 051, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PEDRO WITT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o Parágrafo Primeiro do Art. 8º da Lei Municipal nº. 751, de 20 de outubro de 2001,

CONSIDERANDO que o servidor Pedro Witt afastou-se por licença para tratamento de saúde de 24.02.2009 até 11.03.2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, ao servidor abaixo relacionado, progressão funcional horizontal, por antiguidade, conforme quadro abaixo:

Cód.	Nome	Função	Data da Progressão	Nível Progredido
490	PEDRO WITT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	08/02/2010	OAG-07

Art. 2º - O servidor referido no artigo 1º desta Portaria receberá o novo valor do salário mensal, de acordo com o anexo V da Lei Municipal nº. 751/01, devidamente corrigido pelos índices oficiais de reajustes do funcionalismo público municipal, desde a data da progressão.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 08 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 08 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 052, de 08 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 052, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA O SERVIDOR ANTONIO HERMOGENES FORGIARINI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo Antonio Hermogenes Forgiarini protocolizou pedido de exoneração do cargo efetivo de Motorista;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 08 de fevereiro de 2010, a pedido, o servidor ANTONIO HERMOGENES FORGIARINI do cargo efetivo de Motorista.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 08 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 08 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 053, de 08 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 053, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2010.

NOMEIA, POR CONCURSO, SALETE ROSANE SCHELL DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 749 de 20 de setembro de 2001 e seus anexos,

CONSIDERANDO que Liziane Acordi Rocha Salvadego desistiu de sua nomeação para o cargo de Agente de Serviços Gerais,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais;

CONSIDERANDO, que a servidora em questão foi classificada em 15º lugar no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada, por concurso, SALETE ROSANE SCHELL DOS SANTOS para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - A servidora nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

Parágrafo Único - Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo o caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 08 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 08 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 054, de 10 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 054, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010.

CONCEDE À SERVIDORA ELISANDRA PREIS A FUNÇÃO GRATIFI-



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CADA DE CHEFE DE SEÇÃO, FG-06.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 1º de fevereiro de 2010, a função gratificada de Chefe de Seção, FG-06, à servidora ELISANDRA PREIS.

Art. 2º - A servidora designada passará a perceber as vantagens da função, previstas na Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 10 de fevereiro de 2010.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 055, de 10 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 055, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2010.
CONCEDE À SERVIDORA MARIA VASSOLER FORGIARINI A FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE ADJUNTO DE SEÇÃO, FG-09.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, a partir de 1º de fevereiro de 2010, a função gratificada de Chefe Adjunto de Seção, FG-09, à servidora MARIA VASSOLER FORGIARINI.

Art. 2º - A servidora designada passará a perceber as vantagens da função, previstas na Lei Municipal nº. 750, de 20 de setembro de 2001 e alterações posteriores.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2010.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 10 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 10 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 056, de 11 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 056, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010.
NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Agente Comunitário de Saúde,

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital nº. 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art 1º - Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de:

I - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - OURO NEGRO, classificado(a) em 2º lugar.
2º TATIANI MASIERO ONOFRE FERNANDES

II - AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - SANTA CRUZ, classificado em 2º lugar.
2º JUCILENE DA ROSA GOMES

Art. 2º - Os nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomarem posse.

Parágrafo único. Se a posse não se der no prazo legal, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 11 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 11 de fevereiro de 2010.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 057, de 12 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 057, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010.
INSTAURA SINDICÂNCIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 105 e seguintes da Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998,

CONSIDERANDO que o servidor do quadro efetivo JORGE DA SILVA, matrícula nº. 2149, não comparece ao serviço, em tese, sem justo motivo, desde 13 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º É instaurada sindicância para a apuração do fato descrito.



to acima em relação ao servidor JORGE DA SILVA, matrícula nº. 2149.

Art. 2º Para compor a Comissão de Sindicância ficam nomeados os servidores REJANE MARIA LOCH, VANESSA TISCOSKI e GILBERTO LIVINO TOMAZI, sendo presidida pela primeira e secretariada pela segunda.

Art. 3º O trabalho realizado pelos componentes da Comissão de que trata a presente Portaria é considerado serviço público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 12 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de fevereiro de 2010.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 058, de 12 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 058, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PEDRO MARCELINO PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, NÍVEL TSA-4.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Ivo Rocha que está afastado por licença sem vencimentos;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, PEDRO MARCELINO para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível TSA-4.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver de licença sem vencimentos.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 12 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de fevereiro de 2010.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 059, de 12 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 059, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010.
NOMEIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PEDRO CHAVES GUIMARÃES PARA OCUPAR O CARGO DE PEDREIRO, NÍVEL TSA-8.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 751 de 20 de setembro de 2.001 e Lei Municipal nº. 487, de 02 de dezembro de 1998 e Lei nº. 862, de 15 de maio de 2002,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação temporária para substituir o servidor do quadro efetivo Marciano Hoepers que está afastado para tratamento de saúde;

CONSIDERANDO que, no quadro permanente não tem servidor para ocupar a vaga, sendo que a contratação é de vital importância para a manutenção normal dos serviços públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, temporariamente, PEDRO CHAVES GUIMARÃES para ocupar o cargo de Pedreiro, Nível TSA-8.

Art. 2º - O servidor supra nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 862/02, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal, pois é contratação temporária.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será pelo período em que o servidor do quadro efetivo estiver afastado para tratamento de saúde.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 12 de fevereiro de 2010.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 12 de fevereiro de 2010.
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 060, de 17 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 060, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010.
AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JANAINA NUERNBERG DEMETRIO EM 02 (DUAS) HORAS SEMANAIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO que houve a inclusão de novas turmas nas esco-



las da rede municipal de educação;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária da professora de educação física JANAINA NUERNBERG DEMETRIO em mais 02 (duas) horas, totalizando 22 (vinte e duas) horas semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº. 061, de 17 de Fevereiro de 2010.

PORTARIA Nº. 061, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2010.

AMPLIA, TEMPORARIAMENTE, CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ROSILENE VIANA EM 01 (UMA) HORA E 20 (VINTE) MINUTOS SEMANAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal nº. 876, de 06 de junho de 2002 e Lei Municipal nº. 875, de 06 de junho de 2002;

CONSIDERANDO que houve a inclusão de novas turmas nas escolas da rede municipal de educação;

CONSIDERANDO que a ampliação da carga horária é de vital importância, visto que no quadro efetivo não tem servidor para suprir a necessidade temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ampliada, temporariamente, a carga horária da professora de ensino religioso ROSILENE VIANA em mais 01 (uma) hora e 20 (vinte) minutos, totalizando 21 (vinte e uma) horas e 20 (vinte) minutos semanais.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2010.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 17 de fevereiro de 2010.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 12/FMS/2010.

OBJETIVO: O presente Edital tem pôr objetivo a Contratação de empresa para aquisição de material médico cirúrgico, e material odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de julho de 2010 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 08 de julho de 2010.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Errata

AVISO DE ERRATA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº. 05/2010

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Audiência Pública Nº. 05/2010 publicado inicialmente no dia 08 de julho neste veículo de comunicação. Segue retificação da data de sua realização:

Onde se lê: DATA: 22 de julho de 2010 as 19 horas.

Leia-se: DATA: 21 de julho de 2010 as 19 horas.

Feita a retificação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei vigente.

Forquilha, 08 de julho de 2010.

ADEMAR JOÃO BACK

Coordenador da Equipe Técnica Municipal

Informações: contato com Eng. ADEMAR JOÃO BACK

SECRETARIA DE OBRAS

Endereço: Avenida 25 de Julho, 3400 - Centro - Forquilha (SC).

Tel.: (48) 3463.8100

Site: www.forquilha.sc.gov.br

E-mail: engenharia@forquilha.sc.gov.br

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 2066/2010

LEI N. 2066, DE 08 DE JULHO DE 2010.

ALTERA O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, MEDIANTE ANEXAÇÃO DA ÁREA DE 300.000,00M², ENTRE O PONTO 28-F DA LEI Nº 0823/1990 E O PONTO 28-I DA LEI Nº 1781/2004.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterado o perímetro urbano do Município de Fraiburgo, entre o ponto 28-F da Lei nº 0823/1990 e o ponto 28-I da Lei nº 1781/2004, com a anexação de 300.000,00m² (trezentos mil metros quadrados), objeto das matrículas nº 9645 e 9677, de



propriedade do Município de Fraiburgo.

Art. 2º. A área para Inserção ao Perímetro Urbano inicia no ponto 28-F-1, localizado a 619,17 metros após o ponto 28-F, descrito em planta anexa; do vértice 28-F-1 segue em direção até o vértice 28_F-2 no azimuth 220°27'32", em uma distância de 614,641 m, confrontando com AGRICOLA FRAIBURGO S/A, por divisa com Linha; do vértice 28-F-2 segue em direção até o vértice 28-F3 no azimuth 125°39'38", em uma distância de 462,21 m, confrontando com AGRICOLA FRAIBURGO S/A, por divisa com Linha; do vértice 28-F3 segue pelos pontos P-17 a P-06 em direção até o vértice 28-F-4, em uma distância de 268,57 m, confrontando com ALBERTO GUELLER, por divisa com Estrada interna; do vértice 28-F-4 segue em direção até o vértice 28-I no azimuth 43°33'10", em uma distância de 248,249 m, confrontando com ALBERTO GUELLER, por divisa com Linha, fechando assim a área de 300.000,00m².

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 08 DE JULHO DE 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Lei nº 2067/2010

LEI Nº. 2067, DE 08 DE JULHO DE 2010.
INCLUI PARÁGRAFO PRIMEIRO E RENUMERA PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 2º, DA LEI 2051, DE 30 DE MARÇO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Fica incluído o § 1º e renumerado o parágrafo único para § 2º, do artigo 2º, da Lei 2051, de 30 de março de 2010, que passa a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

Art. 2º. []

§ 1º No caso do financiamento ser realizado através do Banco do Brasil e os recursos do Município não forem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos à crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput, deste artigo.

§ 2º. []

Art. 2º. Ficam inalteradas as demais disposições da Lei 2051, de 30 de março de 2010.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2010, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 08 DE JULHO DE 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0188/2010

DECRETO Nº 0188, DE 08 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.71.00.00 - Transferência à Consórcios Públicos - Recurso
0.3.0200 (84) R\$ 54.000,00
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (75)
R\$ 46.000,00

Total.....R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE JULHO DE 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0189/2010

DECRETO Nº 0189, DE 08 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2043, de 24 de Fevereiro de 2010;

DECRETA:

Art.1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2010 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (247)
R\$ 10.000,00

26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0200 (257)
R\$ 10.000,00

Total.....R\$ 20.000,00



Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2009, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 08 DE JULHO DE 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 0190/2010

DECRETO Nº. 0190, DE 08 DE JULHO DE 2010.
HOMOLOGA RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0014 DE 26 DE MAIO DE 2010.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do processo de seleção para admissão em caráter temporário nº. 0014, de 26 de maio de 2010, conforme lista anexa.

Art. 2º. O código 1 deixou de ser homologado por não haverem inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 08 DE JULHO DE 2010.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto nº 0190/2010 - Código 2



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº 0014 DE 26 DE MAIO DE 2010

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **2 - Médico Ginecologista**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	1	DANIELA VASCONCELOS FOLADOR	10

CrITÉRIOS de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	0	1	NÃO	17/10/1977

Portaria nº 2016/2010

PORTARIA Nº 2.016, DE 08 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora ANA LOURDES DE GOES que se encontra afastada em Auxílio Doença e ocupando 20 horas semanais de vaga excedente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 613.497.049-20, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de julho de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2017/2010

PORTARIA Nº 2.017, DE 08 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 021 de 13 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo, por 20 horas semanais, a servidora ANA LOURDES DE GOES que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SORAYA LUZIA PIERDONA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o nº 022.833.119-69, na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO GERAL - ENSINO INFANTIL - HABILITAÇÃO 200, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 11 de julho de 2010 a 17 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2018/2010

PORTARIA Nº 2.018, DE 08 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando a inexistência de candidato aprovado em concurso público para ser convocado;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora GERDA SOARES DA SILVA DOS REIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 558.052.569-91, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de julho de 2010 a 01 de agosto de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 2019/2010

PORTARIA Nº 2.019, DE 08 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº. 022 de 17 de novembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora NILVA APARECIDA PIMENTEL que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARINES MARCON-



DES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 960.845.539-15, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de julho de 2010 a 01 de agosto de 2010, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de julho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial nº 0076/2010-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0076/2010 - PMF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda dos alunos dos Centros de Educação e aquisição de leite para distribuição a famílias carentes do município de Fraiburgo. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Credenciamento: a partir das 09:00 horas do dia 22.07.2010. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 08 de julho de 2010.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 085/2010

DECRETO N.º 085, DE 07 DE JULHO DE 2010.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL EXTRAORDINÁRIO NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE PARA ATENDIMENTO DAS DESPESAS DECORRENTES DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECLARADA PELO DECRETO Nº 055/2010.

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições e na forma autorizada pelo artigo 44 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Extraordinário, no orçamento fiscal vigente do Município de Garopaba, no valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), de acordo com as especificações abaixo :

1300 - Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos .. R\$ 210.000,00

1301 - Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Urbanos .. R\$ 210.000,00

26.782.0035.2075 - Recuperação de Rod e Obras Assemelhadas. R\$210.000,00

4.4.90 - 0.1.24.001034 - Investimentos R\$ 210,00,00

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

Portaria N.º 437/2010

PORTARIA N.º 437, DE 02 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROZILDA DE AMORIM, CPF n.º 039.745.259-47, aprovada e classificada como 0013 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinas suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 438/2010

PORTARIA N.º 438, DE 02 DE JULHO DE 2010.



DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata FERNANDA MARGARETE FRANCISCO, CPF n.º 034.306.259-39, aprovada e classificada como 0014 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 439/2010

PORTARIA N.º 439, DE 02 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CELIANE GONÇALVES CALSEM, CPF n.º 946.987.679-20, aprovada e classificada como 0016 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 440/2010

PORTARIA N.º 440, DE 02 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata NÉSIA DE OLIVEIRA, CPF n.º 767.582.579-91, aprovada e classificada como 2º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.



Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar funções de limpeza e higiene nas instalações dos próprios da Prefeitura Municipal, ou serviços de copa, cozinha, bar e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 441/2010

PORTARIA N.º 441, DE 02 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art.1º. INTERROMPER FÉRIAS, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor RONYE PAES, Matrícula Funcional n.º 0720, concedidas através da Portaria n.º 423/2010, no período de 02/07 às 11/07/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 442/2010

PORTARIA N.º 442, DE 02 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor IDIRLEI ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0124, no período de 05/07 à 03/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 443/2010

PORTARIA N.º 443, DE 02 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art.1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 02/07/2010, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, concedidas através da Portaria n.º 400/2010, por motivo de excepcional interesse público.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 447/2010

PORTARIA N.º 447, DE 05 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,
Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ENEDINA VIEIRA CORREIA, matrícula funcional n.º 0059, referente a 2002-2007, no período de 27/07/2010 à 24/09/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 448/2010

PORTARIA N.º 448, DE 05 DE JULHO DE 2010.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JUSTIRENE ZANELATO DA SILVEIRA, Professora com Licenciatura 40 horas, matrícula funcional n.º 0758, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 449/2010

PORTARIA N.º 449, DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ CUSTÓDIO, Matrícula Funcional n.º 0107, no período de 01/07 à 30/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 450/2010

PORTARIA N.º 450, DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora MARIA ESTÁCIO ANDRÉ, Matrícula Funcional n.º 0816, no período de 05/07 à 03/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 451/2010

PORTARIA N.º 451, DE 05 DE JUNHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. CONCEDER, LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, a servidora ROSILENE PACHECO DE LIMA, matrícula funcional n.º 0736, referente a 2001-2006, no período de 02/08/2010 à 31/08/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 452/2010

PORTARIA N.º 452, DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora LORENA BERNARDO DE ABREU, Matrícula Funcional n.º 0028, no período de 06/07 à 20/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 453/2010

PORTARIA N.º 453, DE 05 DE JUNHO DE 2010.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,



RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, e do art. 1º, a, do Decreto 002/2006, SELIO DEFREYN, Matrícula Funcional n.º 0027, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2010.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 454/2010

PORTARIA N.º 454, DE 05 DE JUNHO DE 2010.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei n.º 1000/2005, e do art. 1º, a, do Decreto 002/2006, GILMAR PACHECO, Matrícula Funcional n.º 0016, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Administração, com gratificação de 10% (dez por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/07/2010.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Junho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 455/2010

PORTARIA N.º 455, DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Ofício SMS n.º 323/2010, a localização de autoclave vitalite 21 litros horizontal alumínio 220v cristofoli, código 6889/ documento 092879 de 27/08/2008, sendo informado não encontrado pelo Of. 003/2010-ADM/PAT n.º 22/06/2010;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão Sindicante, os servidores LUIZ CARLOS GASPARG, Fiscal de Tributos II, SANDRA APARECIDA AMARAL, Professora, TIAGO MEDEIROS, Auxiliar Administrativo, com o auxílio de PERSIO DA SILVA, Diretor de Patrimônio e Almoxarifado.

Art.3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 457/2010

PORTARIA N.º 457, DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A DISPENSA DE TITULARIDADE DE CONSELHEIRO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 593/1997 e alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido em 30/06/2010, ANAMALIA THORSTENBERG RIBAS - CPF n.º 900.684.400-49, 2º Titular, de suas funções como membro eleito do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 30/06/2010.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE



Portaria N.º 458/2010

PORTARIA N.º 458, DE 05 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 593/1997 e alterações, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, em 01/07/2010, CLAUDEMIRA DA SILVA - CPF n.º 846.062.079-49, 1º Suplente, para assumir suas funções como membro TITULAR do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Garopaba.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 01/07/2010.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 459/2010

PORTARIA N.º 459, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0011/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, a servidora CARMEM APARECIDA DE SOUZA, ocupante do cargo de professora 40 horas, matrícula n.º 0030, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 460/2010

PORTARIA N.º 460, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0012/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) CLAUDELIR AMORIM GONÇALVES, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0751, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 461/2010

PORTARIA N.º 461, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0013/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) ELIANE DA MOTTA NUNES, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0776, no GRUPO I, nível II, referência 1, Cargo: Professor de Educação Física, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 462/2010

PORTARIA N.º 462, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0014/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) ROSILENE PACHECO DE LIMA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0736, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.



Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 463/2010

PORTARIA N.º 463, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0015/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) NADIA MARIA DA SILVA, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 0759, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 464/2010

PORTARIA N.º 464, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0016/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) ALEXANDRE BARRA-DAS DO PRADO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 035, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 465/2010

PORTARIA N.º 465, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0017/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) CLEIDE DE SOUZA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0740, no GRUPO I, nível I, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 466/2010

PORTARIA N.º 466, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0018/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, o(a) servidor(a) MARIA PAULA PEREIRA CORRENTES, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 0034, no GRUPO I, nível I, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 467/2010

PORTARIA N.º 467, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0019/2010 e ainda o que



consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) IVONETE DE AGUIAR DA ROSA, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 0062, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 468/2010.

PORTARIA N.º 468, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0020/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) FLAVIA PEREIRA PEREIRA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0741, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 469/2010

PORTARIA N.º 469, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0021/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) LUCIANE MARIA NUNES DE CARVALHO, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 0759, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 470/2010

PORTARIA N.º 470, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0022/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ROSINÉIA SANTOS DE SOUZA RICARDO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0054, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 471/2010

PORTARIA N.º 471, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0023/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) LORIVALDO DA SILVA PACHECO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0056, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE



Portaria N.º 472/2010

PORTARIA N.º 472, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0024/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) SANDRA APARECIDA AMARAL, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0174, no GRUPO I, nível II, referência 1, Cargo: Professor de Educação Física, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 473/2010.

PORTARIA N.º 473, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0025/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 0739, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 474/2010

PORTARIA N.º 474, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado

no Processo Administrativo SME/RH N° 0026/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) TELMA DA ROSA MORAES MARTINS, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0750, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 475/2010

PORTARIA N.º 475, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0027/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) MARIA APARECIDA DA SILVA LAURENTINO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0808, no GRUPO I, nível I, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 476/2010

PORTARIA N.º 476, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0028/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) MARCIO PONCIANO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0755, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 477/2010

PORTARIA N.º 477, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0029/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) MARIA DAS NEVES NASCIMENTO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0055, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 478/2010

PORTARIA N.º 478, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0030/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) CONCEIÇÃO DA SILVEIRA PACHECO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0052, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 479/2010

PORTARIA N.º 479, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0031/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ADRIANE PEREIRA DE SOUZA ROSA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0051, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 480/2010

PORTARIA N.º 480, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0032/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0632, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 481/2010

PORTARIA N.º 481, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0033/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) MARIA ODETE ADELINO CARVALHO, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 0747, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 482/2010

PORTARIA N.º 482, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0034/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ROZELI ALEXANDRINO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0037, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 483/2010

PORTARIA N.º 483, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0035/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) LUZIA FIGUEREDO DA

SILVA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0035, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 484/2010

PORTARIA N.º 484, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0036/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) NELSA SIRINO MARIA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0032, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 485/2010

PORTARIA N.º 485, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0037/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ROSEMAR DE SOUZA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0753, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.



LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 486/2010

PORTARIA N.º 486, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0038/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ODETE MARIA DE MOURA VIEIRA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0749, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 487/2010

PORTARIA N.º 487, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0039/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) VANILDA CARLSEM BOTELHO, ocupante do cargo de professor(a) 20 horas, matrícula n.º 0744, no GRUPO I, nível I, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 488/2010

PORTARIA N.º 488, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE

CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0040/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) JUCILDA DE PAULAS, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0738, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 489/2010

PORTARIA N.º 489, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0041/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal n° 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ROSA JOAQUINA DE SOUZA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0071, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 491/2010

PORTARIA N.º 491, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0043/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,



Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) MERCEDES ALEXANDRINO DE AGUIAR, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0049, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 492/2010

PORTARIA N.º 492, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0044/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) MARIBEL DE AGUIAR FARACO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0048, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 493/2010

PORTARIA N.º 493, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0045/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ONDINA MARINET DA SILVA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0047, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 494/2010

PORTARIA N.º 494, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0046/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) RITA DE CÁSSIA DO NASCIMENTO SILVA, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0040, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 495/2010

PORTARIA N.º 495, DE 05 DE JULHO DE 2010.

ENQUADRA SERVIDOR QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de GAROPABA, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH N° 0047/2010 e ainda o que consta na Lei N° 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrado(a), na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21/12/2009, (o)a servidor(a) ROSA MARIA DE SOUZA BENTO, ocupante do cargo de professor(a) 40 horas, matrícula n.º 0038, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 496/2010

PORTARIA N.º 496, DE 05 DE JULHO DE 2010.



DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora JANETE COELHO GONÇALVES, Merendeira, matrícula funcional n.º 0785, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde, a partir de 01/07/2010.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Portaria N.º 499/2010

PORTARIA N.º 499, DE 07 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARISA DOS SANTOS SILVA, CPF n.º 045.894.509-92, aprovada e classificada como 3º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 500/2010

PORTARIA N.º 500, DE 07 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ELAYNNE XAVIER, CPF n.º 062.361.669-60, aprovada e classificada como 0019 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinas suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 501/2010

PORTARIA N.º 501, DE 07 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,



pal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata PATRICIA RICARDO OLIVEIRA, CPF n.º 868.144.359-34, aprovada e classificada como 7º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 502/2010

PORTARIA N.º 502, DE 07 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata SANDRELE BOTZAN MARIA, CPF n.º 047.735.499-80, aprovada e classificada como 1º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 503/2010

PORTARIA N.º 503, DE 07 DE JULHO DE 2010.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata AGLAIR SOUZA SALGADO, CPF n.º 353.574.019-34, aprovada e classificada como 2º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar serviços de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Julho de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/07/2010, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º. 3.228, de 05 de Julho de 2010.

LEI N.º. 3.228, DE 05 DE JULHO DE 2010.

INSTITUI DESCONTO PARA IDOSOS NA COMPRA DE INGRESSOS PARA OS EVENTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer mediante descontos de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no preço dos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.



Parágrafo Único. Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa humana com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O percentual de desconto mínimo previsto no artigo 1º desta Lei incidirá, também, sobre o preço dos ingressos ofertados com desconto para qualquer pessoa não idosa.

Art. 3º A carteira de identidade, a carteira nacional de habilitação, ou qualquer documento pessoal de identidade, com fé pública e que contenha foto, são documentos hábeis à comprovação da condição de idoso.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator a aplicação de multa no valor de dez UFM's - Unidades Fiscais do Município, a ser aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 05 de julho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Nº. 3.229, de 05 de Julho de 2010.

LEI Nº. 3.229, DE 05 DE JULHO DE 2010.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR E SUPLEMENTAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular as seguintes dotações, no valor de R\$ 2.070.830,60 (dois milhões, setenta mil, oitocentos e trinta reais e sessenta centavos), constantes do orçamento da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 28 - Encargos Especiais
Sub-Função: 843 - Serviço da Dívida Interna
Programa: 0006 - Gestão da Secretaria de Administração e Finanças
Destino: 9 - Operação Especial
Ação: 9.100045 - Encargos Especiais
Despesa: 21
Modalidade de Aplicação: 3.4.6.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 200.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 - Educação Infantil
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa: 0009 - Gestão de Educação Infantil
Destino: 1 - Projeto
Ação: 1.100021 Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais
Despesa: 41
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 217.800,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 - Educação
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil

Programa: 0009 - Gestão de Educação Infantil
Destino: 1 - Projeto
Ação: 1.100027 Aquisição de Imóveis
Despesa: 54
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 160.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 - Educação
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa: 0009 - Gestão de Educação Infantil
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 48
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 130.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 06 - Educação
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 Educação Infantil
Programa: 0009 - Gestão de Educação Infantil
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.200038 - Manutenção da Educação Infantil
Despesa: 55
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 40.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 - Educação Fundamental
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0010 - Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Destino: 1 - Projeto
Ação: 1.100029 - Constr., Ampli., e Refor. de Esc., Quadras Esport. Laborat. e Salas Multifuncionais
Despesa: 59
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 160.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 - Educação Fundamental
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0010 - Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.200042 - Manutenção da Educação Fundamental
Despesa: 98
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 640.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 07 - Educação Fundamental
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0010 - Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.200042 - Manutenção da Educação Fundamental
Despesa: 117
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 10.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
Função: 22 - Indústria
Sub-Função: 661 Promoção Industrial
Programa: 0013 - Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2.200060 - Incentivo a Economia Solidária/Cooperativa/Incubadoras
Despesa: 62
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 15.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio



Unidade: 10 - Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
 Função: 23 - Comércio e Serviços
 Sub-Função: 695 Turismo
 Programa: 0013 - Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100037 - Construção de Centro de Eventos/Pórticos
 Despesa: 69
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Função: 20 - Agricultura
 Sub-Função: 606 Extensão Rural
 Programa: 0021 - Apoio ao desenvolvimento Agrícola
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100131 - Aquisição de Veículos
 Despesa: 186
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 1,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Função: 20 - Agricultura
 Sub-Função: 606 Extensão Rural
 Programa: 0021 - Apoio ao desenvolvimento Agrícola
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100131 - Aquisição de Veículos
 Despesa: 228
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 1,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Função: 20 - Agricultura
 Sub-Função: 606 Extensão Rural
 Programa: 0021 - Apoio ao desenvolvimento Agrícola
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100143 - Aquisição de Material Permanente
 Despesa: 205
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Função: 20 - Agricultura
 Sub-Função: 606 Extensão Rural
 Programa: 0021 - Apoio ao desenvolvimento Agrícola
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 2.200104 - Manutenção das Atividades Agrícolas
 Despesa: 187
 Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Unidade: 12 - Secretaria Municipal de Agricultura
 Função: 20 - Agricultura
 Sub-Função: 606 Extensão Rural
 Programa: 0021 - Apoio ao desenvolvimento Agrícola
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 2.200104 - Manutenção das Atividades Agrícolas
 Despesa: 189
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.215,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
 Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
 Função: 15 - Urbanismo
 Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
 Programa: 0014 - Gestão da Secretaria de Transportes e Obras
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100053 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
 Despesa: 225
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 339,31

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
 Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras
 Função: 15 - Urbanismo
 Sub-Função: 452 Serviços Urbanos
 Programa: 0014 - Gestão da Secretaria de Transportes e Obras
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100055 - Construção/ampliação do Imóvel da Secretaria
 Despesa: 111
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Função: 15 - Urbanismo
 Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
 Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100109 - Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamento das águas pluviais
 Despesa: 255
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 222.474,29

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Função: 15 - Urbanismo
 Sub-Função: 451 Infra-Estrutura Urbana
 Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
 Destino: 1 - Projeto
 Ação: 1.100113 - Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes
 Despesa: 162
 Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Órgão: 11 - Procuradoria-Geral do Município
 Unidade: 23 - Procuradoria-Geral do Município
 Função: 03 - Essencial a Justiça
 Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial
 Programa: 0020 - Gestão da Procuradoria do Município
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 2.200100 - Manutenção da Procuradoria Geral
 Despesa: 192
 Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 11 - Procuradoria-Geral do Município
 Unidade: 23 - Procuradoria-Geral do Município
 Função: 03 - Essencial a Justiça
 Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial
 Programa: 0020 - Gestão da Procuradoria do Município
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 2.200102 - Manutenção do programa de Reaparelhamento da Procuradoria - Honorários de Sucumb.
 Despesa: 215
 Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica o Município de Gaspar autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.070.830,60 (dois milhões, setenta mil, oitocentos e trinta reais e sessenta centavos), anulado conforme artigo 1º desta Lei, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
 Unidade: 25 - Fundação Municipal de Esportes
 Função: 27 - Desporto e Lazer
 Sub-Função: 812 - Desporto Comunitário
 Programa: 0028 - Gestão da Fundação Municipal de Esportes
 Destino: 2 - Atividade
 Ação: 2.200162 - Manutenção do Esporte em Gaspar
 Despesa: 15



Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 20.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0004 - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Destino: 2 - Projeto

Ação: 2.200018 - Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas

Despesa: 2

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 20.000,00

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade: 04 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0006 - Gestão da Secretaria de Administração e Finanças

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200022 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Despesa: 17

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 100.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 08 - Educação Jovens e Adultos

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 366 - Educação de Jovens e Adultos

Programa: 0012 - Gestão de Educação de Jovens e Adultos

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200050 - Manutenção Educação de Jovens e Adultos

Despesa: 126

Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 740.000,00

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 08 - Educação Jovens e Adultos

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 366 - Educação de Jovens e Adultos

Programa: 0012 - Gestão de Educação de Jovens e Adultos

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200050 - Manutenção Educação de Jovens e Adultos

Despesa: 127

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 92.000,00

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0014 - Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200074 - Manutenção da Secretaria de Transp. e Obras

Despesa: 104

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 724.130,60

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0014 - Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Destino: 1 - Projeto

Ação: 1.100051 - Aquisição de Veículos

Despesa: 108

Modalidade de Aplicação: 3.4..9.0 - Aplicações Diretas.... R\$ 3.900,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200088 - Manutenção das Ações da Secretaria

Despesa: 153

Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 140.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200088 - Manutenção das Ações da Secretaria

Despesa: 154

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Destino: 1 - Projeto

Ação: 1.100095 - Pavimentação de Vias e Corredores

Despesa: 159

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 100.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452

Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Destino: 1 - Projeto

Ação: 1.100117 - Aquisição de Terrenos e Desapropriações

Despesa: 170

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 100.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 453 - Transportes Coletivos Urbanos

Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200090 - Conservação e Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo

Despesa: 166

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 453 - Transportes Coletivos Urbanos

Programa: 0019 - Gestão da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Destino: 2 - Atividade

Ação: 2.200090 - Conservação e Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo

Despesa: 167

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.1 - Aplicação Direta decorrente de operação entre órgãos R\$ 800,00

Órgão: 11 - Procuradoria-Geral do Município

Unidade: 23 - Procuradoria-Geral do Município

Função: 03 - Essencial a Justiça

Sub-Função: 092 Representação Judicial e Extrajudicial

Programa: 0020 - Gestão da Procuradoria do Município

Destino: 2 - Atividade



Ação: 2.200100 - Manutenção da Procuradoria Geral
Despesa: 194
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 10.000,00

Art. 3º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundo do superávit financeiro, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 11 - Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0026 - Gestão do Fundo Municipal de Saúde
Destino: 02 - Atividade
Ação: 2.200140 Ampliar e Manter a Aquisição de medicamentos Conf.
Preconiza o NOAS/SUS
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.7.1 - Aplicações Diretas .. R\$ 120.000,00

Art. 4º Os valores das despesas previstas para o ano de 2010, constantes do art. 1º da Lei nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 5º Na Lei nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009, junto ao Anexo VI exigido pela Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, fica adequado o nome da ação 100015 para "Construção e Reforma da Sede", junto ao Órgão 03 / Unidade 04 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 05 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.230, de 05 de Julho de 2010.

LEI Nº. 3.230, DE 05 DE JULHO DE 2010.
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A REALIZAR DESPESAS COM EVENTOS PROMOVIDOS PARA A TERCEIRA IDADE.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a realizar despesas de até
R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) nos eventos promovidos para a Terceira Idade desta cidade.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão na dotação própria abaixo especificada, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, sendo que, do total, R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) serão suplementados por superávit financeiro.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0029 - Gestão na área de Desenvolvimento Social
Ação: 2.200174 - API - Apoio à Pessoa Idosa
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 - Aplicações Diretas.. R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 05 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Lei Nº. 3.231, de 05 de Julho de 2010.

LEI Nº. 3.231, DE 05 DE JULHO DE 2010.
ALTERA A LEI Nº 3.216, DE 26 DE MAIO DE 2010, QUE AUTORIZA A DOAÇÃO DOS BENS MÓVEIS QUE INDICA AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO - POLÍCIA CIVIL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei 3.216, de 26 de maio de 2010, que autoriza a doação dos bens móveis que indica ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão - Polícia Civil, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os automóveis descritos no artigo anterior destinam-se ao uso exclusivo nas ações da Polícia Civil de Santa Catarina, sob pena de reversão ao patrimônio do doador."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, 05 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Decreto Nº 3.976 de 07 de Julho de 2010

DECRETO Nº 3.976 DE 07 DE JULHO DE 2010
CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Juventude do Município de Gaspar, a se realizar em 21 e 22 de agosto de 2010, sob a coordenação de uma Comissão Organizadora, composta pelos membros abaixo:

- I- Felipe da Costa - Diretoria de Comunicação
- II- Érica Monteiro Marques - FME
- III- Rinaldo Tatsch dos Santos - FME
- IV- José Amarildo Rampelotti - Poder legislativo
- V- Camila Schramm - Saúde (DST/HIV-AIDS)
- VI- Ricardo Wendhasen Ramos - Drogadição (CAD)
- VII- José Gabriel Corrêa - Departamento de Cultura
- VIII- Giana Cristine Wagner - Desenvolvimento Social
- IX- Juçara Spengler - Desenvolvimento Social
- X- Luiz Otavio Rebouças Bastiani - Comed
- XI- Ana Cláudia Maba - Assessora de Juventude

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de julho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar



Decreto Nº. 3.971, de 01 de Julho de 2010.

DECRETO Nº. 3.971, DE 01 DE JULHO DE 2010.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº. 3.163, de 27 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, em R\$ 26.250,00 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais), o saldo da dotação orçamentária indicada abaixo da Secretaria Municipal de Educação.

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.200042 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Dotação 113 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas.....R\$ 26.250,00

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo 1º, fica suplementado o valor de R\$ 26.250,00 (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta reais) na seguinte dotação da Secretaria Municipal de Educação.

4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

00012.00361.00010 GESTÃO DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.200042 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Dotação 115 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas.....R\$ 26.250,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de julho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 2.148 de 17 de MAIO de 2010.

PORTARIA Nº. 2.148 DE 17 DE MAIO DE 2010.

DISPENSA A PEDIDO EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir de 31 de maio de 2010, o empregado público ANA PAULA PETRY, do cargo de Enfermeira PSF, lotada com 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 1.251 de 15 de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de maio de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.184 de 01 de Julho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.184 DE 01 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA MARIA EDUARDA ROSA SILVEIRA VASSELAI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA EDUARDA ROSA SILVEIRA VASSELAI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, com fundamento no art. 99, § 4º da Lei nº 1.305/91.

Art. 2º O período da licença que trata o artigo anterior será de 30 dias, a contar de 22 de junho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 22 de junho.

Gaspar, 01 de julho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº. 2.185 de 01 de Julho de 2010.

PORTARIA Nº. 2.185 DE 01 DE JULHO DE 2010.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, AO SERVIDOR CLAUDIO ROBERTO ÁVILA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidora CLAUDIO ROBERTO ÁVILA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 29 de junho de 2010 a 28 de julho de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 29 de junho.

Gaspar, 01 de julho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Aviso da Tomada de Preços nº 78/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso da Tomada de Preços nº 78/2010

OBJETO: elaboração de projetos técnicos para pavimentação e drenagem das Ruas Leonardo Pedro Schmitt, Frei Solano, Itália, Rodolfo Vieira Pamplona e Fausto Dagnoni. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 8h30min do dia 27/07/2010, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristília Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 27/07/2010 às 9h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 07 de Julho de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato DO Contrato Nº FMS-11/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-11/2010

Vigência: 07/06/2010. Vencimento: 31/12/2010. Inexigibilidade nº: 12/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Objeto: Aquisição de passes a serem utilizados por pacientes em tratamento médico, atendidos pelo Programa DST/HIV/AIDS. Contratado: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA (05.255.508/0001-54).



Valor total: R\$ 2.115,00 (dois mil, cento e quinze reais).
Gaspar/SC, 07 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 1 DO Contrato Nº SAF-43/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-43/2010
Vigência: 10/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Pregão Presencial nº.: 26/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Objeto: aquisição de equipamentos de informática. Contratado: SERCOMPE COMPUTADORES LTDA (80.348.618/0001-86). Valor: R\$ 2.050,00 (dois mil, cinquenta reais).

Gaspar/SC, 10 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 2 DO Contrato Nº FMS-005/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO Nº FMS-005/2009
Vigência: 16/06/2010. Vencimento: 31/12/2010. Dispensa nº.: 011/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: ampliação do espaço físico na locação de imóvel para instalação da Farmácia Básica Municipal. Contratado: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GASPAR. (84.046.085/0001-39). Valor total: R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais).

Gaspar/SC, 16 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº FMAS-8/2010FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-8/2010

Vigência: 23/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Inexigibilidade nº.: 2/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: aquisição de passes para serem distribuídos as pessoas em vulnerabilidade social. Contratado: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA (05.255.508/0001-54). Valor total: R\$ 4.700,00 (quatro mil, setecentos reais).

Gaspar/SC, 23 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº FMAS-9/2010FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº FMAS-9/2010

Vigência: 23/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Inexigibilidade nº.: 2/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Objeto: aquisição de passes para serem distribuídos as pessoas em vulnerabilidade social. Contratado: VIAÇÃO VERDE VALE LTDA (83.131.995/0001-57). Valor total: R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).

Gaspar/SC, 23 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº FMS-12/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº FMS-12/2010
Vigência: 10/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Pregão Presencial nº.: 11/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: serviços de locação de equipamentos multifuncionais e impressoras laser. Contratado: REINKJET TINTAS TONERS E INFORMATICA LTDA (03.504.465/0001-78). Valor total: R\$ 9.240,00 (nove mil, duzentos e quarenta reais).

Gaspar/SC, 10 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-54/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-54/2010
Vigência: 07/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Inexigibilidade nº.: 69/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Objeto: Aquisição de passes para estagiários do Município. Contratado: VIAÇÃO VERDE VALE LTDA (83.131.995/0001-57). Valor total: R\$ 2.205,00 (dois mil, duzentos e cinco reais).

Gaspar/SC, 7 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-55/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-55/2010
Vigência: 07/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Inexigibilidade nº.: 69/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Objeto: Aquisição de passes para estagiários do Município. Contratado: CONSORCIO SIGA (09.069.537/0001-82). Valor total: R\$ 676,20 (seiscentos e setenta e seis reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 7 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-56/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-56/2010
Vigência: 07/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Inexigibilidade nº.: 69/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. Objeto: Aquisição de passes para estagiários do Município. Contratado: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA (05.255.508/0001-54). Valor total: R\$ 17.272,50 (dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Gaspar/SC, 7 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-57/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-57/2010
Vigência: 14/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Inexigibilidade nº.: 75/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO. Objeto: aquisição de software com treinamento e implantação. Contratado: BP S/A (03.900.579/0001-37). Valor total: R\$ 16.984,00 (dezesseis mil, novecentos e oitenta e quatro reais).



Gaspar/SC, 14 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-58/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-58/2010

Vigência: 17/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Pregão Presencial nº.: 42/2010. Órgão contratante: GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITA. Objeto: prestação de serviços de revisão e atualização do Planejamento Estratégico do Município e assessoria para a Captação de Recursos junto ao Governo Federal. Contratado: LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA (07.292.316/0001-43). Valor total: R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).

Gaspar/SC, 17 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-59/2010

PREFEITURA DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-59/2010

Vigência: 23/06/2010. Vencto.: 31/12/2010. Pregão Presencial nº.: 41/2010. Órgão contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Objeto: aquisição de móveis para implantação do Projeto Inclusão Digital. Contratado: AVM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (08.017.546/0001-67). Valor total: R\$ 6.206,26 (seis mil, duzentos e seis reais e vinte e seis centavos).

Gaspar/SC, 23 de Junho de 2010.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Governador Celso Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL**Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial nº. 071/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2010

Objeto: Contratação de empresa para serviço de cópia e encadernação para apostila de inglês - ensino fundamental, conforme edital e anexo. Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços dia 21 de julho de 2010, às 15:00 horas. Local para obtenção do Edital no setor de licitações sito à Praça 06 de novembro, 01, Centro - Gov. Celso Ramos/SC. Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone: (48) 3262-0141 Ramal 207.

Governador Celso Ramos, 07 de julho de 2010.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL**Decreto nº 2.813/2010.**

DECRETO Nº 2.813/2010.

"TRANSFERE FERIADO MUNICIPAL DE 25 DE AGOSTO, DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 1.908/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e em especial com a Lei nº 2.723/2009,

DECRETA:

Art. 1º. O Feriado Municipal do dia 25 de agosto, instituído através da Lei nº 1.908/2001 em comemoração ao "Dia do Município", excepcionalmente para o ano de 2010, será comemorado no dia 23 de agosto - Segunda -feira.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.788/2010.

Herval d'Oeste (SC), 06 de julho de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 661/2010

PORTARIA Nº 661/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº.523/2010, a partir de 01 de julho de 2010, a qual atribuía exercício à Servidora RENI CÂMARA, (Matr. 82), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/B, para atuar junto à E.B.M Cruz e Souza, no PROAPA.

Conceder Retorno ao Trabalho, e Conceder Readaptação por prazo indeterminado, com carga horária de 40 horas semanais, sendo que a mesma deverá desenvolver atividades burocráticas, conforme Comunicação de Decisão - Auxílio Saúde, e, de conformidade com o que preceitua a LC 191/2005, art. 28. A Servidora acima exercerá as funções junto à biblioteca do GEM Nossa Senhora de Fátima.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 07 de Julho de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 662/2010

PORTARIA Nº 662/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Determinar Retorno ao Trabalho, a partir de 05 de julho de 2010, e Conceder Readaptação por prazo indeterminado, à Servidora MARISTELA PEDROSO DOS SANTOS, (Matr. 2684) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência- 1/A, 40 horas semanais, sendo que a mesma deverá desenvolver atividades sem elevação de membros superiores acima da linha de ombros, conforme Laudo Médico, e, de conformidade com o que preceitua a LC 191/2005, art. 28.

A Servidora acima exercerá as funções de atendente e agendamento de consultas no período das 07h:30m às 11h:30m e das 13h:30m às 17h:30m de segunda a sexta-feira, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no setor de recepção. Sendo que seu Regime de Trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Julho de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei nº 3.718.2010

Lei nº 3.718, de 06 de julho de 2010.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, a instituir o Programa de Banheiros Populares, destinados a famílias de baixa renda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a instituir o Programa de Banheiros Populares, através da Secretaria de Desenvolvimento Social Trabalho e Habitação - SEDESTH com o intuito de atender famílias economicamente carentes.

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto durante um período de tempo e que se acham unidos por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade.

Art. 3º A seleção das famílias será realizada pelo Departamento de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação - SEDESTH, e para os fins do disposto nesta lei, observará os seguintes critérios de ordem sócio-econômica:

I - a família deverá residir no município há mais de cinco anos consecutivos;

II - a renda familiar não será superior a dois salários mínimos;

III - a família deverá possuir somente um imóvel, onde residam.

§1º A análise dos critérios acima elencados deverá ser realizada por profissional de serviço social disponibilizado pela SEDESTH, o qual deverá emitir parecer técnico sobre a questão.

Art 4º A SEDURB - Secretaria de Desenvolvimento Urbano, será responsável em disponibilizar profissional de engenharia para avaliação da viabilidade técnica do terreno, emissão de autorização

de construção e acompanhamento da obra.

Art 5º O Poder Executivo está autorizado a celebrar convênios e/ou parcerias com outros entes federativos e/ou instituições públicas e privadas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de julho de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

CÂMARA DE VEREADORES

Portaria CMI nº 034/2010

PORTARIA CMI nº 034/2010

"Concede Férias à Analista Legislativo TATIANNE DE BONA".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Conceder, a Sr.^a TATIANNE DE BONA, Analista Legislativo, férias regulamentares de 20 (vinte) dias, referentes ao período aquisitivo de 25/06/2009 a 24/06/2010, a ser gozada no período de 15/07/2010 a 03/08/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 06 de julho de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/07/2010.

ANDREA MACHADO DE SOUZA

Secretária Administrativa

Extrato Contrato nº 017/2010 CMI

Extrato do Contrato nº 017/2010 (CMI)

Termo Aditivo I ao Contrato nº 005/2010

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba

Contratada: Empresa Vivo S.A.

Objeto: O objeto da presente licitação consiste, para atendimento à Câmara Municipal de Imbituba, da prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP.

Fundamento: Pregão Presencial nº 005/2009

Valor do contrato: R\$ 1.198,80 (Hum mil cento e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Vigência: 28/06/2010

Validade: 28/06/2011

Imbituba, 28 de junho de 2010.

CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA

Presidente CMI



Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N° 2009/2010

DECRETO N° 2009/2010, DE 27 DE ABRIL DE 2010.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADAS OU INUNDAÇÕES BRUSCAS.

WANDERLEI LEZAN Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo , da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual n° 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual n° 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO que as fortes chuvas prolongadas, provocadas pelo aumento das precipitações pluviométricas, que atinge o Município desde o dia 21 de abril de 2010, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO que como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo de Resolução n° 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

CONSIDERANDO que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada pelo desastre e despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos socioeconômicos decorrente das fortes chuvas que ocasionaram inundações e estragos nas estradas deixando população isolada, alunos ficaram sem aula a rede elétrica também foi danificada deixando a população de várias localidades sem energia elétrica.

DECRETA:

Art. 1o - Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência. § único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2o - Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3o - Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. § único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias. § único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Irineópolis, - SC, 27 de abril de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Resolução N° 013/2010

PRORROGA EFEITOS DA RESOLUÇÃO N° 010/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Municipal de Bom Jesus de Irineópolis, cidadã NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO, no uso de suas atribuições legais e, amparada no que dispõe a Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003, com redação dada pelas Lei Complementar n° 013/2003, com redação dada pelas Leis Complementares n° s 022/2005, 019/04 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1° - Prorrogar até a data de 15/07/2010, os efeitos da Portaria n° 010/2009, que autoriza a contratação de ESENILDA TE-REZINHA MIRANDA, nascida em 08/02/1976, portadora do CPF n° 027.663.489-64 RG. n° 3.770.954 SESP/SC, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem).

Art. 2° - A prorrogação prevista no artigo anterior deve-se ao fato da necessidade de cumprimento dos prazos previstos e necessários para a nomeação e posse dos candidatos a serem admitidos em caráter efetivo, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010.

Art. 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de julho de 2010.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Presidente.

Portaria N° 184/2010

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n° s 019/04, 022/05 e 040/2008,

R E S O L V E :

Art. 1° - CONTRATAR ZAINN ZIELINSKI, nascido em 10/07/1983, portador do CPF n° 036.272.669-86, RG. n° 3.496.053, para no período de 18/05/2010 á 17/12/2010, exercer as atividades de Professor de Educação Física (20h/sem), em substituição a servidora efetiva Giselle Karen Lezan, em exercício de suas atividades junto a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.



Portaria N ° 185/2010

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora MARIZANE DA SILVA, contratada para as atividades de Professora de Inglês, através da Portaria n ° 055/2010, passando de 10 para 40h/sem, para no período de 01/06/2010 à 20/09/2010, atuar em substituição a titular Jocelane Marciniak Bobrovicz, em gozo de Licença Maternidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 190/2010

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Exonerar á pedido a servidora LIAMARA LEZAN do cargo de Agente Sanitário (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n ° 012/04, de 02/02/2004.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N ° 191/2010

EXONERA SERVIDORA CELETISTA POR APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Exonerar por Aposentadoria a servidora MARIA CLARET DRABIK do cargo de Agente Comunitário de Saúde (44h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n ° 088/08, de 07/03/2008.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N ° 202/2010

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1 ° - ALTERAR a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora JOELMA MARIA MAIA BRAND, contratada para as atividades de Professora Auxiliar na Educação Infantil, através da Portaria n ° 078/2010, reduzindo de 40 para 20h/sem, para desenvolver suas atividades junto as Creches de Pedra Branca, Rio Branco, Rio Vermelho e Serra Grande, até a data de 17/12/2010.

Art. 2 ° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos reatrativos a 14/06/2010.

Art. 3 ° - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N ° 213/2010

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1 ° - DESIGNAR o servidor JOÃO BATISTA DRANKA, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, portador do CPF n °. 232.195.569-49, RG n ° 3012699744, para desempenhar as funções de Responsável pela Vigilância Sanitária Municipal, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2 ° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3 ° - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N °. 168/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105,



Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, JUSSARA RADICHESKI, nascida em 12/07/1983, portadora do CPF n° 044.445.489-67, RG. n° 23ª R - 4.198.55- SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Artes (40 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N °. 169/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, JAQUELINE ESTRISER GONTAREK, nascida em 21/05/1987, portadora do CPF n° 058.051.249-55, RG. n° 4.581.233 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de História (40 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N °. 170/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, NEUSA MARIA SCREPECZ, nascida em 07/01/1968, portadora do CPF n° 664.618.989-72, RG. n° 2.317.879 SSP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N °. 171/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, CLODOALDO TRUKAN, nascido em 03/04/1982, portador do CPF n° 039.312.229-85, RG. n° 3.644.103 SSP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N °. 172/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, JACIRA DE FATIMA DENKE, nascida em 13/04/1974, portadora do CPF n° 024.051.469-67, RG. n° 3.791.842 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N °. 173/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, LUCIANE JUZAK PAITER, nascida em 03/01/1975, portadora do CPF n° 046.080.379-43, RG. n° 3.146.910 SSP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.



Portaria N.º. 174/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, INDIOARA FRANCIELE SAADE GRABOWSKI, nascida em 19/04/1983, portadora do CPF n.º 054.592.159-78, RG. n.º 4.819.514 - SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 175/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, JOCELANE MARCINIAC BOBROVICZ, nascida em 18/12/1982, portadora do CPF n.º 044.229.339-90, RG. n.º 4.198.057 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Inglês (40 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 176/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, JAMILE PAS-TUCHAKI, nascida em 17/08/1982, portadora do CPF n.º 037.546.079-95, RG. n.º 7.635.196-1 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Inglês (20 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 177/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, FABIANA BURGATH, nascida em 19/12/1979, portadora do CPF n.º 037.846.259-83, RG. n.º 8.180.203-3 SESP/PR, para exercer o cargo de Professora de Inglês (20 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 178/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, WILZA CARLA HENNING, nascida em 17/02/1982, portadora do CPF n.º 036.816.289-39, RG. n.º 4.662.710 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de História (20 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 179/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN,



usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, SELMA CRISTIANE CHIMANGOSEWSKI FURST, nascida em 01/04/1982, portadora do CPF n° 036.950.379-11, RG. n° 4.254.178 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Educação Física (30 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 180/2010

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, QUELSON MARCELO BRITO, nascido em 18/02/1975, portador do CPF n° 029.929.029-85, RG. n° 722076 SSP/MG, para exercer o cargo de Professor de Educação Física (40 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 181/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, TAMARA TATIANE STACIAKI, nascida em 03/06/1987, portadora do CPF n° 062.085.829-03, RG. n° 9.686.399-3 SESP/PR, para exercer o cargo de Professora de Educação Física (40 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 182/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ELLEN APPEL KUTINSKI, nascida em 17/02/1986, portadora do CPF n° 056.525.569-00, RG. n° 4.819.547 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Educação Física (40 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 183/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, IVONETE FURST, nascida em 28/01/1985, portadora do CPF n° 041.750.929-43, RG. n° 12.589.518-2 SESP/PR, para exercer o cargo de Professora de Educação Física (10 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 186/2010.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo



65 da Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, a contar de 01/06/2010, à servidora do Quadro Efetivo JOCELANE MARCINIAK BOBROVICZ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 188/2010.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparada no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

Art. 1º - DELEGAR ao servidor FERMIANO COELHO NETO ocupante das atividades temporárias de Professor (40h/sem), portador da CNH Registro n.º 01699696252, categoria C, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação: FIAT UNO MILLE placa MGZ 4773 e FIAT UNO MILLE placa MGI 2054, quando no desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 27 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 192/2010

"EXONERA SERVIDOR EFETIVO POR FALECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

EXONERAR POR FALECIMENTO o servidor MARIO BINDER do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (44 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado em 15/01/1986.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 193/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, MARIA IVONETE RODRIGUES, nascida em 21/04/1983, portadora do CPF n.º 036.233.829-90, RG. n.º 8.690.841-7 SESP/PR, para exercer o cargo de Professora de Inglês (30 h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 198/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ELIZ ALINY KONOPKA COLOMBO VIEIRA, nascida em 24/10/1984, portadora do CPF n.º 042.543.149-57, RG. n.º 3.113.728 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora Especialista de Educação Inclusiva (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n.º 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N.º. 199/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ELAINE BURJARKA, nascida em 06/09/1990, portadora do CPF n.º 082.136.249-63, RG. n.º 5.241.374-8 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da



Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO

Secretária Municipal da Educação.

Portaria N° 200/2010

NOMEIA SERVIDORA EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

R E S O L V E :

NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, DJÉSSICA JURASZEK, nascida em 22/09/1989, portadora do CPF n° 058.082.809-31, RG. n° 5.241.546-5 SESP/SC, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público n° 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N° 211/2010

PORTARIA N° 211/2010

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos n° 169 e 170 da Lei Complementar n° 001/97 de 30/12/1997,

R E S O L V E :

Art. 1º - Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° 002/2010 e designar os servidores Cleber Binder, código 754, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, atualmente em Exercício do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Departamento de Serviços Gerais, Presidente da Comissão; José Osir Cardoso, código 0014, ocupante do cargo efetivo de Administrador, Robson Roberto Binder, código 104, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife; Maria Joana Bueno Popia, código 1173, ocupante do cargo efetivo de Administrador Escolar e Giozani Regina Crestani, código 1000, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia de ferir disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as

proibições de ordem funcional, de:

- I - Daniel Antonio Parra, código 170, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos;
- II - Elcio Herbst, código 85, ocupante do cargo de Motorista;
- III - Edson Schwitzske, código 849, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
- IV - Ivo Branco de Oliveira, código 89, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos;
- V - Márcio Rafael Dams, código 528, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Projetos;
- VI - José Maurício Marcelo, código 238, ocupante do cargo de Diretor de Urbanismo e Obras;
- VII - Salvador Natalício dos Santos, código 1119, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente;
- VIII - Clóvis Gonsalves dos Santos, código 225, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
- IX - Francisco Kowodzeichack, código 168, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;
- X - Misael Tomaz da Silva, código 1105, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção;
- XI - João Pedro da Silva Resene, código 235, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, todos vinculados à Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, quanto aos seguintes fatos:
 - a) Que os servidores citados nos incisos I, II, III, IV, V, bebem em serviço;
 - b) Que os servidores citados nos incisos III, VI, VII, não tem zelo ao patrimônio público;
 - c) Que os servidores citados nos incisos III e IV, agiram de forma desrespeitosa;
 - d) Que os servidores citados nos incisos VIII e IX, se agrediram no local de trabalho;
 - e) Que o servidor citado no inciso X, não executa suas atividades;
 - f) Que os servidores citados nos incisos III e IX, marcam horas extras, mas não realizam.

Art. 2º - Tais fatos, se comprovados, podem caracterizar falta dos deveres de (art.144): Exação administrativa (I); Urbanidade (V); Obediência às ordens superiores (VII); Zelar pela economia e a conservação do material que lhe for confiado (IX); Manter nas relações de trabalho comportamento condizente com a sua qualidade de funcionário público e de cidadão (XI); bem como incursão nas proibições de (art. 145): Promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição (V); Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso as autoridades Públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, no recinto da repartição (VI); Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem em detrimento da dignidade da função pública (IX); Proceder de forma desidiosa (XV); Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho (XVIII); Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público (art. 158, X), todos da Lei Complementar n° 001/1997, de 30/12/1997, estando sujeito às penalidades previstas em Lei, conforme dispositivos supramencionados.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º. - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal



Portaria N° 212/2010

PORTARIA N°. 212/2010

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos n° 169 e 170 da Lei Complementar n° 001/97 de 30/12/1997,

R E S O L V E :

Art. 1º - Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° 002/2010 e designar os servidores Maurício Juraszek, código 547, ocupante do cargo de Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa, Presidente da Comissão; Rosani Rodrigues da Silva Mischka, código 21, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativa, Osnildo Gevieski, código 879, ocupante do cargo efetivo de Mecânico; Sônia Maria de Moraes Sagaz, código 1023, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Ensino Fundamental e Nildo Juliano Kruger, código 1256, ocupante do emprego público de Enfermeiro - PSF, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia de ferir disposições contidas na LC 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, de:

I - José Maurício Marcelo, código 238, ocupante do cargo de Diretor de Urbanismo e Obras;

II - Reichardt Wagner, código 1076, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

III - Edson Schwtszke, código 825, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais;

IV - Dirceu de Oliveira, código 239, ocupante do cargo de Operador de Draga, todos vinculados a Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, quanto aos seguintes fatos:

a) Que os servidores citados nos incisos I e III, causaram prejuízos aos cofres públicos;

b) Que o servidor citado nos incisos II e III, falta ao serviço sem justificativas;

c) Que o servidor citado IV, não executa suas atividades.

Art. 2º - Tais fatos, se comprovados, podem caracterizar falta dos deveres de (art.144): assiduidade (II); pontualidade (III); Zelar pela economia e a conservação do material que lhe for confiado (IX); bem como incursão nas proibições de (art. 145): Proceder de forma desidiosa (XV); Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho (XVIII); Inassiduidade Habitual (Art. 158, III); Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público (Art. 158, X);, todos da Lei Complementar n° 001/1997, de 30/12/1997, estando sujeito às penalidades previstas em Lei, conforme dispositivos supramencionados.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Portaria N°. 161/2010.

PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA N°. 238/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, das Disposições Transitórias da LC n° 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar n° 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pela LC 022/05 E 040/2008,

R E S O L V E :

Prorrogar até a data de 30/06/2010, os efeitos da Portaria n° 238/2009, que autoriza a contratação temporária de MATEUS LORENÇO DE ANDRADE, nascido em 29/08/1985, portador do CPF n° 049.308.939-09, RG n° 4667441 SESP/SC, para exercer as atividades de Condutor de Balsa, visando o atendimento temporário e excepcional na Secretaria Municipal da Infra-Estrutura.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 20 de maio de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

ARNO LUIZ DENK

Secretário Municipal da Infraestrutura.

Portaria N°. 194/2010.

PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA N°. 164/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, Das Disposições Transitórias da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar n° 026/05, de 30/11/2005 e de acordo com o Edital de Teste Seletivo n°. 003/2007, de 10/12/2007,

R E S O L V E :

Art. 1º - Prorrogar até a data de 15/06/2010, os efeitos da Portaria n° 164/2008, que autoriza a contratação de VIVIANE RENATA OPAUTCHAK, nascida em 31/01/1984, portadora do CPF n° 009.270.479-42 RG n° 4.517.460 SESP/SC, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem - Programa SAMU (44h/sem), visando o atendimento excepcional na área de saúde pública - Programa SAMU.

Art. 2º - A prorrogação prevista no artigo anterior deve-se ao fato da necessidade de acompanhamento inicial dos trabalhos a serem realizados pelo candidato a ser nomeado em caráter efetivo, conforme aprovação em concurso público n° 001/2010.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretária Municipal da Saúde.

Portaria N°. 195/2010.

PRORROGA EFEITOS DA PORTARIA N°. 146/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN,



usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, Das Disposições Transitórias da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar n.º. 026/05, de 30/11/2005 e,

Considerando a não aprovação dos candidatos inscritos para o cargo de Motorista Socorrista no Concurso Público n.º 001/2010 realizado em 18/04/2010;

Considerando que, as atividades de atendimento às urgências/emergências, especificamente aquelas prestadas através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, não podem sofrer paralização, pois colocaríamos em risco a saúde dos munícipes que porventura necessitem de atendimentos emergenciais;

Considerando ainda, que conforme estabelece a Lei Complementar n.º 026/2005 de 30/11/2005, os contratos temporários efetuados para atendimento junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência poderão ser renovados por mais 01 (um) ano;

R E S O L V E :

Prorrogar os efeitos da Portaria n.º 146/2009, que autoriza a contratação temporária de ROBERTO CARLOS BARBOSA, nascido em 23/07/1970, portador do CPF n.º. 729.947.209-06, RG n.º 2.735.017 SSP/SC, para exercer as atividades de Motorista Socorrista (44h/sem), visando o atendimento excepcional na área de saúde pública - Programa SAMU, até a data de 14/06/2011.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO
Secretária Municipal da Saúde.

Portaria Nº. 196/2010.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, das Disposições Transitórias da LC n.º. 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar n.º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pela LC 022/05 E 040/2008, e

R E S O L V E :

CONTRATAR JULIANA NOGARA DO CARMO nascida em 05/08/1977 portadora do CPF n.º 027.770.959-81, RG. n.º 3.362587-5, SESP/SC, para no período de 07/06/2010 à 17/12/2010, exercer as atividades de Professora de Educação Infantil (20h/sem), junto ao Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, em substituição a professora efetiva Odete Gonchork Neppel, com lotação provisória naquela unidade de ensino, atualmente desempenhando suas atividades junto ao N.E. Presidente Adolfo Konder, na vaga do professor Ermínio Pavarin em exercício do cargo de Diretor de Escola.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria Nº. 197/2010.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal combinado com o título III, Capítulo Único, Artigo 2º, Inciso III, das Disposições Transitórias da LC n.º. 007/2001 de 15/10/2001, amparado no que dispõe a Lei Complementar n.º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pela LC 022/05 E 040/2008, e

R E S O L V E :

CONTRATAR JANDIRA ALVES MASSANEIRO nascida em 31/12/1984, portadora do CPF n.º 061.002.339-08, RG. n.º 9.239.018-7, SESP/SC, para no período de 01/06/2010 à 30/08/2010, exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais, em substituição a servidora efetiva Danice dos Santos, em gozo de Licença à Título de Prêmio por Assiduidade.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho de 2010.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal.

MARLEM MARQUES DAL LAGO
Secretária Municipal da Educação.

Portaria Nº. 201/2010

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

R E S O L V E :

Art. 1º - NOMEAR MARCIO RAFAEL DAMS, nascido em 12/03/1978, portador do CPF n.º 023.516.239-67, RG n.º 3.552.491, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS, criado através da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura, percebendo os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 15 de junho 2010.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 22/2010



TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2010

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.

Irineópolis, 08 de julho de 2010.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato para Homologação FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 04/2010

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2010

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.

Irineópolis, 08 de julho de 2010.

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretaria Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 12/2010 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 12/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.

Objeto: Contratação de Empresa (Corretora e/ou Seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde. Valor: R\$ 10.829,33 (Dez mil oitocentos e vinte nove reais e trinta três centavos).

Vigência - 08.07.2010 a 08.07.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 04/2010 - Tomada de Preços 01/2010

Lei nº. 8.666/93 consolidada

NILDA EDITE BANHUKI GALVÃO

Secretaria Municipal de Saúde

Extrato de Contrato 57/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 57/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.

Objeto: Contratação de Empresa (Corretora e/ou Seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos, para os veículos das Secretarias da Administração, Agricultura, Assistência Social, Educação e Infra-Estrutura, da frota Municipal.

Valor: R\$ 14.201,48 (Quatorze mil duzentos e um reais e quarenta oito centavos).

Vigência - 08.07.2010 a 08.07.2011

Base Legal - Processo Licitatório nº. 22/2010 - Tomada de Preços 09/2010

Lei nº. 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata de Sessão Pública - Tomada de Preço 08/2010

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	07/07/2010	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO	Nº 08/2010 PROC. Nº 57/2010

OBJETO:

Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de material para execução de instalação de iluminação pública na Avenida Beira Mar III, conforme projeto de urbanização, memorial descritivo, ART, planilha orçamentária, parte integrante deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1145/2010. Observando que a Licitação em julgamento foi publicada em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, mural público municipal, e site oficial do Município, Diário municipal no dia 11/06/2010 a fim de ampla divulgação. Retiraram o edital as empresas: SADENCO SUL AMERICANA DE ENG. E COM. LTDA, CNPJ/MF: 00.166.929/0001-95, LUMINAPAR - EMPRESA PARANAENSE DE ILUMINAÇÃO, CNPJ/MF: 09.047.890/0001-61, TISSI COMERCIO E INSTALAÇÕES DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME, CNPJ/MF: 01.970.347/0001-20, MJ-MEDEIROS MONTAGEM E ELETRONICA LTDA, CNPJ/MF: 01.807.849/0001-04, ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07, FAEL LUCE DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF: 02.979.206/0001-30, INPA- COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 03.0005.939/0001-37, QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ/MF: 82.094.640/0001-72. Iniciada a sessão os membros da CPL e o licitante presente rubricaram os envelopes de habilitações e propostas, os quais se encontravam devidamente lacrados. Protocolou envelope a empresa: CONSORCIO INFACO - compostos das empresas: ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, IMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, FAEL LUCE DO BRASIL LTDA. Em seguida foi aberto os envelopes de habilitação, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros. Neste ato constatou-se que as empresas estavam de acordo com o edital, portanto consideradas HABILITADAS. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitadas, que foi achada conforme, portanto para o objeto licitado foi vencedora a Empresa: CONSORCIO INFACO - compostos das empresas: ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, IMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, FAEL LUCE DO BRASIL LTDA, vencedora no objeto da licitação com o valor de R\$ 422.982,34 (quatrocentos e vinte e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos). Observado pela CPL que o valor apresentado esta dentro dos orçamentos realizados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos e dentro do preço máximo estipulado em edital. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e abrindo prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.



JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
MEMBRO

JOSELENE G. NASCIMENTO CUNHA
MEMBRO

ISABELA R. DUTRA POHL
MEMBRO

Lauro Muller

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato 39

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2010
Processo Licitatório nº 29/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 29/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Eduardo Pereira de Miranda
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010
Valor: R\$ 5.529,60 (cinco mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 40

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2010
Processo Licitatório nº 30/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 30/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Telmo Tonon Ribeiro
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010
Valor: R\$ 8.640,00 (oito mil seiscentos e quarenta reais)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 41

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2010
Processo Licitatório nº 31/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 31/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Mario Antonio Durli
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010

Valor: R\$ 12.096,00 (doze mil e noventa e seis reais)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 42

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2010
Processo Licitatório nº 32/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 32/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Anderson Réus Trevisol
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010
Valor: R\$ 4.838,40 (quatro mil oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 43

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2010
Processo Licitatório nº 33/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 33/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Leonardo Danielli
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010
Valor: R\$ 8.294,40 (oito mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral

Contrato 44

Estado de Santa Catarina
Hospital Municipal Henrique Lage
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2010
Processo Licitatório nº 34/2010 - Dispensa p/ Compras e Serviços nº 34/2010
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO EM CARATER EMERGENCIAL ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage
Contratado: Rafael Roswag Madeira
Prazo de Vigência: 01/06/2010 à 30/06/2010
Valor: R\$ 3.456,00 (três mil quatrocentos e cinquenta e seis reais)

CHRISTIANO HILBERT BRIGHENTE
Diretor Geral



Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

2º Ato de Apostilamento - Ata de Registro de Preços Nº PML.0009/2010 de 20/05/2010

2º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0009/2010 de 20/05/2010

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMS.0009/2010 de 20/05/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0034/2010, Pregão nº 0011/2010, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas PAPELARIA DEMÁTICA LTDA, TÁRSIO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME e VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0009/2010 de 20/05/2010, proveniente do Processo Licitatório nº 0034/2010, Pregão nº 0011/2010, acrescentando as dotações orçamentárias :

Modalidade de Aplicação:

Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.17 - Material de Processamento de Dados

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
CAMARA DE VEREADORES

Atividade - 01.0101.01.031.0001.2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Reduzido - 002

Fonte 00 - Recursos Ordinários

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração

Atividade - 06.0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

Reduzido - 019

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Atividade: 06.0601.06.181.0010.2012 - Manutenção do Convênio FUNPOM

Reduzido - 028

Fonte 54 - Convênio Polícia Militar

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Departamento de Educação - Setor de Ensino

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Reduzido - 052

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Atividade - 08.0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Reduzido - 063

Fonte 00 - Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 12.1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Reduzido - 011

Fonte 00 - Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido - 003

Fonte 02 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

FUNDO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE LUZERNA

Atividade - 14.1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência Criança e Adolescente e Contribuições

Reduzido - 002

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 06 de julho de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1186/2010

LEI Nº 1186/2010

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A EQUIPE DE TRILHEIROS BICHO DA TRILHA DE MASSARANDUBA/SC.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Equipe de Trilheiros Bicho da Trilha de Massaranduba/SC, situada na Rua 11 de Novembro - snº no Perímetro Urbano do Município de Massaranduba, inscrito no CNPJ sob Nº 08.270.113/0001-19.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 06 de Julho de 2010.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº. 1440-2010

LEI Nº. 1440-2010

TRATA DA ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º A Rua Padre Anibal Maria D'Francia, situada no Bairro Estreito, nesta Cidade de Meleiro, com início na Rua Demétrio Dário



e término na Rua 20 de dezembro, com 12,00 m (doze metros) de largura, passa a denominar-se: "RUA DOZOLINA FURNALETTO MANFREDINI".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de julho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Tomada de Preço N.º 049/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N.º 049/2010

O MUNICÍPIO DE MELEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 28/07/2010, às 10:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas da TOMADA DE PREÇO N.º 049/2010, que tem como objeto a Contratação de empresa para implantação de calçada e ciclovia, com fornecimento de material e mão de obra, tudo em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-35371110. A retirada do Edital poderá ser feita no site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro, 08 de junho de 2010.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Aviso

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO

O Município de Meleiro/SC comunica que os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentários referente ao 3º bimestre de 2010 e os Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Semestre de 2010, de que trata o Art. 52, 54 e 63 da Lei Complementar 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), encontra-se publicado no MURAL PÚBLICO deste Município, localizado na Praça da Matriz e no Prédio da Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 849/2001, ou à disposição dos interessados junto a Secretaria de Administração e Finanças.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Notificação

NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Junho de 2010 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
06.2010	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	4.330,86
06.2010	Federal	DNPM – CEFEM	863,66
06.2010	Federal	SE – Salário Educação	12.299,63
06.2010	Federal	PNAE – Merenda Escolar	5.730,00
06.2010	Federal	PNATE – Transporte Escolar	9.507,96
06.2010	Federal	PETI – Manutenção	1.000,00
06.2010	Federal	PAC – Programa Apoio Criança	3.000,00
06.2010	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	608,00
06.2010	Federal	PAI – Programa Apoio Idoso	2.000,00
06.2010	Federal	PBF - Programa de Bolsa Família	717,50
06.2010	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	10.605,00
06.2010	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	10.416,00
06.2010	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.000,00
06.2010	Federal	Outras Transferências SUS	149,64
06.2010	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica)	5.650,40
06.2010	Estadual	TE – Transporte Escolar	18.925,10
06.2010	Estadual	OT – Outros Convênio (FEAS)	2.133,34
06.2010	Estadual	Receita de Capital(Convênio nº 9.268/2010-1)	12.213,00
06.2010	Estadual	Receita de Capital(Convênio nº 9.269/2010-0)	88.000,00
06.2010	Federal	Receita de Capital (Convênio nº 0298574-23/2009)	195.000,00
		Total	385.150,09

JONNEI ZANETTE ADAIR PASINI

Prefeito Municipal Cont. CRC/SC 0022984/0-3

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Retificação Processo Licitatório N° 037/2010 - Leilão N° 001/2010

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 037/2010 - LEILÃO N° 001/2010

RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.115/0001-87, com sede a Rua José Fabro, nº 01, Centro, Novo Horizonte/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Santos Zilli, RETIFICA edital de Leilão 01/2010 Processo Licitatório nº 37/2010, Publicado no dia 08 de Julho de 2010, o item: Ambulância Besta, marca KIA, ano 1996, placa nº LYO 5579, recebido em doação pelo Estado de Santa Catarina. Lance mínimo R\$ 1.000,00, Fica EXCLUIDO DO LEILÃO, portanto não será LEILOADO. A nova data de Abertura será dia 26 de Julho de 2010. no mesmo local e horários definidos anteriormente. Informações e esclarecimentos a respeito do presente edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC, ou pelo fone 049-3362-0024 até o último dia previsto para entrega dos envelopes

Novo Horizonte - SC em 09 de julho de 2010.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria nº 717/2010 - RH

PORTARIA Nº 717, de 24 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Para Desempenho de Mandato Clássico, no período de 06 de fevereiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, sem remuneração, de acordo com o Art. 140, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do Município, ao servidor Cristiano Damasceno, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor 5ª a 8ª série (Matemática).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2010.

Porto União - SC, em 24 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 718/2010 - RH

PORTARIA Nº 718, de 24 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Débora Aparecida Feyh, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.725, de 25 de março de 2010, no período de 21 de junho a 20 de dezembro de 2010 ou até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo, assuma a vaga.

Art 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de junho de 2010.

Porto União - SC, em 24 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 719/2010 - RH

PORTARIA Nº 719, de 24 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Deisy Jaqueline Tandler, de vinte (20) horas semanais, para quarenta (40) horas semanais, no período de 21 de junho a 30 de julho de 2010, para exercer atividades do cargo de Professora Educação Infantil, com vencimentos na Classe "A" referencia "1", previsto nos anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952, alterada pelas Leis Municipais nº 3.308, de 29 de junho de 2007 e Lei nº 3.626 de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, até que a candidata aprovada em concurso público para o cargo assuma a vaga.

Art. 2º Será concedida sobre a alteração da carga horária, GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de junho de 2010.

Porto União, SC - SC, em 24 de junho de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 720/2010 - RH

PORTARIA Nº 720, de 24 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital que dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2010, para preenchimento de vagas para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF no Município de Porto União;

CONSIDERANDO o Edital de Classificação Final do Processo Seletivo Público nº 002/2010.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO INDETERMINADO, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Luana Pinto, aprovada em 6º lugar no Bairro Vice King, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.



Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde do Bairro Vice King, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial da respectiva comunidade.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de junho de 2010.

Porto União - SC, em 24 de junho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 721/2010 - RH

PORTARIA Nº 721, de 28 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR VACANCIA, de acordo com o Artigo 56, Inciso VIII, da Lei Municipal 2055/94, de uma vaga para o cargo de provimento efetivo em extinção - isolado de Zeladora, em razão do falecimento, ocorrido no dia 27 de junho de 2010, da servidora Marli Bueno Mondini, que a ocupava.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de junho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 722/2010 - RH

PORTARIA Nº 722, de 30 de junho de 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 30 de junho de 2010, referente ao período aquisitivo de outubro de 2001 a outubro de 2006, de noventa (90) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, a servidora JACY BUGHAY ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de junho de 2010.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 0399/RH

PORTARIA Nº. 0399/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal REGIANI SILVEIRA GARCIA CENSI, matrícula nº. 35262/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Consultório Dentário, nível 20, faixa 21, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 09/05/2007 a 02/07/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº. 0400/RH

PORTARIA Nº. 0400/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal CAROLINE DREHMER PILATTI, matrícula nº. 35292/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, nível 70, faixa 71, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 02/07/2007 a 03/07/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria Nº. 0401/RH

PORTARIA Nº. 0401/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO, matrícula nº. 35200/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "A", por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 01/03/2007 a 05/07/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de julho de 2010.

VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
Mglb



Pregão Presencial 076/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2010

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) plantadeira adubadeira de plantio direto para milho, Secretaria de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/07/2010, às 08:00h., no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 21/07/2010. , no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 07 de julho de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0013/2010
Rua DR GUILHERME GEMBALLA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Administração 2009 - 2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 13/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com o artigo 285 do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de CALÇADA, na Rua DR GUILHERME GEMBALLA, Bairro JARDIM AMERICA, e que começa a vigorar , com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de CALÇADA da RUA DR GUILHERME GEMBALLA tem extensão de 340,27 metros e área a ser pavimentada de 340,27 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 As calçadas terão em ambos os lados da via, 5(cinco) metros de largura, tendo desenhos diferentes em cada um deles, conforme as pranchas P1, P2, P3, P4 e P5 anexas do projeto de paginação. Para o acesso de veículos aos terrenos com entradas existentes, será delimitada uma faixa perpendicular simples (3,0m) ou dupla (6,00) de desenho diferenciado, sendo que devem ser observadas "saídas laterais" de 60cm para ajuste dos níveis tornando as entradas dos acessos com 4,20 ou 7,20 metros de extensão nos respectivos rebaixos.

A faixa de acesso às garagens, será executadas sobre lastro de concreto, espessura 7 m , com tela armada com vergalhão CA-60 (4,2mm; malha 10X10cm), resistente ao peso de caminhões.

Sobre os passeios, existirão árvores ou vegetação de pequeno porte, além do posteamento existente.

Com extensão de 340,27 m será colocado piso tátil, paver natural, paver grafite, paver vermelho, meio fio, tubos e luminárias.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da CALÇADA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 340,27 m² referidos neste edital é de R\$ 87.993,32 (oitenta e sete mil novecentos e noventa e três reais e trinta e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 51,72 (cinquenta e um reais e setenta e dois centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Area Pav.	Valor R\$
BARBARA TEDESCO DIAS	1770.1	31,35	156,75	8.107,11
DILVA MARIA CEOLA E OUTRAS	1638.1	3,00	15,00	775,80
FUND UNIVERS.DE DESENV	1627.6	135,28	676,40	34.983,41
ALTO VALE ITAJA				
GLAUCO HELENO E MARNIO	1776.0	27,70	138,50	7.163,22
RODRIGO RUBICK				
LUIZ GONZAGA PAMPLONA	1731.0	19,45	97,25	5.029,77
OTAVIO GUEDERT	1726.4	26,29	131,45	6.798,59
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				25.135,42
TOTAL GERAL =====>		243,07	1.215,35	87.993,32

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 21de maio de 2010.

JOSE LUIZ DO NASCIMENTO

Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI

Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

**Edital de Contribuição de Melhoria 0011/2010 Rua
GUIDO VOTA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Administração 2009 - 2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0011/2010



O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA GUIDO VOTA, Bairro FUNDO CANOAS, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA GUIDO VOTA tem extensão de 415,99 metros e área a ser pavimentada de 2.913,36 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 2.913,36 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 415,99m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 2.913,36 m² referidos neste edital é de R\$ 236.855,49 (duzentos e trinta e seis mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 64,40 (sessenta e quatro reais e quarenta centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
ADELINO DE SOUZA	9708.0	20,71	72,49	4.668,03
ANTONIO WALDRICH	9707.1	17,33	60,65	3.906,18
ARY ADOLFO FRANCA	9703.9	19,89	69,62	4.483,21
ASSOCIACAO GUIDO E ANA	9724.1	198,19	693,67	44.672,03

MERINI VOTA				
CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES	9698.9	14,23	49,81	3.207,44
DIDIO AUGUSTO BET	9692.0	42,60	149,10	9.602,04
DIVA ARCANJELO DA SILVA	9685.7	15,00	52,50	3.381,00
FERNANDO DOS SANTOS E	9715.2	15,07	52,75	3.396,78
FERNANDA DOS SANTO				
FUNERARIA HORSTMAYER LTDA	9730.6	166,00	581,00	37.416,40
GENY ALVES MACHADO	9718.7	29,90	104,65	6.739,46
HARRI MOIK	9722.5	3,50	12,25	788,90
HARRY IZIDIO DA CUNHA	9700.4	15,12	52,92	3.408,05
INACIO RENATO STUPP	9711.0	11,86	41,51	2.673,24
ISMAR VAHLIDICK	9702.0	9,98	34,93	2.249,49
JOAO MARIA FERREIRA	9719.5	0,81	2,84	182,57
LAURO VICENTE MARQUEZ - ESPOLIO	9694.6	13,32	46,62	3.002,33
LINDOLFO G FERNANDES	24503.8	12,10	42,35	2.727,34
LUIS CARLOS HILHESHEIM	9706.3	15,60	54,60	3.516,24
MARIA APARECIDA FERREIRA	9720.9	14,35	50,23	3.234,49
MARIA SINEIDE DIRKSEN JACINTO	9701.2	14,31	50,09	3.225,47
NADIR HONORIO FERNANDES	9716.0	14,81	51,84	3.338,17
NAZIR FERREIRA	9666.0	0,81	2,84	182,57
NELSON ODERDENG	9717.9	15,11	52,89	3.405,79
NILSON HONORIO	9710.1	15,13	52,96	3.410,30
OSVALDO CAETANO	9695.4	12,66	44,31	2.853,56
PEDRO ZUQUI	9696.2	17,73	62,06	3.996,34
QUERLI SILVANA ODORIZZI	9714.4	12,38	43,33	2.790,45
SALETE APARECIDA DA SILVA	9712.8	21,48	75,18	4.841,59
SAVIO CORDOVA PEREIRA	35542.9	46,30	162,05	10.436,02
SILDO KEMPNER	9665.2	0,81	2,84	182,57
TEREZINHA FRONZA	9705.5	12,74	44,59	2.871,60
VALDETE MARIA DA SILVA	9697.0	11,75	41,13	2.648,45

VANDERLEI FERREIRA	24512.7	0,81	2,84	182,57
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				49.234,78

TOTAL GERAL =====> 832,39 2.913,37 236.855,49

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 17 de maio de 2010.

JOSE LUIZ DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0008/2010 Rua LEANDRO MURARA

ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Administração 2009 - 2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 8/2010



O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com o artigo 285 do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, na Rua LEANDRO MURARA, Bairro BARRA DO TROMBUDO, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS da RUA LEANDRO MURARA tem extensão de 220,00 metros e área a ser pavimentada de 1.843,55 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 A rede de drenagem será executada com tubos de 40cm de diâmetro numa extensão de 220m Também serão executadas caixas de captação e redução ao longo da rede.

A pavimentação será executada com lajotas sextavadas em concreto de 8cm de espessura. A base será em colchão de areia com 10cm de espessura, Também serão executados meio fios em concreto pré-moldado totalizando 1.843,55m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 1.843,55 m² referidos neste edital é de R\$ 109.237,76 (cento e nove mil duzentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 43,23 (quarenta e três reais e vinte e três centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav	Valor R\$
ADELIRIO DE ALMEIDA E OUTRO	20320.3	15,00	60,00	2.593,80
ADEMIR JOSE MONTOVANI JR	11983.0	16,81	67,24	2.906,79
ARCENIO PICKLER	11984.9	15,00	60,00	2.593,80
CLAUDIO FLORIANO	11990.3	14,35	57,40	2.481,40
CLAUDIO LUIZ FRANCO	12014.6	15,00	60,00	2.593,80
HENRIQUE CARDOSO	23385.4	15,00	60,00	2.593,80
IDINA TOASSI	11979.2	15,00	60,00	2.593,80
ILZA RENGEL MARTINS	11985.7	15,00	60,00	2.593,80
ISOLDE BOELL	12015.4	15,00	60,00	2.593,80
IVANDINA GOSS FLORES	12010.3	15,00	60,00	2.593,80
JOACABA PNEUS LTDA	11986.5	15,00	60,00	2.593,80
JOAO ALTAIR GOULART	12018.9	16,80	67,20	2.905,06

JOSE NABOR DE CORDOVA	11980.6	31,27	125,08	5.407,21
JOSE RUBENS LINO	12012.0	15,00	60,00	2.593,80
MAURINO NOVACK	11978.4	15,00	60,00	2.593,80
NELSON CARDOSO	12011.1	15,00	60,00	2.593,80
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	12042.1	61,32	245,28	0.603,45
RAINIVAL ENDER	12009.0	14,35	57,40	2.481,40
ROGERIO GOSS	11989.0	15,00	60,00	2.593,80
ROGERIO GOSS	11988.1	15,00	60,00	2.593,80
VALDINEI RUSSI	12013.8	15,00	60,00	2.593,80
VILBERTO DE FRAYN	12017.0	15,00	60,00	2.593,80
VIRTON STAROSKI	11987.3	15,00	60,00	2.593,80
WALTER ERHARDT	12016.2	15,00	60,00	2.593,80
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				35.764,05

TOTAL GERAL =====> 424,90 1.699,60 109.237,76

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 19 de abril de 2010.

JOSE LUIZ DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº 0010/2010 RUA ADOLFO BET

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Administração 2009 - 2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 0010/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com os artigos 386 e seguintes do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, na(o) RUA ADOLFO BET, Bairro FUNDO CANOAS, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da(o) RUA ADOLFO BET tem extensão de 177,19 metros e área a ser pavimentada de 1.233,30 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem como o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes



informações básicas:

2.1 A pavimentação será precedida de implantação de rede de drenagem em ambos os lados da rua, com tubos de concreto de 40 cm de diâmetro, assentados sobre solo natural e rejuntados com argamassa. A vala foi fechada com o mesmo material compactado. A coleta de águas superficiais será feita através de caixas coletoras, dispostas no leito da rua de acordo com o especificado no projeto técnico.

2.2 A sub-base será de rachão com 15,00 cm de espessura, e a base em camada única de 15,00 cm de brita graduada. Imprimação será com asfalto diluído CM 30, predece-se a pintura de ligação e logo após aplica-se o CAUQ sendo a espessura média de 5 cm da área de 1.233,30 m². A colocação dos meio-fios em concreto numa extensão de 177,19m.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 1.233,30 m² referidos neste edital é de R\$ 85.910,82 (oitenta e cinco mil novecentos e dez reais e oitenta e dois centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 61,35 (sessenta e um reais e trinta e cinco centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras:

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
AIRTON ALFONSO VOMBEMMEL	10016.1	15,51	54,29	3.330,38
DEMETRIO OLIVIO	10025.0	37,78	132,23	8.112,31
ELOI MARCONI	10015.3	15,01	52,54	3.223,02
ELSI SCHEEL	10013.7	19,75	69,13	4.240,82
EVALDO MEURER	10011.0	20,09	70,32	4.313,83
JELINO FRANCISCO HEIDERSCHIEDT	24339.6	12,67	44,35	2.720,57
JOSE BET	10007.2	18,99	66,46	4.077,63
JOSE MARINO MEURER	24336.1	14,08	49,28	3.023,33
JOSE MARINO MEURER	30580.4	20,07	70,25	4.309,53
JOSE MARINO MEURER	10009.9	18,63	65,21	4.000,33
LUIS DANIEL HEINZ	10018.8	42,69	149,42	9.166,61
NELSON WYLER	10023.4	20,24	70,84	4.346,03
OLANDO REICHERT	10021.8	15,17	53,10	3.257,38
ROMILDO VIEIRA	37575.6	22,52	78,82	4.835,61
ROSANE MARIA SARTORTT WHITE	10022.6	34,98	122,43	7.511,08
SENOS VOMBEMMEL	10020.0	23,62	82,67	5.071,80
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				10.370,57
TOTAL GERAL =====>		351,80	1.231,30	85.910,82

4.2. Das áreas comuns:

A Prefeitura Municipal arcará com os custos da pavimentação das áreas que não estão contíguas à testadas de lotes privados (Cruzamentos e Outros).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 17 de maio de 2010.

JOSE LUIZ DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Edital de Contribuição de Melhoria Nº0012/2010 AVENIDA 7 de SETEMBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Administração 2009 - 2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 12/2010

O Prefeito Municipal de RIO DO SUL, Sr. MILTON HOBUS e o Secretário Municipal de Fazenda Sr. EUGÊNIO VICENZI, no exercício de suas atribuições e de acordo com o artigo 285 do Código Tributário Municipal, fazem saber a todos os interessados que a Prefeitura Municipal efetuou obras de CALÇADA, na Rua 7 DE SETEMBRO, Bairro CENTRO, e que começa a vigorar, com a publicação deste Edital, o prazo legal para lançamento da respectiva CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para os proprietários e moradores lindeiros aderentes e não aderentes da referida rua decorrente a pavimentação subsidiada, prevista na Lei Municipal nº 3.452/99. A obra obedecerá o projeto técnico e memorial descritivo que integram este Edital.

1. DA DELIMITAÇÃO DA OBRA

A obra de CALÇADA da RUA 7 DE SETEMBRO tem extensão de 599,34 metros e área a ser pavimentada de 599,34 m², atingindo o presente edital apenas os proprietários da referida Rua.

2. DO PROJETO E DO MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto de engenharia, bem com o o memorial descritivo da obra, são partes integrantes deste edital e traduzem as seguintes informações básicas:

2.1 As calçadas terão em ambos os lados da via, 5(cinco) metros de largura, tendo desenhos diferentes em cada um deles, conforme as pranchas P1, P2, P3, P4 e P5 anexas do projeto de paginação. Para o acesso de veículos aos terrenos com entradas existentes, será delimitada uma faixa perpendicular simples (3,0m) ou dupla (6,00) de desenho diferenciado, sendo que devem ser observadas "saídas laterais" de 60cm para ajuste dos níveis tornando as entradas dos acessos com 4,20 ou 7,20 metros de extensão nos respectivos rebaixos. A faixa de acesso às garagens, será executadas sobre lastro de concreto, espessura 7 m, com tela armada com vergalhão CA-60 (4,2mm; malha 10X10cm), resistente ao peso de caminhões.

Sobre os passeios, existirão árvores ou vegetação de pequeno porte, além do posteamento existente. Com extensão de 599,34 m será colocado piso tátil, paver natural, paver grafite, paver vermelho, meio fio, tubos e luminárias.

3. DO ORÇAMENTO

Conforme orçamento elaborado pela Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura e de acordo com o custo da obra e inferior à avaliação dos imóveis, antes da CALÇADA e depois dela concretizada, o valor total previsto para os 599,34 m² referidos neste edital é de R\$ 154.989,84 (cento e cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), sendo o preço unitário orçado de R\$ 51,72 (cinquenta



e um reais e setenta e dois centavos) por m² de pavimento. Orçamento e avaliação dos imóveis encontram-se a disposição dos contribuintes interessados, junto à Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

4. DA RELAÇÃO DO PROPRIETÁRIO BENEFICIADO PELA OBRA

4.1. Relação dos proprietários beneficiados com as obras e aderentes a pavimentação

Proprietário	Cadastro	Testada	Área Pav.	Valor R\$
CASA BAHIA COMERCIAL LTDA	41500.5	24,72	123,60	6.392,59
EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELEGRAFOS	382.4	30,67	153,35	7.931,26
ESTADO DE SANTA CATARINA	814.1	32,42	162,10	8.383,81
FLAVIO ROUSSENQ	355.7	25,00	125,00	6.465,00
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	817.6	20,00	100,00	5.172,00
ROBERTO BLOEMER	812.5	24,24	121,20	6.268,46
ÁREA COMUM (PREFEITURA MUNICIPAL)				114.376,71
TOTAL GERAL =====>		157,05	785,25	154.989,84

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do valor lançado deverá ser efetuado nas bases acordadas com a Secretaria da Fazenda do Município, obedecidos aos prazos estipulados na respectiva Notificação de Contribuição de Melhoria, nos termos da Lei supra mencionada.

6. DOS PRAZOS RECURSAIS

Ficam cientificados os contribuintes beneficiados pela obra, que o prazo de recurso contra os itens supra relatados é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente Edital, refere-se a custos de mercado atual, na forma de preço à vista.

RIO DO SUL 21 de maio de 2010.

JOSE LUIZ DO NASCIMENTO
Fiscal de Tributos

EUGÊNIO VICENZI
Secretário da Fazenda

MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato de Contrato nº 0054-2010

Extrato de Contrato nº 0054-2010

Contratante: Prefeitura de Salto Veloso - SC

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prestação de serviços para edificação de prédio em alvenaria medindo aproximadamente 168m² - Clínica de Fisioterapia para o FMS

Valor Total: R\$ 196.213,00

Base Legal: Processo Licitatório nº 0050/2010 - TP nº 0001 /2010.

Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Salto Veloso, 06 de Julho de 2010.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 120, de 07 de Julho de 2010.

LEI COMPLEMENTAR Nº 120, DE 07 DE JULHO DE 2010.

Altera a Lei Complementar n.º 56, de 14 de outubro de 2005, que dispõe sobre o plano de cargos e vencimentos, cria, modifica atribuições e extingue cargos e vagas no quadro único de pessoal do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 9º da Lei Complementar n.º 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 1º.....

XXIII - Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias;
XXIV - Terapeuta Ocupacional” (NR)

Art. 2º O Anexo I da Lei Complementar n.º 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E RESPECTIVO GRUPO OCUPACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	NÍVEL	CÓDIGO
OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO - NOB	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	1	1001
	AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	4	1002
	AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	4	1003
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	1	1004
OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO – NAT	TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO	5	2001
	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	6	2002
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	2004
	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	4	2005
	TÉCNICO EM TOPOGRAFIA/AGRIMENSURA	13	2006
	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5	2007
OCUPAÇÕES DE NÍVEL	ANALISTA ADMINISTRATIVO	11	3001



ADMINISTRATIVO SUPERIOR – NAS	ARQUITETO	17	3002
	ASSISTENTE SOCIAL	13	3003
	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	13	3004
	CONTADOR	21	3005
	ENFERMEIRO	13	3006
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	13	3007
	ENGENHEIRO CIVIL	17	3008
	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICI- PAIS	11	3010
	FISIOTERAPEUTA – 20 HORAS	6	3011
	MÉDICO – 20 HORAS	22	3012
	MÉDICO – 40 HORAS	23	3013
	MÉDICO AVAL. E CONTROLADOR – 20 HORAS	22	3014
	MÉDICO ESPECIALISTA – 20 HORAS	16	3015
	MÉDICO VETERINÁRIO	13	3016
	ODONTÓLOGO – 20 HORAS	11	3017
	ODONTÓLOGO – 40 HORAS	18	3018
	PROCURADOR – 20 HORAS	15	3019
	PSICÓLOGO	13	3020
	ANALISTA DE CONTROLE INTER- NO – 40 HORAS	21	3021
	NUTRICIONISTA – 20 HORAS	5	3022
	FONOAUDIÓLOGO – 20 HORAS	5	3023
	ODONTÓLOGO ESPECIALISTA	12	3024
	BIBLIOTECÁRIO	10	3025
	ARTICULADOR DE ATIVIDADES DA BIBLIOTECA	9	3026
	PROCURADOR – 40 HORAS	21	3027
	TECNÓLOGO EM EDIFICAÇÕES	11	3028
	NUTRICIONISTA II – 40 HORAS	24	3029
	TERAPEUTA OCUPACIONAL	5	3030

Art. 3º Os itens 6.4 e 10.4.1, do Anexo IV, da Lei Complementar n.º 56, de 14 de outubro de 2005, passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO VII

6. ENFERMEIRO

6.4. Vagas: 13;

10. MÉDICO

10.4.1 Vagas para o cargo de quarenta horas semanais: 10;

...” (NR)

Art. 4º O Anexo V, da Lei Complementar n.º 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar acrescido da seguinte redação:

“ANEXO V

OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO – NOB

3-A. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS

3-A.1. Carga horária semanal: 40 horas;

3-A.2. Condições para ingresso: concurso de prova (escrita); haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada, residir na área geográfica de atuação, definida pela Secretaria Municipal de Saúde, desde a data da publicação do edital do concurso público;

3-A.3. Habilitação para o exercício do cargo: ensino fundamental;

3-A.4. Vagas: 50;

3-A.5. Descrição das atribuições: exercer as seguintes atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde e sob a supervisão do gestor municipal:

3-A.5.1. Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

3-A.5.2. Promover ações de educação para a saúde individual e coletiva;

3-A.5.3. Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

3-A.5.4. Estimular à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

3-A.5.5. Realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de riscos à família;

3-A.5.6. Participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam qualidade de vida;

3-A.5.7. Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Unidade Básica de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

3-A.5.8. Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea e manter os cadastros atualizados;

3-A.5.9. Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

3-A.5.10. Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

3-A.5.11. Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

3-A.5.12. Cumprir com as determinações definidas para os Agentes Comunitários de Saúde em relação à prevenção e ao controle de epidemias e endemias;

3-A.5.13. Comprovar, anualmente, por meios considerados hábeis pela Administração Municipal, sua residência na área de atuação, cabendo à Secretaria de Saúde a fiscalização permanente;

OCUPAÇÕES DE NÍVEL ADMINISTRATIVO SUPERIOR – NAS

11. FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

11.4. Vagas: 02

23. TERAPEUTA OCUPACIONAL

23.1. Carga horária semanal: 20 horas;

23.2. Condições para ingresso: concurso de provas (escrita ou escrita e de títulos);



23.3. Habilitação para o exercício do cargo: ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e carteira nacional de habilitação categoria B;

23.4. Vagas: 01

23.5. Descrição das atribuições:

23.5.1. Planejar, desenvolver e avaliar os programas de terapia ocupacional junto a clientela de diversificada faixa etária, a fim de promover melhor qualidade de integração entre o indivíduo e o meio;

23.5.2. Participar da equipe multidisciplinar na elaboração de planejamento e execução de atividades de vigilância sanitária, epidemiológica e saúde do trabalhador;

23.5.3. Colaborar na elaboração e avaliação de pesquisas e programas de saúde, bem como promovendo a prevenção da deficiência física e mental;

23.5.4. Garantir o controle e manutenção de informações e instrumentos, visando a eficiência de sua área profissional;

23.5.5. Assessorar em projetos e programas, orientando a comunidade através de sua perspectiva profissional;

23.5.6. Zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;

23.5.7. Cumprir o código de ética profissional; cumprir o plano municipal de saúde; 23.5.8. Participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;

23.5.9. Dirigir veículos oficiais quando necessário ao exercício das atribuições do cargo.

23.5.10. Desempenhar outras tarefas afins. (NR)

Art. 5º O Anexo VII da Lei Complementar n.º 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO VII QUADRO RESUMO DE VAGAS

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	VAGAS
OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO – NOB	AGENTE DE APOIO OPERACIONAL	71
	AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	10
	AGENTE DE OPERAÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS	40
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	50
OCUPAÇÕES DE NÍVEL TÉCNICO ADMINISTRATIVO – NAT	TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO	30
	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	05
	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	25
	TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	01
	TÉCNICO EM TOPOGRAFIA/AGRIMENSURA	01
	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA	01

OCUPAÇÕES DE NÍVEL ADMINISTRATIVO SUPERIOR – NAS	ANALISTA ADMINISTRATIVO	15
	ARQUITETO	01
	ASSISTENTE SOCIAL	05
	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	03
	CONTADOR	01
	ENFERMEIRO	13
	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	02
	ENGENHEIRO CIVIL	03
	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	02
	FISIOTERAPEUTA – 20 HORAS	03
	MÉDICO – 20 HORAS	10
	MÉDICO – 40 HORAS	10
	MÉDICO AVAL. E CONTROLADOR – 20 HORAS	01
	MÉDICO ESPECIALISTA – 20 HORAS	06
	MÉDICO VETERINÁRIO	02
	ODONTÓLOGO – 20 HORAS	05
	ODONTÓLOGO – 40 HORAS	05
	PROCURADOR – 20 HORAS	02
	PSICÓLOGO	04
	ANALISTA DE CONTROLE INTERNO – 40 HORAS	01
	NUTRICIONISTA – 20 HORAS	01
	FONOAUDIÓLOGO – 20 HORAS	01
	ODONTÓLOGO ESPECIALISTA	06
	BIBLIOTECÁRIO	01
	ARTICULADOR DE ATIVIDADES DA BIBLIOTECA	02
	PROCURADOR II – 40 HORAS	01
	TECNÓLOGO EM EDIFICAÇÕES	04
	NUTRICIONISTA II – 40 HORAS	01
	TERAPEUTA OCUPACIONAL	01

Art. 6º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições legais em contrário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 84/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 22/07/2010, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 46 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DIVERSAS PARA MANUTENÇÃO E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA, PARA AUXÍLIO MEDIANTE ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal



Aviso de Licitação 85/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 22/07/2010, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 47 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS PARA ATENDER PROGRAMAS PROJETOS E SERVIÇOS ASSISTENCIAL NO CRAS. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 86/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 21/07/2010, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 48 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SONORIZAÇÃO, SEGURANÇA, FILMAGEM E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ALUSIVOS AO ANIVERSÁRIO DE 52 ANOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato de Inexigibilidade 05/2010 Processo 83/2010

AVISO DE PUBLICAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 83/2010
Contratada a seguinte empresa: DKS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ: 02.407.442/0001-82
Fundamento Legal: Lei n.8.666/93, art. 25, inciso III.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "OSWALDIR E CARLOS MAGRÃO", A SE REALIZAR NO DIA 26 DE JULHO, NA COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.

Valor Total: R\$ 12.000,00.
Vigência: de 05 a 31 de julho de 2010.

São Lourenço Do Oeste - SC
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto n.º 242/2010

DECRETO n.º 242/2010
Admite em Caráter Temporário KARIELI CRISTINA DA SILVA para o cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, KARIELI CRISTINA DA SILVA para o cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 063/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de julho de 2010.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto n.º 245/2010

DECRETO n.º 245/2010
Concede Licença para tratamento de Saúde a funcionária DALCI MARIA MEURER, ocupante do Cargo de Trabalhador Braçal, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

DECRETA:

Art. 1.º- Conceder Licença para tratamento de saúde à funcionária DALCI MARIA MEURER, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 08/07/2010, para que a Administração Municipal possa providenciar o processo de aposentadoria, conforme determina o laudo médico pericial.

Art. 2.º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de julho de 2010.
ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2010.

Decreto N°243/2010

DECRETO N°243/2010
TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.04.122.03-2.003 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração, Finanças e PlanejamentoR\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.04-2.006 -Func. e Manutenção do Ensino FundamentalR\$ 10.000,00



Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas..... R\$10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas.....R\$ 10.000,00

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.08.243.09-2.011 - Func. e Manutenção da Assistência Social
.....R\$ 3.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas.....R\$ 3.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de julho de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto N°244/2010

DECRETO N°244/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.12.2035 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da SaúdeR\$ 3.890,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.00-0014 - Aplicações Diretas R\$ 3.890,00

Suplementa:

4.4.90.00.00.00.00.00.00-0014 - Aplicações Diretas R\$ 3.890,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 08 de julho de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Arquivamento de Processo Licitatório - Pregão Presencial Registro de Preço nº. 88/2009 - PMS

ARQUIVAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Diante da manifestação das empresas as quais não poderão firmar contrato com a Administração Publica no mesmo valor ofertado no ato da Licitação Processo nº. 118/2009 - PMS, Modalidade Pregão

Presencial Registro de Preço nº. 88/2009 - PMS, para o serviço de manutenção de micro computadores e impressoras para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), decide-se em arquivar o processo licitatório antes do final da sua vigência.

Schroeder/SC, 07 de julho de 2010.

ORLANDO TECILLA

Diretor de Recursos Materiais

Extrato de Contrato N°. 43/2010-PMS

EXTRATO DE CONTRATO N°. 43/2010-PMS

Processo de licitação nº. 27/2010 - FMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 16/2010 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Credenciado: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.477.571/0001-47, estabelecida na Rua Anne Frank, nº. 5.223 Bairro Boqueirão, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81.730-010.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material odontológico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Unid.	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
01	Agulha descartável esterilizada gengival 30G CURTA, caixa com 100 unidades	Caixa	50	10,15	507,50
03	Anestésico sem vaso constritor a 2% + cloridrato de lidocaína caxia com 50unid	Caixa	10	17,91	179,10
11	Escova robson, branca ou preta	Unidade	200	0,65	130,00
12	Escova de aço, para limpar brocas	Unidade	6	2,90	17,40
15	Hidróxido de cálcio pré-análise, frasco com 10g	Frasco	6	3,59	21,54
16	Hidróxido de cálcio, radiopaco, para capeamento pulpar e forramento cavitário, pasta base 13g, catalisadora 11g, bloco	Kit	30	9,43	282,90
20	Luva para procedimento P caixa com 100 unidades	Caixa	200	11,50	2.300,00
23	Máscara tripla camada, tira ou elástico, caixa com 50 unidades	Caixa	40	5,08	203,20
24	Óleo lubrificante de baixa e alta rotação, frasco com 200ml	Frasco	10	13,00	130,00
25	Óxido de zinco, frasco com 50g	Frasco	10	3,17	31,70
31	Selante fotopolimerizável A K	Caixa	6	14,50	87,00
33	Solução hemostática tópica, frasco com 10ml	Frasco	6	11,50	69,00
37	Fio dental, rolo com 100 metros	unidade	50	1,16	58,00
39	Envelope para esterilização, 90x260cm com lacre, caixa com 200 envelopes cada	Pacote	150	28,00	4.200,00



42	Adesivo fotopolimerizável agente de união multiuso mono e dentina frasco com 4ml	Frasco	30	16,50	495,00
46	Fio de sutura odontológica com agulha montada 3-0, 1,70mm fio 45cm caixa com 12 unidades	Caixa	50	10,15	507,50
52	Flúor tópico gel frasco, com 200ml	Frasco	20	2,30	46,00
58	Papel para articulação, envelope com 12 folhas	Unidade	12	1,15	13,80
59	Escova dental infantil	Unidade	2000	0,28	560,00
TOTAL R\$					9.839,64

Valor: R\$ 9.839,64 (nove mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 07/07/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 44/2010-PMS

EXTRATO DE CONTRATO N°. 44/2010-PMS

Processo de licitação nº. 27/2010 - FMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 16/2010 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Credenciado: DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 91.083.212/0001-35, estabelecida na rua General Vitorino, nº. 298, Centro, na cidade de Porte Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90020-170.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material odontológico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Unid.	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
08	Cariostático - frasco com 10ml	Frasco	6	7,70	46,20
09	Dedal de borracha	Unidade	10	1,40	14,00
10	Disco de lixa 16mm com 10 unidades em poliéster, resina e óxido de alumínio	Pacote	6	17,95	107,70
22	Mandril para caneta de baixa rotação	Unidade	6	1,00	6,00
26	Obturador provisório, frasco com 25g	Frasco	15	7,95	119,25
44	Extirpa nervos, cartela com 10 unidades	Cartela	20	16,80	336,00
45	Ficha clínica simples, pacote com 100 unidades	Pacote	40	5,20	208,00
53	Flúor para bochecho (solução fluoreto de sódio 2,2%) frasco com 100ml	Frasco	15	5,00	75,00
54	Envelope para esterilização 20x33cm com lacre c/ 200 envelopes cada	Pacote	100	97,50	9.750,00

TOTAL R\$	10.662,15
-----------	-----------

Valor: R\$ 10.662,15 (dez mil seiscentos e sessenta e dois reais e quinze centavos).

Data da Assinatura: 07/07/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 45/2010-PMS

EXTRATO DE CONTRATO N°. 45/2010-PMS

Processo de licitação nº. 27/2010 - FMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 16/2010 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Credenciado: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.021.932/0001-34, estabelecida na Rua Sebastião Furtado, nº. 101, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, CEP: 88501-140.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material odontológico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Unid.	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
13	Formocresol NS - frasco com 10ml	Frasco	6	3,88	23,28
18	IRM material intermediário. Kit pó 38g e líquido 15ml	kit	20	12,90	258,00
21	Luva para procedimento G caixa com 100 unidades	Caixa	400	11,60	4.640,00
28	Pasta profilática com flúor, frasco com 90g	Unidade	50	2,95	147,50
29	Para Mono Cloro Fenol Canforado, frasco com 20ml	Frasco	6	4,99	29,94
34	Tiras abrasivas para acabamento de resina, pacote com 150 unidades	Pacote	20	4,72	94,40
35	Tiras abrasivas de aço 4mm, pacote com 12 unidades	Pacote	40	4,65	186,00
47	Ionômero de vidro, kit pó 10g e líquido 13ml	Kit	30	17,30	519,00
48	Lâminas de bisturi nº. 10 aço carbonado esterilizado por raios gama	Unidade	30	0,26	7,80
49	Lâminas de bisturi nº. 15 aço carbonado esterilizado por raios gama	Unidade	30	0,26	7,80
50	Prevenção de alveolites (comp. Óxido de zinco, iodofórmio, monodorofenol, resina branca e excipientes frasco com 20g	Frasco	6	9,80	58,80
56	Germekil, solução a base de quaternário de amônio e formocr. Frasco com 1000ml	Frasco	12	5,78	69,36
57	Pedras pomes (S102 MOÍDO), frasco com 100gr	Frasco	6	2,50	15,00
TOTAL R\$					6.056,88



Valor: R\$ 6.056,88 (seis mil cinqüenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Data da Assinatura: 07/07/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N°. 46/2010-PMS

EXTRATO DE CONTRATO N°. 46/2010-PMS

Processo de licitação nº. 27/2010 - FMS

Modalidade Pregão Presencial nº. 16/2010 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC.

Credenciado: OTRIALA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.631.147/0001-05, estabelecida na Rua José Zgoda, nº. 34, Bairro Alto, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 82820-440.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de material odontológico para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Item	Descrições	Unid.	Qtde. Total	Valor R\$ Unitário	Valor R\$ Total
02	Ácido fosfórico 37% + clorexidina a 2%, seringa com 2,5ml	Unidade	40	1,01	40,40
04	Banda matriz 0,05 - rolo com 5m	Rolo	30	0,88	26,40
05	Banda matriz 0,07 - rolo com 5m	Rolo	30	0,93	27,90
06	Brocas de baixa rotação esférica séries de 1 a 8	Unidade	300	1,69	507,00
07	Broca zeckria haste longa	Unidade	12	17,55	210,60
14	Gase 7,5x7,5, 8d, 9f, pacote com 500 unidades	Pacote	100	6,35	635,00
17	Iodofórmio, frasco com 10g	Frasco	6	7,83	46,98
19	Luva para procedimento EXP caixa com 100 unidades	Caixa	200	11,61	2.322,00
27	Pote dappin em vidro ou plástico	Unidade	10	1,08	10,80
30	Roletes de algodão, pacote com 100 unidades	Pacote	200	0,72	144,00
32	Sugador colorido, pacote com 40unidades	Pacote	200	1,86	372,00
36	Tricresol formalina, frasco com 20ml	Frasco	6	5,00	30,00
38	Touca ou gorro odontológico, pacote com 100 unidades	Pacote	20	5,00	100,00
40	Anestésico com vaso constritor, cloridrato de lidocaína e de fenilfrina, caixa com 50 anestubes de 1,8ml cada	caixa	100	18,29	1.829,00
41	Anestésico tópico gel benzocaína com 12g	Unidade	50	3,71	185,50
43	Micro-aplicadores descartáveis, tamanho regular, fino, extrafino caixa com 100 unidades	Caixa	30	5,40	162,00

51	Resina microhíbrida fotopolimerizável para dentes anteriores e posteriores	Unidade	60	9,40	564,00
55	Guardanapos 33x33, pacote com 50 unidades	Pacote	200	1,08	216,00
60	Água oxigenada, frasco com 100ml	frasco	12	2,97	35,64
TOTAL R\$					7.465,22

Valor: R\$ 7.465,22 (sete mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Data da Assinatura: 07/07/2010 - Vigência: 31/12/2010

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Edital de Praça N° 02/2010

EDITAL DE PRAÇA N° 02/2010

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executa o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, referente à Pavimentação Asfáltica da Rua Dom Pedro, Bairro Rio Hern, TRECHO DA EST. OPP A EST. 12+18,5 PF = 258,50 m, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte rua:

Rua Dom Pedro, bairro Rio Hern, TRECHO DA EST. OPP A EST. 12+18,50 PF = 258,50 m, perfazendo a área total de 2585,00m², conforme projeto, memorial descritivo e relação dos imóveis na tabela abaixo.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA.

APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DREANGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA DOM PEDRO, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIATURAS

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e



obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através do Setor de Planejamento e/ou empresa designada/contratada.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer

sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.



O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS SERVIÇOS PRELIMINARES

PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUORTE

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou, Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,00m x 1,50m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais

(conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas

presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 3,00m X 1,50m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurra-dores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO**GENERALIDADES**

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : ± 0,02 m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : ± 5% da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO
OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes e aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos do projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE**CONTROLE GEOMÉTRICO**

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação às cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade

de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO**CONTROLE DA EXECUÇÃO**

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente



designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	FAIXA				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concretamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em rela-

ção à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL



Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior; índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086); durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%

	4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%
Betume solúvel no CS2 (+) %	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador,

com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de $\pm 5^\circ\text{C}$.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de $2,5\text{kgf/cm}^2$ a $8,4\text{kgf/cm}^2$ (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107°C e nem exceder a 177°C .

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3 . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106°C .

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C , acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60°C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m^3 (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO



O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados: do agregado, no silo quente da usina; do ligante, na usina; da mistura, no momento, da saída do misturador. As temperaturas devem apresentar valores de $\pm 5^\circ\text{C}$ das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de $\pm 5^\circ\text{C}$.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admitir-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder $\pm 5\text{cm}$.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer

de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m.

Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m^3 através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m^2 .

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotextil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, bicos, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotextil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da

FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de



60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banqueta de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de

veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de apa-

rência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

acrílica;

vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorrefletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar



mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução. Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada. Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013. Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

linearidade das faixas;

temperatura de aquecimento do material termoplástico;

sinalização para o serviço de obras;

atendimento ao projeto de sinalização;

retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efe-

tivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

III – ORÇAMENTO DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados:

Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (Fornecimento e Execução)				
1.1	Placa de obra	m2	4,50	150,00	675,00
SUBTOTAL					675,00
2	DRENAGEM (Fornecimento e Execução)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	517,00	6,85	3.541,45
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				-
2.2.1	para Ø 40cm	m	115,00	28,75	3.306,25
2.3	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento de reaterro), DMT até 10,0 km	m³	517,00	21,98	11.363,66
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro tipo:				-
2.4.1	CC	unid	15,00	200,00	3.000,00
2.4.2	CL	unid	3,00	250,00	750,00
SUBTOTAL					21.961,36
3	TERRAPLENAGEM (Fornecimento e Execução)				
3.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km (258,50m x 2,5+2,5 x 0,3m)	m³	388,00	6,85	2.657,80
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento das remoções), DMT até 10,0 km	m³	388,00	21,98	8.528,24
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	388,00	4,15	1.610,20
3.4	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para sub-base e=25cm), DMT até 10,0 km	m³	646,25	21,98	14.204,58
3.5	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.585,00	1,80	4.653,00
SUBTOTAL					31.653,82
4	PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e Execução)				
4.1	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e= 10 cm	m³	258,50	63,00	16.285,50
4.2	Imprimação com CM 30	m²	2.585,00	2,39	6.178,15
4.3	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.585,00	1,29	3.334,65
4.4	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				-

4.4.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	90,48	390,00	35.285,25
4.4.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	21,41	390,00	8.350,88
SUBTOTAL					69.434,43
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (Fornecimento e Execução)				
5.1	meio fio moldado in loco	m	517,00	18,00	9.306,00
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para encosto	m³	55,00	9,50	522,50
SUBTOTAL					9.828,50
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (Fornecimento e Execução)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebra-dos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	162,00	18,50	2.997,00
SUBTOTAL					2.997,00
TOTAL ESTIMADO					136.550,10
CUSTO ESTIMADO/m2					R\$ 52,82

IV - CUSTO DA OBRA:

Conforme proposta apresentada no processo de Licitação nº 19/2010, que restou VENCEDORA, a empresa CONPLA – Construções e Planejamento Ltda, cotou os valores abaixo descritos.

Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (Fornecimento e Execução)				
1.1	Placa de obra	m²	4,50	148,00	666,00
SUBTOTAL					666,00
2	DRENAGEM (Fornecimento e Execução)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	517,00	5,95	3.076,15
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				-
2.2.1	para Ø 40cm	m	115,00	28,00	3.220,00
2.3	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento de reaterro), DMT até 10,0 km	m³	517,00	21,00	10.857,00
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro tipo:				-
2.4.1	CC	unid	15,00	195,00	2.925,00
2.4.2	CL	unid	3,00	248,00	744,00
SUBTOTAL					0.822,15
3	TERRAPLENAGEM (Fornecimento e Execução)				
3.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km (258,50m x 2,5+2,5 x 0,3m)	m³	388,00	6,25	2.425,00
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento das remoções), DMT até 10,0 km	m³	388,00	19,80	7.682,40
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	388,00	3,15	1.222,20

3.4	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para sub-base e=25cm), DMT até 10,0 km	m³	646,25	18,50	11.955,63
3.5	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.585,00	1,55	4.006,75
SUBTOTAL					27.291,98
4	PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e Execução)				
4.1	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e= 10 cm	m³	258,50	62,85	16.246,73
4.2	Imprimação com CM 30	m²	2.585,00	2,35	6.074,75
4.3	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.585,00	1,00	2.585,00
4.4	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				-
4.4.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	90,48	385,00	34.834,80
4.4.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	21,41	384,00	8.221,44
SUBTOTAL					67.962,72
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (Fornecimento e Execução)				
5.1	meio fio moldado in loco	m	517,00	17,00	8.789,00
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para encosto	m³	55,00	9,00	495,00
SUBTOTAL					9.284,00
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (Fornecimento e Execução)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebra-dos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	162,00	17,50	2.835,00
SUBTOTAL					2.835,00
TOTAL CONTRATO INICIAL					28.861,84

A obra para sua execução total foi aditivada nos seguintes itens:

3	TERRAPLENAGEM (Fornecimento e Execução)				
3.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km (258,50m x 2,5+2,5 x 0,3m)	m³	36,95	6,25	230,94
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento das remoções), DMT até 10,0 km	m³	36,95	19,80	731,61
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	36,95	3,15	116,39
3.4	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para sub-base e=25cm), DMT até 10,0 km	m³	62,00	18,50	1.147,00
3.5	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	248,00	1,55	384,40
SUBTOTAL					2.610,34
4	PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e Execução)				
4.1	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e= 10 cm	m³	24,80	62,85	1.558,68
4.2	Imprimação com CM 30	m²	248,00	2,35	582,80
4.3	Pintura de ligação com RR-2C	m²	248,00	1,00	248,00



4.4	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				-
4.4.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	8,68	385,00	3.339,88
4.4.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	1,86	384,00	714,24
SUBTOTAL					6.443,60
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (Fornecimento e Execução)				
5.1	meio fio moldado in loco	m	69,00	17,00	1.173,00
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para encosto	m³	6,00	9,00	54,00
SUBTOTAL					1.227,00
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (Fornecimento e Execução)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebra-dos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	5,00	17,50	87,50
SUBTOTAL					87,50
7.1	OUTROS SERVIÇOS (Fornecimento e Execução)				
7.1.1	Execução de sondagem p/ verificação da Tubulação	h	3,00	150,00	450,00
7.1.2	Execução de Calha D=40	m	47,00	28,00	1316,00
7.1.3	Colocação de Tubo D=40	um	3,00	28,00	84,00
SUBTOTAL					1.850,00
TOTAL ADITIVO					12.218,44

O Processo de licitação nº 19/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

O valor total da obra restou em :

R\$128.861,84 (Cento e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos) Contrato inicial.

R\$ 12.218,44 (Doze mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos) do Aditivo.

Totalizando o valor total da obra em R\$ 141.080,28 (Cento e quarenta e um mil, oitenta reais e vinte e oito centavos).

V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
3931	JOSÉ HUMBERTO DE SOUZA E DENISE PASQUALLI	7.518,00
3932	JORGE LUIS DE BORBA	14.503,73
3934	EGON RONIVALD DAREM	25.910,14
3935	CLADIS TOMASELLI e OUTRO	167.145,24
3936	MARCIO ROGERIO BENNER	17.189,16
3937	DOMINGOS SAVIO PEREIRA	24.027,53
4320	MARLON VOGEL	53.621,71
3938	AMARILDO LUIZ SCHIOCHET	15.822,23
4708	EDSON SABINO DE OLIVEIRA	29.553,68
4709	LUCIO MARTIM HANG	12.005,24
8545	HILARIO PAGANELLI	93.905,17

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
4186	VALCIR JUNKES	8.269,80
1630	LAERCIO KROEHNKE	20.056,02
1629	MARIO BAST	6.265,00
1627	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	103.595,53
1641	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	74.868,00
8093	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	9.138,00
1625	MDA ADMINISTRADORA DEBENS LTDA	7.993,48
4181	MDA ADMINISTRADORA DEBENS LTDA	424.628,91

VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor do imóvel (R\$) Após obra feita
3931	JOSÉ HUMBERTO DE SOUZA E DENISE PASQUALLI	10.508,40
3932	JORGE LUIS DE BORBA	18.241,73
3934	EGON RONIVALD DAREM	30.894,14
3935	CLADIS TOMASELLI e OUTRO	173.375,24
3936	MARCIO ROGERIO BENNER	22.173,16
3937	DOMINGOS SAVIO PEREIRA	29.385,33
4320	MARLON VOGEL	66.580,11
3938	AMARILDO LUIZ SCHIOCHET	22.799,83
4708	EDSON SABINO DE OLIVEIRA	29.291,08
4709	LUCIO MARTIM HANG	15.743,24
8545	HILARIO PAGANELLI	103.225,25

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor do imóvel (R\$) Após obra feita
4186	VALCIR JUNKES	15.745,80
1630	LAERCIO KROEHNKE	25.040,42
1629	MARIO BAST	12.495,00
1627	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	112.068,33
1641	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	76.363,20
8093	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	14.869,60
1625	MDA ADMINISTRADORA DEBENS LTDA	12.977,48
4181	MDA ADMINISTRADORA DEBENS LTDA	451.019,19

VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 50% (cinquenta por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VIII - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUÍNTES

O valor cobrado, a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV da LC 001/95 – código tributário do município, corresponde por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição dos tributos devidos por cada lindeiro, com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valorização do Imóvel	Valores absorvidos pelo Município (50%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
3931	JOSÉ HUMBERTO DE SOUZA E DENISE PASQUALLI	2.990,40	1.495,20	1.495,20
3932	JORGE LUIS DE BORBA	3.738,00	1.869,00	1.869,00



3934	EGON RONIVALD DAREM	4.984,00	2.492,00	2.492,00
3935	CLADIS TOMASELLI e OUTRO	6.230,00	3.115,00	3.115,00
3936	MARCIO ROGERIO BENNER	4.984,00	2.492,00	2.492,00
3937	DOMINGOS SAVIO PEREIRA	5.357,80	2.678,90	2.678,90
4320	MARLON VOGEL	12.958,40	6.479,20	6.479,20
3938	AMARILDO LUIZ SCHIOCHET	6.977,60	3.488,80	3.488,80
4708	EDSON SABINO DE OLIVEIRA	3.738,00	1.869,00	1.869,00
4709	LUCIO MARTIM HANG	3.738,00	1.869,00	1.869,00
8545	HILARIO PAGANELLI	9.320,08	4.660,04	4.660,04
				32.508,14

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valoriza- ção do Imóvel	Valores absorvidos pelo Muni- cípio (50%)	VALOR DEVIDO PELO LIN- DEIRO
4186	VALCIR JUNKES	7.476,00	3.738,00	3.738,00
1630	LAERCIO KROEHNKE	4.984,00	2.492,00	2.492,00
1629	MARIO BAST	6.230,00	3.115,00	3.115,00
1627	BORRAX TECNOLOGIA DA BOR- RACHA LTDA	8.472,80	4.236,40	4.236,40
1641	BORRAX TECNOLOGIA DA BOR- RACHA LTDA	1.495,20	747,60	747,60
8093	BORRAX TECNOLOGIA DA BOR- RACHA LTDA	5.731,60	2.865,80	2.865,80
1625	MDA ADMINISTRADORA DEBENS LTDA	4.984,00	2.492,00	2.492,00
4181	MDA ADMINISTRADORA DEBENS LTDA	26.390,28	13.195,14	13.195,14
				32.881,94

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

- Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;
- Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;
- Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário esta exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O prazo para contestação dos itens relatados neste edital, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder, 09 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

EDITAL de PRAÇA Nº. 03/2010 - RUA APIÚNA

EDITAL DE PRAÇA Nº. 03/2010

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Senhor Felipe Voigt, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executa o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, referente a Pavimentação Asfáltica da Rua APIUNA, Bairro Rio Hern, TRECHO DA ESTACA PP 00 ATÉ A ESTACA PF 11 + 17,50 M, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Está sendo beneficiada a seguinte rua:

Rua APIUNA, Bairro Rio Hern, TRECHO DA ESTACA PP 00 ATÉ A ESTACA PF 11 + 17,50 M, abrangendo uma extensão de 237,50 metros, perfazendo uma área total de 2.375,00m², no município de Schroeder/SC; conforme projeto, memorial descritivo e relação dos imóveis na tabela abaixo.

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA.

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E OBRAS COMPLEMENTARES na RUA APIUNA, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável



por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA. A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que as qualidades dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará

nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas

de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



SERVIÇOS PRELIMINARES**PLACA DA OBRA****OBJETIVO**

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS**SUPORTE**

Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

Tinta a óleo, ou;

Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,00m x 1,50m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 2 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais

(conforme ilustração abaixo).

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas

presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 3,00m X 1,50m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM**ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL****OBJETIVO**

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes: Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.

Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar

o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

As massa excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objeto de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção

projetadas.

Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes: Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

REFORÇO DO SUB-LEITO

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do sub-leito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC ³ 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

motoniveladora;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o sub-leito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do sub-leito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

A camada de reforço do sub-leito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;

Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;

Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do sub-leito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PAVIMENTAÇÃO

REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do sub-leito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do sub-leito serão os do próprio sub-leito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

Trator com lâmina frontal;

Carregador frontal;

Caminhões basculantes;

Motoniveladora pesada, com escarificador;

Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

carro-tanque com barra distribuidora de água;

grade de discos;

pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do sub-leito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto.

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 2 cm em relação as cotas de projeto;

± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do sub-leito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base



com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte (ISC < 20%) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

Tratores de lâmina;

Escavo-transportadores;

Caminhões basculantes;

Moto-niveladoras;

Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, GC > 100%, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;

$\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos:

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	FAIXA				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64. O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características: presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base:

motoniveladora pesada, com escarificador;

carro-tanque distribuidor de água;

rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

grade de discos;

pulvi-misturador

central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.



Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado; promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manu-

al esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso



empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100°C.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA "C"

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentosãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%



Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
Betume solúvel no CS ₂ (+) %	4,0 - 7,0		4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%
	Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento		

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produ-

zir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizes, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para a frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usi-



na ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada

de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de ± 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-provas extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o



auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m.

Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo e poços de visita, destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas. MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

Geotêxtil

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as

funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

Nas áreas trafegáveis a tubulação será assente em berço de concreto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de concreto ciclópico com 30% de pedra-de-mão, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas, adotando-se (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa. Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica.



ca, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita e as saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobrelargura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa. As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto, assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da grelha.

A grelha deverá ser de ferro fundido e deverá ter as dimensões e formas fixadas no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Após a execução do lastro, serão instaladas as formas das paredes da câmara de trabalho e os tubos convergentes ao poço.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

Concluída a concretagem das paredes, será feita a desmoldagem, seguindo-se, a colocação da laje pré-moldada de cobertura da caixa executada com concreto dosado para (fckmin), aos 28 dias de 22MPa, sendo esta provida de abertura circular com a dimensão da chaminé.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta de concreto armado com ferro de 5.0mm, dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixada a tampa.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.

No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem.

O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banquetas de material energicamente compactado, a jusante da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e acabamento do concreto será feito mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida.

A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

Quando especificado no projeto será aplicado revestimento vegetal de forma complementar no material apiloado contíguo ao dispositivo.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do

bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

local da aplicação, extensão e largura;

dimensões das faixas;

espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto as-

sim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos com-

ponentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

acrílica;

vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando tornam-se expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando tornam-se expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorrefletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície em-

baçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

consumo dos materiais;

espessura do material aplicado;

tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
linearidade das faixas;
temperatura de aquecimento do material termoplástico;
sinalização para o serviço de obras;
atendimento ao projeto de sinalização;
retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc...

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

III – ORÇAMENTO DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados:

ORÇAMENTO					
Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (Fornecimento e Execução)				
1.1	Placa de obra	m2	4,50	150,00	675,00
SUBTOTAL	675,00				
2	DRENAGEM (Fornecimento e Execução)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	475,00	6,85	3.253,75
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				-
2.2.1	para Ø 40cm	m	375,00	28,75	10.781,25
2.3	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento de reaterro), DMT até 10,0 km	m³	475,00	21,98	10.440,50
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro tipo:				-
2.4.1	CC	unid	18,00	200,00	3.600,00
2.4.2	CL	unid	4,00	250,00	1.000,00
SUBTOTAL					29.075,50
3	TERRAPLENAGEM (Fornecimento e Execução)				
3.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km (237,50m x 2,5+2,5 x 0,3m)	m³	358,00	6,85	2.452,30
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento das remoções), DMT até 10,0 km	m³	358,00	21,98	7.868,84
3.3	Compactação de seixo à 95% do PN.	m³	358,00	4,15	1.485,70
3.4	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para sub-base e=25cm), DMT até 10,0 km	m³	594,00	21,98	13.056,12
3.5	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.375,00	1,80	4.275,00
SUBTOTAL					29.137,96

4	PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e Execução)				
4.1	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e= 10 cm	m³	237,50	63,00	14.962,50
4.2	Imprimação com CM 30	m²	2.375,00	2,39	5.676,25
4.3	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.375,00	1,29	3.063,75
4.4	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				-
4.4.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	83,13	390,00	32.418,75
4.4.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	17,81	390,00	6.946,88
SUBTOTAL					63.068,13
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (Fornecimento e Execução)				
5.1	meio fio moldado in loco	m	475,00	18,00	8.550,00
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para encosto	m³	50,00	9,50	475,00
SUBTOTAL					9.025,00
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (Fornecimento e Execução)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebrações com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	145,00	18,50	2.682,50
SUBTOTAL					2.682,50
TOTAL ESTIMADO					133.664,09
CUSTO ESTIMADO/m2					R\$ 56,28
Marcelo da Silva - Eng. Civil					21/01/2010
Felipe Voigt – Prefeito Municipal					

IV - CUSTO DA OBRA:

Conforme proposta apresentada no processo de Licitação nº 18/2010, que restou VENCEDORA, a empresa CONPLA – Construções e Planejamento Ltda, cotou os valores abaixo descritos.

ORÇAMENTO					
Item	Discriminação	Unid.	Quantidade	Custo Unit.	Custo Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES (Fornecimento e Execução)				
1.1	Placa de obra	m2	4,50	148,00	666,00
SUBTOTAL					666,00
2	DRENAGEM (Fornecimento e Execução)				
2.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km	m³	475,00	5,25	2.493,75
2.2	Tubulação de drenagem urbana sem berço. Fornecimento e colocação				-
2.2.1	para Ø 40cm	m	375,00	25,85	9.693,75



2.3	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento de reaterro), DMT até 10,0 km	m³	475,00	19,80	9.405,00
2.4	Caixa coletora com grelha de ferro tipo:				-
2.4.1	CC	unid	18,00	195,00	3.510,00
2.4.2	CL	unid	4,00	244,00	976,00
SUBTOTAL					26.078,50
3	TERRAPLENAGEM (Fornecimento e Execução)				
3.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 5,0 km (237,50m x 2,5+2,5 x 0,3m)	m³	358,00	5,90	2.112,20
3.2	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para Preenchimento das remoções), DMT até 10,0 km	m³	358,00	19,80	7.088,40
3.3	Compactação de seixo à 95% do P.N.	m³	358,00	2,80	1.002,40
3.4	Extração, carga, transporte, espalhamento de seixo (para sub-base e=25cm), DMT até 10,0 km	m³	594,00	19,80	11.761,20
3.5	Regularização e compactação da sub-base a 100% PN	m²	2.375,00	0,85	2.018,75
SUBTOTAL					23.982,95
4	PAVIMENTAÇÃO (Fornecimento e Execução)				
4.1	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e= 10 cm	m³	237,50	62,85	14.4926,88
4.2	Imprimação com CM 30	m²	2.375,00	2,35	5.581,25
4.3	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.375,00	1,00	2.375,00
4.4	Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER				-
4.4.1	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm	m³	83,13	381,10	31.680,84
4.4.2	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 2,5 cm	m³	17,81	381,10	6.787,39
SUBTOTAL					61.351,36
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES (Fornecimento e Execução)				
5.1	meio fio moldado in loco	m	475,00	15,40	7.315,00
5.2	Fornecimento e espalhamento de material para encosto	m³	50,00	7,80	390,00
SUBTOTAL					7.705,00
6	SINALIZAÇÃO VIÁRIA (Fornecimento e Execução)				
6.1	Sinalização horizontal				
6.1.1	Pintura de faixas, setas e zebra-dos com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	145,00	17,50	2.537,50
SUBTOTAL					2.537,50
TOTAL ESTIMADO					122.321,31

O Processo de licitação nº 18/2010 poderá ser encontrado no Setor de Recursos Materiais, pertencente à Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder.

O valor total da obra restou em :
R\$122.321,31 (Cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e um centavos) .

V – DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados diretamente com a realização ficam assim determinados, bem como os valores dos imóveis antes da obra realizada:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
1654	DORACI FISCHER ZIEBELL	25.449,91
4207	ASTA ZILS	6.265,00
2370	JONAS ELISEU HECK	5.763,80
1642	MARCIO BUZZI	38.142,52
9172	VITOR LUIZ POSSENTI	24.285,43
1634	MOACIR DELLAGIUSTINA	24.544,40
1633	VALCIR JUNKES	39.523,36
1631	INIR VOELZ	21.748,51
4186	VALCIR JUNKES	8.278,80
TOTAL		193.992,73

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor Venal do imóvel (R\$) Antes da obras
232	CELSE JAIR STINGHEN	33.568,27
209	DOLORES VIERGUTZ DOGE	26.047,01
210	SAMUEL RODRIGO CONCEIÇÃO	24.835,21
4561	OSCAR ENGELMANN	41.166,90
211	LAERCIO KROEHNKE	32.063,88
212	ARTUR ELIAS	25.480,27
214	ANGELINA SCHUNKE	40.920,46
7891	ANGELINA SCHUNKE	8.262,91
7890	ANGELINA SCHUNKE	8.280,45
3268	JOSIANE SCHUNKE	61.382,02
TOTAL		302.007,38

VI – DA VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS

Os imóveis beneficiados com a execução da obras em questão, após análise da comissão, tiveram a seguinte valorização:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valor do imóvel (R\$) Após obra feita
1654	DORACI FISCHER ZIEBELL	43.281,79
4207	ASTA ZILS	11.415,00
2370	JONAS ELISEU HECK	10.913,80
1642	MARCIO BUZZI	44.580,02
9172	VITOR LUIZ POSSENTI	35.481,53
1634	MOACIR DELLAGIUSTINA	28.587,15
1633	VALCIR JUNKES	43.385,86
1631	INIR VOELZ	26.383,51
4186	VALCIR JUNKES	13.548,55

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valor do imóvel (R\$) Após obra feita
232	CELSE JAIR STINGHEN	39.233,27
209	DOLORES VIERGUTZ DOGE	30.270,01
210	SAMUEL RODRIGO CONCEIÇÃO	29.212,71
4561	OSCAR ENGELMANN	48.119,40
211	LAERCIO KROEHNKE	37.213,88
212	ARTUR ELIAS	30.630,27
214	ANGELINA SCHUNKE	53.177,46
7891	ANGELINA SCHUNKE	13.927,91
7890	ANGELINA SCHUNKE	13.945,45
3268	JOSIANE SCHUNKE	68.592,02



VII - FATOR DE ABSORÇÃO:

A Municipalidade participará com um fator de absorção, nesta obra, de 50% (cinquenta por cento) do valor de valorização dos imóveis beneficiados.

VIII - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado, a título de Contribuição de Melhoria aos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 código tributário municipal. Corresponde por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública, ficando assim, a distribuição do tributo devido por cada lindeiro, com o Fator de Absorção do Município:

IMÓVEL LD	PROPRIETÁRIO	Valorização do Imóvel	Valores absorvidos pelo Município (50%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
1654	DORACI FISCHER ZIEBELL	17.831,88	8.915,94	8.915,94
4207	ASTA ZILS	5.150,00	2.575,00	2.575,00
2370	JONAS ELISEU HECK	5.150,00	2.575,00	2.575,00
1642	MARCIO BUZZI	6.437,50	3.218,75	3.218,75
9172	VITOR LUIZ POSSENTI	11.196,10	5.598,05	5.598,05
1634	MOACIR DELLAGIUSTINA	4.042,75	2.021,38	2.021,38
1633	VALCIR JUNKES	3.862,50	1.931,25	1.931,25
1631	INIR VOELZ	4.635,00	2.317,50	2.317,50
4186	VALCIR JUNKES	5.278,75	2.639,75	2.639,75
	TOTAL	63.584,48	31.792,24	31.792,24

IMÓVEL LE	PROPRIETÁRIO	Valorização do Imóvel	Valores absorvidos pelo Município (50%)	VALOR DEVIDO PELO LINDEIRO
232	CELSE JAIR STINGHEN	5.665,00	2.832,50	2.832,50
209	DOLORES VIERGUTZ DOGE	4.223,00	2.111,50	2.111,50
210	SAMUEL RODRIGO CONCEIÇÃO	4.377,50	2.188,75	2.188,75
4561	OSCAR ENGELMANN	6.952,50	3.476,25	3.476,25
211	LAERCIO KROEHNKE	5.150,00	2.575,00	2.575,00
212	ARTUR ELIAS	5.150,00	2.575,00	2.575,00
214	ANGELINA SCHUNKE	12.257,00	6.128,50	6.128,50
7891	ANGELINA SCHUNKE	5.665,00	2.832,50	2.832,50
7890	ANGELINA SCHUNKE	5.665,00	2.832,50	2.832,50
3268	JOSIANE SCHUNKE	7.210,00	3.605,00	3.605,00
	TOTAL	62.315,00	31.157,50	31.157,50

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

– Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

– Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

– Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar

do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributaria devida por cada proprietário esta exposto no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

O prazo para contestação dos itens relatados neste edital, é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito.

Schroeder, 09 de julho de 2010.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 9.454/10

DECRETO Nº 9.454/10, DE 05 DE JULHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação

02 - Departamento de Ensino Fundamental

2.031 - Merenda Escolar - PNAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0.....200.000,00

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.046 - Manutenção da Limpeza Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0.....285.000,00

12 - Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários

01 - Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários

2.059 - Manutenção do Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0.....20.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES505.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2009.



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de julho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de julho de 2010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto nº 9.455/10

DECRETO Nº 9.455/10, DE 06 DE JULHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.364/10 de 30 de junho de 2010.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 418.000,00 (Quatrocentos e dezoito mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
1.014 - Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas.....127.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023.0 - Aplicações Diretas.....165.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
2.080 - Manutenção da Saúde no Município
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas.....38.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0023.0 - Aplicações Diretas.....88.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES418.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2010 e da anulação total ou parcial da seguinte dotação:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
1.017 - Construção Centro de Especialidades Médicas
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 - Aplicações Diretas.....165.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES165.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de julho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Decreto nº 9.456/10

DECRETO Nº 9.456/10 DE 06 DE JULHO DE 2010.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.248/09, de 10 de dezembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde
01 - Fundo Municipal da Saúde
2.066 - Vigilância Sanitária
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0049.0 - Aplicações Diretas 15.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2010.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de julho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de julho de 2010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0921/10

PORTARIA nº 0921/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARILEI REGINA FRESCHI, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2010.

Videira, 14 de junho de 2010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal



Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0922/10

PORTARIA nº 0922/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARILUCY FÁTIMA ANDRADE LOPES, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0923/10

PORTARIA nº 0923/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARISTELA AGUIAR, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0924/10

PORTARIA nº 0924/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARY MERCEDES DA SILVA BARRETO, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0925/10

PORTARIA nº 0925/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor NELSON DANIELLI, Professor de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0926/10

PORTARIA nº 0926/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,



RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NEIVA MARIA FERRI, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0927/10

PORTARIA nº 0927/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NERCI NEVES DE MORAES, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0928/10

PORTARIA nº 0928/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora PAULA FERNANDA TURMINA CARLETO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0929/10

PORTARIA nº 0929/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora REGIANE APARECIDA JULIANOTTI, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0930/10

PORTARIA nº 0930/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANGELA COMERLATO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração



Portaria nº 0931/10

PORTARIA nº 0931/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSANI PAULA VIERGUTZ, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-D para o nível E-PE-MAG-I-E, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0932/10

PORTARIA nº 0932/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SIMONE DANIELLI PAGANINI, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-C para o nível E-PE-MAG-I-D, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0933/10

PORTARIA nº 0933/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora SIMONE TORMEN ZAGO, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-A para o nível E-PE-MAG-I-B, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0934/10

PORTARIA nº 0934/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ZAYRA MAIA DE PAULA WARAKOSKI DA ROSA, Professora de Ensino Fundamental Séries Iniciais 1ª a 4ª, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

Portaria nº 0935/10

PORTARIA nº 0935/10

Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NOILI GHELLER, Professora, do nível MG05L para o nível MG05M, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.



Videira, 14 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0936/10

PORTARIA nº 0936/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora NUVES ROSANA FRAGOSO, Professora, do nível MG04J para o nível MG04L, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0937/10

PORTARIA nº 0937/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSALBA DE ALMEIDA, Professora, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Portaria nº 0938/10

PORTARIA nº 0938/10
Concede Progressão por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor,

RESOLVE

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ROSALINA FELCHILCHER DEMENECHI, Professora, do nível MG02P para o nível MG02Q, a partir de 1º de fevereiro de 2.010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2.010.

Videira, 14 de junho de 2.010.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias de junho de 2.010.
HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 31/2010 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/10-FMS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/10-FMS

HOMOLOGAÇÃO: 07/07/2010

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E OUTROS MATERIAIS RELACIONADOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE, OS QUAIS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA OS PACIENTES CARENTES.

FORNECEDOR DIRETO: Central Farma Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda.

Valor R\$: 5.061,84 (cinco mil sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 07 de Julho de 2010.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato nº 249/2010

Contrato Nº.: 249/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : SÉRGIO DENARDI

Valor : R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)

Licitação : Dispensa nº 06/2010-FMAS

BJETO : LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA MÁRIO PORTO LOPES, LOTE 07, BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL, PARA O PROGRAMA PAIF E GRUPOS DE CONVIVÊNCIA DESENVOLVIDOS NO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL).

Extrato do Contrato nº 250/2010

Contrato Nº.: 250/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : GRÁFICA E EDITORA GANDREI LTDA

Valor : R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2010-FMS



BJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO, EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE CARTILHA DE ORIENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato nº 251/2010

Contrato Nº.: 251/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : VIDEODBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AÇO LTDA

Valor : R\$ 3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 114/2010

BJETO : AQUISIÇÃO DE TANQUE EM AÇO INOXIDÁVEL PARA TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA PARA INSTALAÇÃO NA TOYOTA, PLACA MAU-9012, FROTA 187 DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato do Contrato nº 252/2010

Contrato Nº.: 252/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : MECÂNICA JÚNIOR AUTO DIESEL LTDA

Valor : R\$ 6.900,00 (seis mil e novecentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 115/2010

BJETO : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA VTR PM 12-2270 FORD/F250, PLACA MCE 4138 DA POLÍCIA MILITAR.

Extrato do Contrato nº 253/2010

Contrato Nº.: 253/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : ARVINA ANCIUTTI E OUTRO

Valor : R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Licitação : Dispensa nº 27/2010-FMS

BJETO : LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM 5 CÔMODOS E 2 SALAS COMERCIAIS, COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 300,60 M2, SITUADO NA RUA CAPITÃO RIBAS Nº 52, ESQUINA COM A RUA JOSÉ ANCIUTTI, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, VIDEIRA-SC, PARA INSTALAÇÃO DA BASE DESCENTRALIZADA DO SAMU, SETORES DE SERVIÇO SOCIAL E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA MUNICIPAL.

Extrato do Contrato nº 254/2010

Contrato Nº.: 254/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor : R\$ 1.664,60 (um mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 02/2010-FIA

OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NOS NÚCLEOS DO PETI, PROGRAMA SENTINELA E CASA LAR.

Extrato do Contrato nº 256/2010

Contrato Nº.: 256/2010

Data de Assinatura: 05/07/2010

Fornecedor : ABR COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor : R\$ 514,64 (quinhentos e catorze reais e sessenta e quatro centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2010-FMAS

OBJETO : AQUISIÇÃO DE ÓLEO E FILTROS PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

Extrato do Contrato nº 257/2010

Contrato Nº.: 257/2010

Data de Assinatura: 06/07/2010

Fornecedor : INSTITUTO EVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC

Valor : R\$ 27.528,00 (vinte e sete mil e quinhentos e vinte e oito reais)

Licitação : Inexigibilidade nº 13/2010

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CONJUNTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES, NAS DEPENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008, A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2004 E LEI MUNICIPAL N. 2.307 DE 26 DE MARÇO DE 2010.

Extrato do Contrato nº 255/2010

Contrato Nº.: 255/2010

Data de Assinatura: 01/07/2010

Fornecedor : COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA

Valor : R\$ 1.420,18 (um mil e quatrocentos e vinte reais e dezoito centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 02/2010-FIA

OBJETO : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NOS NÚCLEOS DO PETI, PROGRAMA SENTINELA E CASA LAR.

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 89/2010

Ata de Registro de Preços nº: 89/2010

Data de Assinatura: 02.07.2010

Fornecedor : ABR COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA

Valor : R\$ 2.154,60 (dois mil e cento e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE..

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 90/2010

Ata de Registro de Preços nº: 90/2010

Data de Assinatura: 02.07.2010

Fornecedor : LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA

Valor : R\$ 29.455,50 (vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE..

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 91/2010

Ata de Registro de Preços nº: 91/2010

Data de Assinatura: 02.07.2010

Fornecedor : LOCOMAQ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 12.271,60 (doze mil e duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE..

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 92/2010

Ata de Registro de Preços nº: 92/2010

Data de Assinatura: 02.07.2010

Fornecedor : RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

Valor : R\$ 35.307,00 (trinta e cinco mil e trezentos e sete reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 116/2010

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE..

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 93/2010

Ata de Registro de Preços nº: 93/2010

Data de Assinatura: 05.07.2010

Fornecedor : WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Valor : R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 48/2010-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CILINDROS PARA USO COM OXIGÊNIO MEDICINAL PARA O PROGRAMA DE OXIGENOTERAPIA MANTIDO PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

Consórcios Públicos

CONTRILHOS

Edital de Convocação de Assembléia Geral Extraordinária

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0002/2010

O Presidente do CONSÓRCIO DE TURISMO NOS TRILHOS DO CONTESTADO - CONTRILHOS, Prefeito Municipal de Caçador, SC., Sr. Saulo Sperotto, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido nos artigos 15, 16 e seguintes, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCAM os Prefeitos dos municípios consorciados ao Consórcio de Turismo nos Trilhos do Contestado – CONTRILHOS, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, sito à Avenida Marechal Costa e Silva, n. 111, na cidade de Pinheiro Preto, SC., em data de 29 de julho de 2010, em primeira convocação as 09:00 horas, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

- a) Apresentação do Projeto do Estatuto, discussão e prazo para apresentação de emendas e considerações ao Estatuto;
- b) Votação do Estatuto;
- c) A “apreciação de eventuais moções de censura” (artigo 22, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público);
- d) Demais assuntos relacionados aos objetivos e finalidades do Consórcio Público.

Caçador, 08 de julho de 2010.

SAULO SPEROTTO

Presidente do CONTRILHOS

Prefeito de Caçador